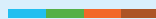


Observatório ABC



Desafios e restrições dos produtores rurais na adoção de tecnologias de baixo carbono ABC

Estudo de caso em Alta Floresta,
em Mato Grosso



RELATÓRIO COMPLETO

Abril de 2017



PROJETO

Observatório ABC

APOIO

Aliança pelo Clima e Uso da Terra (CLUA)

ORGANIZAÇÃO RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Centro de Agronegócio (GV Agro), Escola de Economia de São Paulo (EESP)

COORDENAÇÃO DO GV AGRO

Roberto Rodrigues

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Angelo Costa Gurgel

Cecília Fagan Costa

COORDENAÇÃO DO ESTUDO

Evandro Jacóia Faulin

EQUIPE TÉCNICA DO ESTUDO

Leonardo Boscolo Cavalheiro Barbosa

Denise Piha

EDIÇÃO DO SUMÁRIO: Maura Campanili

Abril de 2017

VEJA O ESTUDO COMPLETO EM: <http://observatorioabc.com.br/publicacoes>

AGRADECIMENTOS

A equipe agradece aos produtores rurais e projetistas entrevistados, bem como às intuições que colaboraram para o desenvolvimento desse estudo:

- ▣ Banco do Brasil, por meio da Diretoria do Agronegócio e áreas afins envolvidas no processo;
- ▣ BNDES, através do Departamento de Gestão de Crédito Rural;
- ▣ Instituto Centro de Vida;
- ▣ Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Mato Grosso, via secretário-adjunto de Agricultura;
- ▣ Sindicato Rural de Alta Floresta.

Sumário

INTRODUÇÃO	6
1. O PLANO ABC	8
2. ESCOPO	10
3. METODOLOGIA DO ESTUDO	11
4. ALTA FLORESTA - MT	14
5. VISÃO RESUMIDA DO PROCESSO: PROGRAMA ABC	17
6. ANÁLISE DO CASO DE ALTA FLORESTA - MT	20
6.1 GRUPO 1: CULTURA PRODUTIVA LOCAL DE ALTA FLORESTA	23
6.1.1 SUBGRUPO 1.1: PERFIL DO PRODUTOR RURAL DE ALTA FLORESTA	24
6.1.2 SUBGRUPO 1.2: REALIDADE PRODUTIVA DO PECUARISTA DE ALTA FLORESTA	29
6.2 GRUPO 2: CONTEXTO ECONÔMICO LOCAL DE ALTA FLORESTA	30
6.2.1 SUBGRUPO 2.1: SITUAÇÃO ECONÔMICA DOS PRODUTORES RURAIS DE ALTA FLORESTA	31
6.3 GRUPO 3: REGULAMENTAÇÃO AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES RURAIS DE ALTA FLORESTA	34
6.3.1 SUBGRUPO 3.1: DOCUMENTAÇÃO/REGULAMENTAÇÃO AMBIENTAL RURAL	35
6.4 GRUPO 4: MOTIVADORES DO INTERESSE PELO CRÉDITO RURAL VIA PROGRAMA ABC	36
6.4.1 SUBGRUPO 4.1: MOTIVADORES PRODUTIVOS	37
6.4.2 SUBGRUPO 4.2: MOTIVADORES ECONÔMICOS	38
6.4.3 SUBGRUPO 4.3: MOTIVADORES AMBIENTAIS	41
6.5 GRUPO 5: DIFUSÃO DO PROGRAMA ABC AOS ATORES ENVOLVIDOS	42
6.5.1 SUBGRUPO 5.1: CONHECIMENTO SOBRE O PROGRAMA ABC	43
6.5.2 SUBGRUPO 5.2: INFORMAÇÕES E O PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO SOBRE AS ALTERNATIVAS DE CRÉDITO RURAL	48
6.5.3 SUBGRUPO 5.3: DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA ABC PELOS AGENTES FINANCEIROS	49
6.6 GRUPO 6: REGULAMENTAÇÃO BANCÁRIA	51
6.6.1 SUBGRUPO 6.1: REGRAS E POLÍTICAS QUE REGULAMENTAM O CRÉDITO RURAL	52
6.7 GRUPO 7: CARACTERÍSTICAS ECONÔMICO-FINANCEIRAS DO PROGRAMA ABC	53
6.7.1 SUBGRUPO 7.1: COMPETITIVIDADE DAS TAXAS DE JUROS	54
6.7.2 SUBGRUPO 7.2: PARÂMETROS DO CRÉDITO: PRAZOS DE CARÊNCIA, PRAZOS DE PAGAMENTO E VALOR DE FINANCIAMENTO	55
6.8 GRUPO 8: PROCESSO DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DO CRÉDITO JUNTO AOS OPERADORES FINANCEIROS	57
6.8.1 SUBGRUPO 8.1: BUROCRACIA PROCESSUAL BANCÁRIA	58
6.9 GRUPO 9: SOLUÇÕES LOCAIS	65

6.9.1 SUBGRUPO 9.1: ALTERNATIVAS COLOCADAS EM PRÁTICA POR PRODUTORES RURAIS LOCAIS.....	66
7. IDEIAS E RECOMENDAÇÕES GERAIS COM BASE NO CASO DE ALTA FLORESTA	69
ANEXOS.....	74
ANEXO 1 - TABELA CONSOLIDADA DOS FATORES DE IMPACTO	75
GLOSSÁRIO	97
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

O Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) tem como objetivo fomentar no Brasil a transição da agricultura convencional para um modelo de produção que minimize as emissões de gases do efeito estufa (GEE). Prevê a redução de 134 milhões a 163 milhões de toneladas de gás carbônico (CO₂) equivalente até 2020. Para tanto, disponibiliza uma linha de crédito, o Programa ABC, que visa dar condições para o produtor rural realizar os investimentos necessários à incorporação de alternativas tecnológicas de baixa emissão de carbono no processo produtivo.

Implementado desde 2010, o Programa ABC nunca apresentou 100% de desempenho, ou seja, valor total contratado em relação ao total disponibilizado – na safra 2015/16 o total contratado foi de 68%, enquanto que o melhor desempenho, 90%, foi observado na safra de 2012/13¹. Apesar do modelo de operação do Programa ABC apresentar historicamente condições mais atrativas (taxa de juros, carência e prazos de pagamento), se comparadas à média do mercado, a parcela não contratada dos recursos representa um potencial não executado no esforço para a redução das emissões carbono.

O presente estudo é uma iniciativa dentro do Observatório ABC² voltada a investigar alguns dos fatores que impactam no desempenho do Programa ABC, considerando a perspectiva dos clientes finais: os produtores rurais. Mais especificamente, se propôs a identificar e entender, pelo ponto de vista desses produtores rurais, os desafios e restrições percebidos por eles no processo de contratação dessa linha de crédito. Para isso, buscou analisar em maior profundidade a experiência de um município específico, como um caso capaz de ilustrar a complexidade que compreende o acesso ao Programa ABC, considerando o contexto e entendendo a realidade locais.

O município escolhido foi Alta Floresta, no norte do Estado de Mato Grosso (MT), por solicitação da Climate and Land Use Alliance (CLUA), contratante do estudo. Alta Floresta está localizado no Bioma Amazônia, região de interesse estratégico e grande potencial em termos de adoção de um modelo produtivo com emissão de baixo carbono e, portanto, para a contratação do Programa ABC.

¹ Fonte: Observatório ABC (2016).

² O Observatório do Plano ABC tem o objetivo de engajar os diferentes setores da sociedade brasileira na transição para uma agricultura de baixa emissão de carbono, monitorando as ações do Plano e do Programa ABC e desenvolvendo estudos técnicos para subsidiar e facilitar o diálogo com os diversos atores e a sociedade. Fonte: Observatório ABC (2016).

Por esse motivo, os requisitos para acessar essa linha de crédito nesse bioma são maiores, considerando comprovantes de regularização ambiental. Com a pecuária como atividade rural predominante, Alta Floresta viveu um processo de colonização recente, baseado no sistema de “abrir o lote”, fato que resultou num processo de desmatamento histórico. Tanto que, em janeiro de 2008 Alta Floresta entrou para a lista de municípios prioritários do MMA. Saiu da mesma lista em junho de 2012 após cumprir os critérios estabelecidos pelo MMA – fato que praticamente sanou as pendências ambientais e fundiárias que limitariam os produtores rurais de acessar o crédito via Programa ABC. Todas essas características sustentam a escolha desse município.

Nesse contexto, esse estudo foi conduzido com uma abordagem qualitativa, no formato de estudo de caso aplicado no município de Alta Floresta - MT, em que foram aplicadas entrevistas em produtores rurais com o objetivo de captar suas percepções e experiências a respeito do Programa ABC, levando em consideração o contexto local. Além dos produtores rurais, também foram entrevistados profissionais de assistência técnica (projetistas), os quais atuam na elaboração dos projetos técnicos que incluem os requisitos exigidos para o Programa ABC, bem como representantes das instituições financeiras envolvidas com a operação dessa linha de crédito em nível nacional. Com isso, foram incorporados os principais atores envolvidos no processo de forma a complementar, validar e refinar a compreensão desses fatores de impacto.

O estudo está estruturado em 7 (sete) seções, além da introdução. Na primeira seção, é apresentada uma visão geral do Plano ABC, assim como seu mecanismo de financiamento, o Programa ABC. As seções 2 e 3, respectivamente, apresentam o escopo e a metodologia adotados no estudo. A quarta seção traz um breve descritivo sobre o município de Alta Floresta, apresentando o contexto de análise do presente estudo. A seção 5 destaca uma visão resumida do processo do Programa ABC, de forma a ilustrar a complexidade de cada grande etapa, bem como o papel dos atores principais envolvidos. Na seção 6 são apresentados os fatores de impacto, ou seja, os desafios e restrições percebidos pelos atores, em especial, os produtores rurais, organizados e classificados em grupos. Por fim, a seção 7 elenca algumas ideias e recomendações que buscam endereçar, de maneira geral, os fatores de impacto identificados no estudo de caso.

1. O PLANO ABC

Elaborado em 2010 pelo governo federal, o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) é parte da Política Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), instituída pela Lei nº 12.187/2009³, e tem como objetivo promover a redução das emissões de gases de efeito estufa no setor agropecuário brasileiro e contribuir para o combate ao aquecimento global.

A meta em vigência assumida pelo governo brasileiro foi acordada na 15ª Conferência das Partes da ONU (COP-15), que ocorreu em dezembro de 2009 em Copenhague, e prevê a redução das emissões de gases de efeito estufa entre 133 a 166 milhões de toneladas de CO₂eq até 2020⁴ via adoção de tecnologias de agropecuária sustentável. A meta futura, acordada na 21ª Conferência das Partes da ONU (COP-21), realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2015 em Paris - prevê a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas, expansão em 5 milhões de hectares de sistemas de integração lavoura pecuária floresta e o fortalecimento do Plano ABC entre os anos de 2020 e 2030.

Para o alcance dos objetivos traçados pelo Plano ABC, no período compreendido entre 2011 e 2020, estima-se que serão necessários recursos da ordem de R\$ 197 bilhões⁵, financiados com fontes orçamentárias ou por meio de linhas de crédito. Neste sentido, o Plano ABC conta com o Programa ABC, principal linha de crédito ao produtor rural para o financiamento das metas e das tecnologias de mitigação preconizadas no Plano ABC, sendo elas: recuperação de pastagens, integração lavoura-pecuária e integração lavoura-pecuária-floresta, plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, tratamento de dejetos e florestas plantadas.

Lançado no ano-safra 2010/11, o Programa ABC foi aprovado por meio da Resolução BACEN nº 3.896⁶, de 17 de agosto de 2010, e tem sido, desde então, incluído nos Planos Agrícolas e Pecuários (PAP) anualmente como uma linha de investimento.

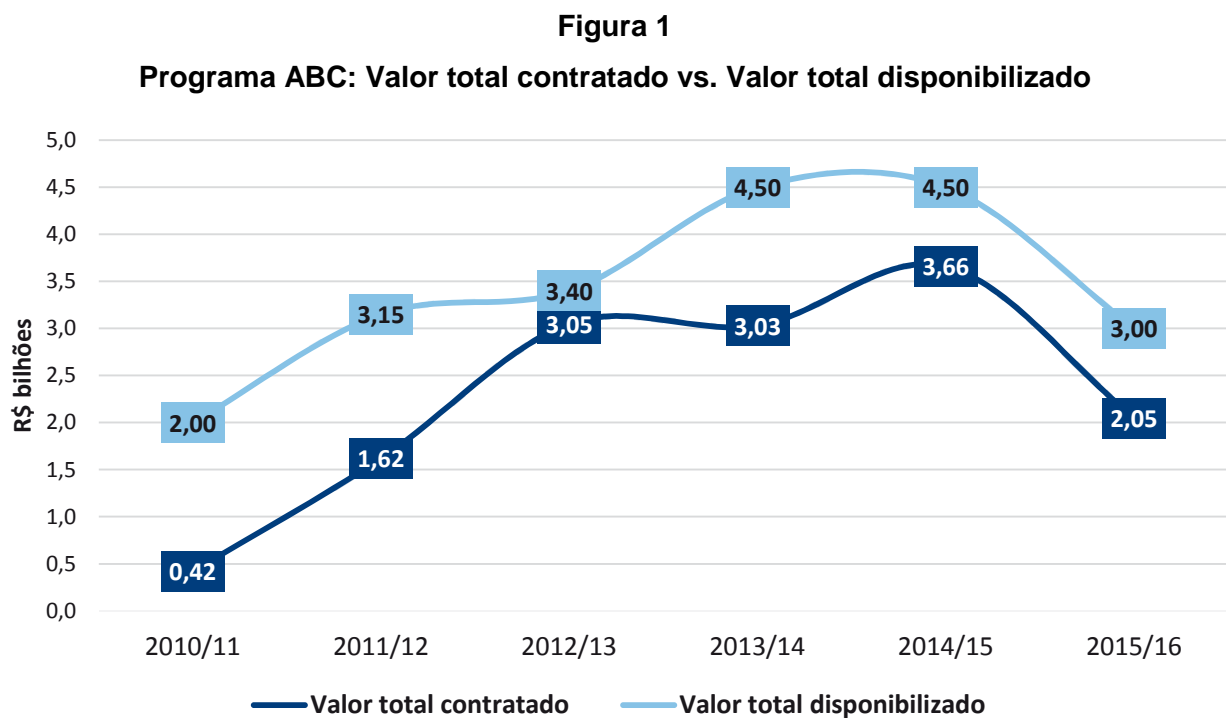
3 Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (Lei Ordinária). Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e dá outras providências. Fonte: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 dez. 2009. Seção Extra, p. 109, Coluna 2. 2009.

4 Fonte: Observatório ABC. Acesso em: <http://observatorioabc.com.br/quem-somos/>.

5 Fonte: MAPA. Acesso em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/plano-abc-agricultura-de-baixa-emissao-de-carbono>.

6 Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010. Regulamenta os arts. 6º, 11º e 12º da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, e dá outras providências. Fonte: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 09 dez. 2010.

Apesar do volume de recursos disponibilizados, observa-se que o valor total contratado pelos produtores rurais brasileiros no Programa ABC nunca atingiu o montante disponibilizado pelo governo federal, conforme apresentado na Figura 1. No ano-safra de 2015/2016, por exemplo, foram disponibilizados R\$ 3 bilhões, no entanto apenas R\$ 2,05 bilhões foram contratados. Devido a profunda mudança na conjuntura econômica dos últimos anos, as taxas de juros do Programa ABC eram mais competitivas no início – safra 2010/2011 – do que são hoje. O crescimento das taxas de juros do Programa ABC ao longo do tempo, associado a uma conjuntura econômica de baixo crescimento, impactou negativamente o volume de desembolsos do Programa ABC e fez com que a linha de crédito se tornasse menos competitiva.



Fonte: Observatório ABC (2016). Dados: BB, BNDES, Sicor.

No que se refere ao Estado do Mato Grosso, vale ressaltar que na safra 2015/2016 o estado subiu da quarta para a terceira colocação no ranking dos estados brasileiros que mais contrataram recursos do Programa ABC, com R\$ 248 milhões, no entanto, ao olhar para a região específica da cidade de Alta Floresta, localizada ao Norte do Estado, foi possível observar que a quantidade de recursos que são contratados está aquém das necessidades dos produtores rurais.

2. ESCOPO

O presente estudo buscou entender e relacionar as percepções de diferentes atores sobre a acessibilidade aos recursos do Programa ABC na região de Alta Floresta (MT). Partindo da perspectiva do setor produtivo, que é o setor que representa a demanda pelo crédito agrícola em geral, e pelo crédito do Programa ABC em particular, foi possível desenvolver um importante diagnóstico que permitiu identificar quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais no que se refere ao acesso aos recursos do Programa ABC.

A partir deste diagnóstico, o estudo buscou acessar outros atores envolvidos no processo, como as instituições financeiras, que representam o lado da oferta de crédito, cuja percepção – exposta em nível estratégico e operacional – serviu de insumo complementar para o alcance dos objetivos propostos e permitiu contrapor e/ou validar as percepções dos produtores rurais.

Além disso, buscou-se incluir a percepção de outro ator que, apesar de pouco explorado em outros estudos, ocupa um papel central neste processo: o projetista. Os projetistas são assessores técnicos que desempenham a função de interface entre as esferas que demandam e ofertam crédito, uma vez que são os responsáveis por desenvolver, junto aos produtores rurais, o projeto técnico que será enviado para as instituições financeiras e consistirá em uma das mais importantes bases da análise de crédito. Dentro desse contexto, as percepções dos projetistas também serviram como insumo complementar de validação e/ou contraposição aos relatos e argumentos apresentados pelos produtores rurais.

Por fim, vale ressaltar que diferentemente de estudos anteriores publicados pelo Observatório ABC, os aspectos de regulamentação e incentivos da esfera governamental e institucional não serão explorados exaustivamente, isto é, não representam o foco do presente estudo e serão abordados como pano de fundo do contexto particular de Alta Floresta.

O foco deste estudo é identificar, a partir da perspectiva dos produtores rurais – setor que demanda crédito – quais são as dificuldades enfrentadas no processo de busca de recursos do Programa ABC, e validar ou contrapor os pontos apresentados a partir da perspectiva complementar das instituições financeiras – setor que oferta crédito – e dos projetistas. Dessa forma, será possível apresentar os resultados do estudo com o menor grau de viés possível.

3. METODOLOGIA DO ESTUDO

Esse estudo adota uma abordagem qualitativa e está estruturado em formato de estudo de caso, voltado a identificar e avaliar os desafios e restrições para a adoção do Programa ABC por parte de produtores rurais do município de Alta Floresta (MT), no âmbito do Projeto Observatório ABC.

Estudos com abordagem qualitativa englobam diferentes técnicas interpretativas voltadas a descrever, decodificar, traduzir e dar um significado para os fenômenos investigados. A partir desta abordagem, o pesquisador se coloca próximo da origem do fenômeno, o que permite sua interpretá-lo “in vivo”. O significado atribuído pelo pesquisador, portanto, considera por um lado o entendimento do contexto e, por outro lado, um processo de empatia, isto é, de se colocar na posição de quem gera tal fenômeno ou comportamento pesquisado⁷.

Dentro de uma abordagem qualitativa, foi aplicada como técnica de pesquisa a metodologia de estudo de caso. Essa escolha se sustenta pelo interesse dado ao caso individual do município de Alta Floresta, em especial o objetivo de estudar os desafios e restrições para a adoção do Programa ABC pelos produtores rurais locais. O estudo de caso permite, assim, entender experiências pessoais e particulares desses produtores rurais, bem como dos demais atores considerados no estudo⁸. Dessa forma, cabe destacar que essa metodologia busca representar o caso em si, levantar ideias (*insights*) e compreender como se dá a experiência local no processo de busca de crédito rural pelo Programa ABC, e não tem a pretensão de generalizar os resultados e conclusões.

O estudo de caso é considerado um método de pesquisa valioso para o apontamento de complexidades, as quais podem ser objeto de investigações futuras (seja por outras técnicas qualitativas, ou mesmo por técnicas quantitativas, voltadas a validar ou testar os aspectos encontrados), assim como apoia na definição de limites à generalização⁹. Ambos os aspectos são relevantes, no contexto do Projeto Observatório ABC. Primeiro, por possibilitar o entendimento do processo e da experiência do Programa ABC, pela perspectiva do produtor rural, em um nível micro, isto é, com maiores detalhes – fato que complementa os estudos prévios desenvolvidos. Segundo, pois ajuda a identificar elementos que são tratados, pelos órgãos responsáveis pelo Plano e Programa ABC, de forma generalizada, mas que não consideram aspectos idiossincráticos do município, ou mesmo do bioma Amazônia, em que o mesmo se insere.

7 Fonte: Van Maanem (1979).

8 Fonte: Stake (1994).

9 Fonte: Stake (1994).

Como técnica de levantamento de dados e informações, necessários para o desenvolvimento do estudo de caso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto aos produtores rurais locais de Alta Floresta - a entrevista é considerada uma das formas mais comuns e poderosas para se entender os fenômenos sociais¹⁰. As entrevistas foram realizadas por duplas de pesquisadores, de forma a aprimorar o processo de interpretação e análise do conteúdo. Em média, as entrevistas tiveram duração entre 45 e 75 minutos. Além de entrevistas presenciais, conduzidas durante duas visitas ao município de Alta Floresta, também foram realizadas entrevistas remotas, via telefone (sendo que essa segunda opção em caráter de exceção).

As entrevistas foram transcritas preservando a naturalidade morfológica, ou seja, mantendo formas de palavras, comentários e pontuação fiéis à apresentação de fala, e preservando a naturalidade da estrutura, isto é, o texto claramente estruturado por meio de marcadores de discurso. A transcrição é uma ferramenta que ajuda os pesquisadores qualitativos a dar sentido e entender as experiências e percepções dos entrevistados¹¹.

Além das entrevistas aplicadas em produtores rurais de Alta Floresta, foco principal do presente estudo, também foram conduzidas entrevistas semiestruturadas junto aos profissionais de assistência técnica, também conhecidos como “projetistas”, e representantes dos operadores financeiros, por parte do BNDES e Banco do Brasil (BB). O objetivo dessas entrevistas foi o de investigar e validar percepções dos produtores rurais de Alta Floresta, no sentido da experiência e percepções quanto ao Programa ABC, agregando a visão de outros atores importantes nesse processo. Assim como as entrevistas junto aos produtores rurais, essas tiveram duração entre 45 a 75 minutos.

O conteúdo das entrevistas foi analisado e interpretado no intuito de atender ao objetivo final do estudo, isto é, identificar os desafios e restrições que afetam a adoção do Programa ABC por parte de produtores do município de Alta Floresta. Esses desafios e restrições receberam o nome de “fatores de impacto” e, em seguida, foram classificados e organizados em grupos.

O processo de classificação e agrupamento considerou como critério as características comuns verificadas nos fatores de impacto, com base na percepção e experiência dos entrevistados. Esse

10 Fonte: Fontana e Frey (1994).

11 Fonte: Mclellan et al. (2003).

critério direcionou o agrupamento dos fatores de impacto em “categorias” (que consideram se os fatores de impacto são estruturais, especificidades locais ou conjunturais), “grupos” (nível macro) e “subgrupos” (nível micro).

Para acessar os entrevistados, foram utilizadas diferentes estratégias. O acesso às instituições financeiras se deu a partir de contatos previamente desenvolvidos, em outras iniciativas dentro do Projeto Observatório ABC, por parte da Fundação Getulio Vargas (FGV). A partir desses contatos, contribuíram com o presente estudo o BNDES e o Banco do Brasil (BB), entidades que representam bem as instituições financeiras dentro do Programa ABC. O BNDES¹² é o agente financeiro escolhido pelo governo brasileiro para repassar os recursos do Programa ABC, enquanto que o BB consiste no principal agente de política agrícola do país, dada sua capilaridade. Historicamente, o BB tem sido a maior fonte de desembolsos, seja via recursos próprios de sua Poupança Rural, seja via repasse de recursos do BNDES¹³. Pontualmente, e de forma complementar, o contato da agência local de um banco privado foi levantado a partir de um dos projetistas que atuam em Alta Floresta, fator que possibilitou a comparação do processo em relação ao BB.

Por sua vez, o contato das empresas de assistência técnica foi disponibilizado pelo Banco do Brasil, através de sua área de análise técnica agrônômica que atua no estado do Mato Grosso, sediada em Cuiabá. O BB forneceu a lista de projetistas credenciados em Alta Floresta.

Já o acesso aos produtores rurais de Alta Floresta foi um trabalho mais desafiador. Com o apoio do Secretário-adjunto de Agricultura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC - MT), Alexandre Possebon, foi possível acessar o Sindicato Rural de Alta Floresta, instituição que intermediou o contato com os produtores rurais locais. Foi o sindicato quem disponibilizou boa parte do acesso aos produtores rurais locais. No entanto, dada a baixa aderência, via sindicato (questão que deriva do perfil do próprio produtor rural local, como será discutido na Seção 6, dentro do subgrupo 1.1), houve a necessidade de recorrer, também, ao apoio dos projetistas locais para acessar um número maior de produtores rurais e enriquecer o estudo.

Em termos de amostra, o estudo de caso contou com um total de onze produtores rurais, considerados pelo Sindicato Rural de Alta Floresta e por alguns projetistas como formadores de

12 O BNDES, no exercício de sua função de banco de desenvolvimento, é o agente operacional do Programa ABC, distribuindo os recursos entre os diversos agentes financeiros e assim estimulando a concorrência que permite uma maior eficiência na alocação dos recursos, dentro do Plano ABC. Através da modalidade de operação automática indireta, para o apoio financeiro ao Programa ABC, o BNDES tem como objetivo fomentar programas de governo e necessita da capilaridade dos agentes financeiros para operar em todo o território nacional. Fonte: GVces, 2012.

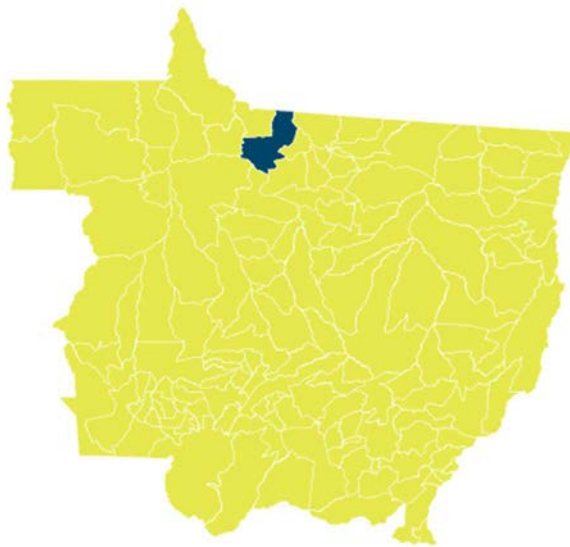
13 Fonte: GV Agro (2016).

opinião. Em relação aos projetistas, ou profissionais de assistência técnica, a amostra contou com quatro empresas. Apesar do número relativamente reduzido, a qualidade e profundidade das entrevistas compensa o resultado final, permitindo o levantamento de diversas ideias e a compreensão da dinâmica relativa aos fatores que influenciam a tomada de crédito rural no município, em especial o Programa ABC.

4. ALTA FLORESTA - MT

O município de Alta Floresta está situado ao Norte de Mato Grosso (Figura 2), a aproximadamente 700 km da capital do estado, Cuiabá. Apresenta uma área territorial de pouco mais de 8,9 mil km², com uma população estimada de 50 mil habitantes (para o ano de 2016) e Produto Interno Bruto (PIB) per capita na ordem de R\$ 20 mil¹⁴. Está situado na bacia hidrográfica do rio Tapajós, em uma região de colonização recente abrangida pelo Território Portal da Amazônia.

Figura 2
Localização do município de Alta Floresta no Estado do Mato Grosso



Fonte: IBGE.

Alta Floresta apresenta um processo histórico de colonização, bem como algumas particularidades que suportam sua escolha como local para a realização do estudo de caso. Em especial, por estar

¹⁴ Fonte: IBGE. <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/5100250>.

localizado no bioma Amazônia, se insere em uma região que atrai muita atenção, em termos de controle, fiscalização e regularização fundiária. Esse contexto reflete diretamente no acesso ao crédito rural, dado o maior nível de complexidade – desde 2015, em conformidade com a Resolução nº 4.422, de 25 de junho de 2015, do Banco Central do Brasil, passou a ser obrigatória a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) por parte dos interessados pelo crédito rural, bem como um maior nível de exigência sobre as agências bancárias para a comprovação e verificação deste e outros documentos apresentados¹⁵.

No que tange o processo recente de colonização do município, Alta Floresta foi fundada pelo colonizador paulista Ariosto da Riva em 1974, que ocupou a área então integralmente florestada de aproximadamente 800 mil hectares¹⁶. Considerado como o “último bandeirante”, apelido que recebeu do jornalista David Nasser, Ariosto da Riva, através da colonizadora, teve a ousadia de penetrar na floresta amazônica e implantar um projeto de colonização, através da Integração, Desenvolvimento, Colonização (Indeco) S.A. O nome de Alta Floresta deu-se em função da própria natureza da região, com mata alta e densa, já que o local se encontrava na região da Amazônia mato-grossense¹⁷.

A ocupação se deu via desmatamento, que ocorreu tanto por corte raso como por queima. O padrão de ocupação era o de “abrir o lote”, ou seja, suprimir a mata. Em 2009, passadas mais de três décadas de expansão das atividades agrícolas e pecuárias na região, a área desmatada correspondia a 53% da superfície total da cidade e a pecuária era a principal causa de desmatamento. Na ocasião, menos de 25% da superfície municipal estava cadastrada no Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais (SLAPR) e apenas 5,3% da área municipal possuía Licença Ambiental Única (LAU)¹⁸.

Em paralelo, no mês de abril de 2004, foi lançado pelo governo federal o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)¹⁹, que trouxe como desdobramento a criação da lista de municípios considerados prioritários para as ações de controle,

15 Fonte: Banco Central do Brasil (2015). Acesso em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48524/Res_4422_v1_O.pdf.

16 Fonte: Neves et al. (2014).

17 Fonte: IBGE. Acesso: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=_EN&codmun=510025&search=mato-grosso|alta-floresta.

18 Fonte: Neves et al. (2014).

19 O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) foi criado em 2004 e tem como objetivos reduzir de forma contínua e consistente o desmatamento e criar as condições para se estabelecer um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal. Fonte: MMA. Acesso em: <http://www.mma.gov.br/florestas/controle-e-prevencao-do-desmatamento/plano-de-acao-para-amazonia-ppcdam>.

pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA)²⁰, em janeiro de 2008²¹. O município de Alta Floresta foi incluído nessa primeira lista.

A conscientização local da entrada de Alta Floresta na Lista do MMA resultou principalmente de restrições e exigências comerciais que passaram a ser impostas ao empresariado local, bem como pela aplicação de prisões e multas por parte do Ibama, na ordem de R\$ 3 milhões, em operação de combate à exploração ilegal da madeira – Operação Arco de Fogo. Para ser excluído dela, o município deveria cumprir uma série de exigências: possuir 80% de seu território inscrito no Cadastro Ambiental Rural (CAR), manter o desmatamento anual em valores inferiores à 40 km² e manter a média de desmatamento nos anos de 2007 e 2008 igual ou inferior a 60%, em relação à média do período de 2004 a 2006²².

O processo que logrou a saída do município de Alta Floresta da lista do MMA foi resultado de estratégia elaborada pela então prefeita, Maria Izaura Afonso, e contou com a participação de diferentes atores da região. Entre as principais iniciativas envolvidas nesse trabalho conjunto, destacam-se²³:

- ▣ Criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Secma), pela prefeitura, que passou a centralizar as iniciativas voltadas ao cumprimento dos critérios para sair da lista. Para viabilizar a inscrição de pelo menos 682 mil hectares no CAR da Sema - MT, buscou apoio financeiro para cobrir os custos do processo para pequenos produtores e realizou um trabalho de conscientização dos médios e grandes produtores para convencê-los a regularizar suas propriedades;
- ▣ Apoio do Sindicato de Produtores Rurais de Alta Floresta para conquistar a confiança dos produtores rurais para adesão ao CAR; e
- ▣ Esforço de organizações da sociedade civil, como o Instituto Centro Vida (ICV), que além de dar apoio técnico e logístico à Secma, elaborou a base cartográfica da cidade e apoiou

20 O Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007, estabeleceu uma série de ações de forma a prevenir, monitorar e controlar o desmatamento ilegal no bioma Amazônia. Dentre tais ações, cita-se a Lista de Municípios Prioritários, a qual recebe esse nome uma vez que nesses municípios serão priorizadas as medidas de integração e aperfeiçoamento das ações de monitoramento e controle de órgãos federais, o ordenamento fundiário e territorial e o incentivo a atividades econômicas ambientalmente sustentáveis. Fonte: MMA. Acesso: <http://www.mma.gov.br/florestas/control-e-prevencao-do-desmatamento/plano-de-acao-para-amazonia-ppcdam/lista-de-munic%C3%ADpios-priorit%C3%A1rios-da-amazonia>.

21 Fonte: Portaria MMA nº 28/2008.

22 Fonte: Neves et al. (2014).

23 Fonte: Neves et al. (2014).

a secretaria na interface com o governo do estado e no desenvolvimento do projeto para a captação de recursos junto ao Fundo Amazônia.

Como resultado desta ação conjunta liderada pela prefeita de Alta Floresta, o município foi retirado da lista de municípios prioritários para as ações de controle do MMA em abril de 2012²⁴, passando a ser considerado como área de desmatamento monitorado e sob controle na Amazônia²⁵.

Por todo esse histórico e complexidade, Alta Floresta se apresenta como um município de interesse para a aplicação do presente estudo, no intuito de mapear e analisar os desafios e limitações que os produtores rurais locais enfrentam na tentativa de acessar crédito rural via Programa ABC.

5. VISÃO RESUMIDA DO PROCESSO: PROGRAMA ABC

A partir das entrevistas e conversas desenvolvidas ao longo do presente estudo de caso, as quais consideram a participação dos diferentes atores considerados, isto é, produtores rurais, profissionais de assistência técnica/projetistas e instituições financeiras, foi desenvolvido um fluxo resumido do processo, referente ao Programa ABC (Figura 3). Esse fluxo não tem por objetivo reconhecer todas as atividades de forma detalhada, tampouco apresentar uma visão exaustiva sobre o processo. Em vez disso, esse fluxo resumido busca apresentar uma visão macro e geral da participação dos atores envolvidos com o processo do Programa ABC.

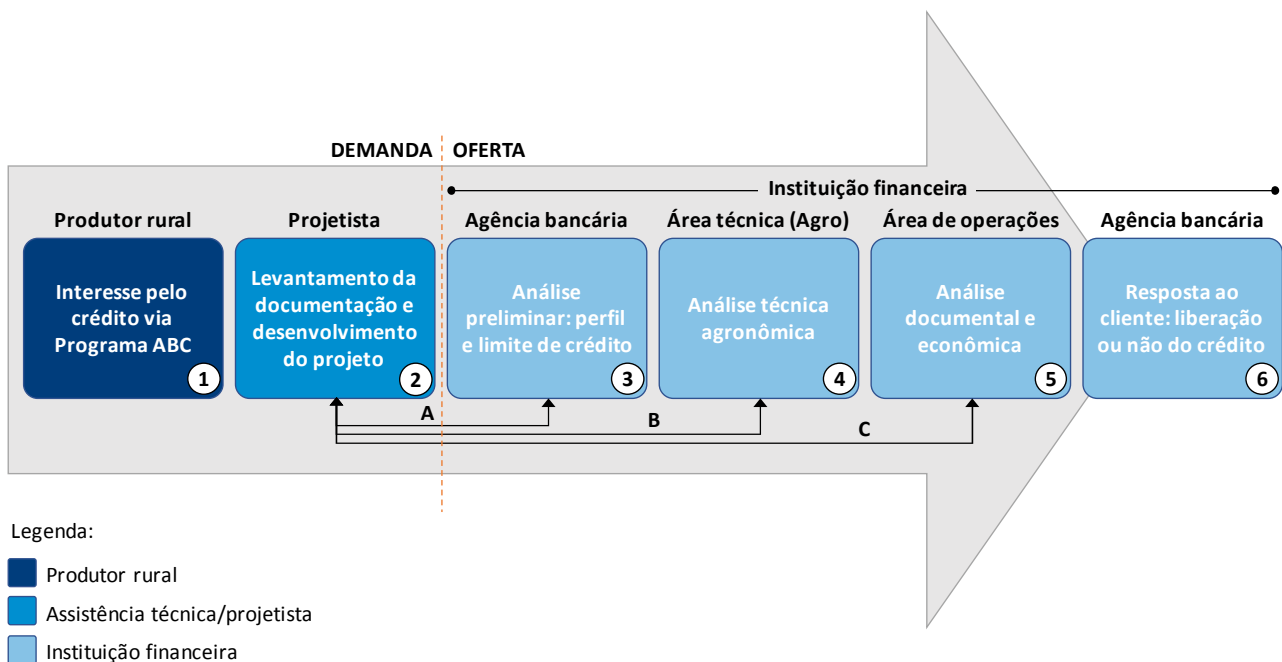
Vale destacar, como complemento, que a visão aqui apresentada toma como base o contexto analisado para o caso de Alta Floresta e, portanto, não considera eventuais especificidades relativas a outros biomas ou regiões do país, para dar um exemplo. O fluxo representa, ainda, a visão geral apresentada pelos produtores rurais e projetistas de Alta Floresta, com elementos adicionais incorporados a partir do contato com as instituições financeiras, em especial o Banco do Brasil.

Figura 3

Fluxo resumido do processo, com base no caso de Alta Floresta – Programa ABC

24 Fonte: Portaria MMA nº 187/2012.

25 Fonte: MMA. Acesso em: <http://www.mma.gov.br/informma/item/8556-desmatamento-diminui>.



Como complemento ao fluxo definido, e no intuito de apoiar no entendimento das principais etapas destacadas, a seguir são apresentados alguns comentários e informações por etapa, de acordo com a numeração:

- 1) Como início do processo, o produtor demonstra interesse pelo crédito do Programa ABC, indo à agência em que é correntista, para se informar sobre as opções de crédito rural e as condições financeiras. Dependendo do conhecimento do produtor rural sobre o Programa ABC, o interesse pode ser direcionado previamente a essa opção de crédito (para casos em que o produtor rural conheça o Programa ABC), ou o banco pode auxiliar no processo de escolha por essa opção (para casos em que o produtor rural conheça pouco ou desconheça o Programa ABC, mas tenha objetivos ou necessidades alinhadas à linha ofertada pelo programa).
- 2) O projetista é responsável por desenvolver o projeto, enquadrando a finalidade e os aspectos técnicos a algum dos objetivos específicos do Programa ABC²⁶. Esse trabalho

26 Os financiamentos do Programa ABC podem ser destinados a projetos de investimento nas seguintes finalidades: recuperação de pastagens degradadas (ABC Recuperação); implantação e melhoramento de sistemas orgânicos de produção agropecuária (ABC Orgânico); implantação e melhoramento de sistemas de plantio direto “na palha” (ABC Plantio Direto); implantação e melhoramento de sistemas de integração lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta e de sistemas agrofloreais (ABC Integração); implantação, manutenção e melhoramento do manejo de florestas comerciais, inclusive aquelas destinadas ao uso industrial ou à produção de carvão vegetal (ABC Florestas); adequação ou regularização das propriedades rurais frente à legislação ambiental, inclusive recuperação da reserva legal, de áreas de preservação permanente, recuperação de áreas degradadas e implantação e melhoramento de planos de manejo florestal sustentável (ABC Ambiental); implantação, melhoramento e manutenção de sistemas de tratamento de dejetos e resíduos oriundos de produção animal para geração de energia e compostagem (ABC Tratamento de Dejetos);

apresenta um nível de complexidade relativamente maior, se comparado a outras linhas de crédito, voltadas ao custeio ou investimento de itens tangíveis, por se tratar de uma finalidade mais subjetiva, ou seja, o investimento em novas técnicas e processos produtivos de baixo carbono. Além disso, esse profissional de assistência técnica, devidamente habilitado, deve auxiliar na elaboração dos requisitos técnicos específicos (croqui descritivo e histórico de utilização da área do projeto aferidos por sistema de posicionamento global, comprovantes de análise de solo e da recomendação agrônômica, plano de manejo agropecuário/agroflorestal/florestal da área do projeto). Cabe ao projetista, ainda, orientar o produtor rural acerca de toda a documentação necessária. Isso considera toda a documentação bancária referente ao imóvel, garantias, certidões negativas, por exemplo, além das exigências ambientais. Dessa forma, é possível verificar a importância do papel do projetista, bem como do seu conhecimento sobre o Programa ABC, suas exigências e complexidade, para o processo e, conseqüentemente, para a liberação do crédito.

- 3) Na agência se inicia o processo de análise do cliente, ou seja, do produtor rural, considerando o perfil de risco, histórico, entre outros, até a definição do limite disponível, procedimentos que seguem as normas e regras bancárias que regulamentam a oferta de crédito rural no Brasil. Esses parâmetros são importantes insumos para o desenvolvimento do projeto (interface entre projetista e agência, indicada no fluxo pela seta “A”). Caso o produtor rural não trabalhe ou conheça alguma empresa de assistência técnica, ou seja, um projetista qualificado para elaborar o projeto técnico e econômico, bem como apoiar com o levantamento da documentação necessária para o Programa ABC, o banco pode recomendar algumas alternativas, uma vez que possuem um grupo de profissionais credenciados.
- 4) Uma vez concluído o projeto e providenciada toda a documentação, esse conteúdo é submetido para a agência do banco, que protocola o projeto e encaminha para a área técnica. Essa área técnica é composta por agrônomos do banco e se responsabiliza pela análise de todos os requisitos técnicos, em linha com os requisitos por finalidade do Programa ABC, incluindo a capacidade financeira do projeto, de um ponto de vista técnico. Caso haja alguma inconformidade, a área técnica entra em contato com o

implantação, melhoramento e manutenção de florestas de dendezeiro, prioritariamente em áreas produtivas degradadas (ABC Dendê); estímulo ao uso da fixação biológica do nitrogênio (ABC Fixação).

projetista, indicando o problema e solicitando as providências de ajuste (interface entre projetista e área técnica, indicada no fluxo pela seta “B”). Nesse caso, o processo de análise técnica é feito novamente sobre a projeto ajustado. Caso o projeto esteja em conformidade com os requisitos técnicos, o analista agrônomo emite o parecer técnico aprovando o projeto e o encaminha de volta para a agência.

- 5) Com o parecer indicando o enquadramento técnico, o projeto e a documentação são encaminhados, pela agência, para uma área responsável pela análise documental e econômica (no caso do BB, essa área é centralizada e não local/regional). Nessa etapa, toda a documentação é analisada, incluindo as exigências ambientais – para o caso de municípios inseridos no bioma Amazônia, como Alta Floresta, as exigências ambientais são ainda maiores: nesse caso, a apresentação do CAR é obrigatória. Além dos documentos, é feita a análise de capacidade de pagamento, projeção de renda agropecuária, fluxo de caixa e garantias do projeto. Caso seja identificado algum ponto em inconformidade ou a necessidade de complemento de alguma informação, essa área devolve o projeto para a agência do banco, que redireciona para o projetista indicando os ajustes necessários (interface entre projetista e área documental, intermediada pela agência bancária, indicada no fluxo pela seta “C”). Se o projeto estiver em conformidade e a documentação completa, essa área emite outro parecer de enquadramento e encaminha para aprovação. Cabe destacar que, caso o projeto de financiamento seja elaborado a partir de recursos do BNDES (via repasse), o projeto ainda passa por mais uma etapa de análise, a ser conduzida pelo próprio BNDES, antes de ser encaminhada para aprovação – que pode implicar na necessidade de ajustes, caso apontado pelo BNDES.
- 6) Com os pareceres técnicos e documental/econômico, o projeto de financiamento é aprovado e a resposta é fornecida ao produtor rural via agência bancária. Caso haja necessidade de ajuste, a agência fica incumbida de encaminhar o projeto, com os eventuais problemas indicados, para as providências do projetista e produtor.

6. ANÁLISE DO CASO DE ALTA FLORESTA - MT

Conforme já destacado nas seções anteriores, o presente estudo de caso buscou identificar e avaliar os desafios e restrições para a adoção do Programa ABC por parte de produtores do município de Alta Floresta, no âmbito do Projeto Observatório ABC. Para tanto, foram aplicadas entrevistas junto aos produtores rurais locais e profissionais de assistência técnica/projetistas que os auxiliam ao longo de todo o processo. Essas entrevistas possibilitaram levantar as percepções e experiências referentes ao Programa ABC, dentro do contexto específico de Alta Floresta, município com histórico de desmatamento e com predominância da pecuária, como principal atividade agrícola.

Além das entrevistas aplicadas junto aos atores pelo lado da demanda, também foram entrevistados representantes das principais instituições financeiras envolvidas no Programa ABC: o BNDES e Banco do Brasil. O objetivo foi incorporar ao estudo a perspectiva do lado da oferta, além de complementar e validar as ideias apontadas pelos produtores e projetistas.

Os desafios e restrições identificados foram denominados como “fatores de impacto” que influenciam, em diferentes formas, o Programa ABC, na visão dos atores considerados. Esses fatores de impacto foram interpretados com base nas percepções e experiências dos entrevistados para, então, serem classificados e organizados, considerando dois critérios principais: características comuns e perspectivas dos atores. Com base nas características, os fatores de impacto foram classificados em “categorias” (que consideram se os fatores de impacto são estruturais, especificidades locais ou conjunturais), “grupos” (nível macro) e “subgrupos” (nível micro).

Foram definidas três categorias para os fatores de impacto, conforme apresentado na Tabela 1, a seguir: estrutural, especificidade local e conjuntural.

Tabela 1
Categorias dos fatores de impacto

Categoria	Descrição
1 Estrutural	Fatores de impacto relacionados ao lado da oferta de crédito via Programa ABC, os quais englobam desde os elementos mais amplos, como regras e normas que regem o sistema de crédito rural no país, como os demais elementos mais específicos ao próprio Programa ABC - como processo interno às instituições financeiras, tipo de projeto a ser desenvolvido como forma de acesso ao crédito, documentação específica exigida, entre outros -, ou mesmo por se tratar de bioma Amazônia.
2 Especificidade local	Fatores de impacto relacionados às idiossincrasias e características específicas dos atores locais, ou seja, do setor produtivo de Alta Floresta - MT, os quais moldam a demanda pelo crédito rural no município objeto de análise deste estudo.
3 Conjuntural	Fatores de impacto decorrentes do contexto conjuntural, como fatores econômicos e produtivos, por exemplo. Tratam-se, portanto, de fatores dinâmicos que mudam conforme o cenário político e econômico do país.

A organização de grupos e subgrupos resultou na seguinte estrutura analítica, conforme a Tabela 2, a seguir:

Tabela 2
Estrutura analítica de grupos e subgrupos

Grupo	Subgrupo
1 Cultura produtiva local de Alta Floresta	1.1 Perfil do produtor rural de Alta Floresta
	1.2 Realidade produtiva do pecuarista de Alta Floresta
2 Contexto econômico local de Alta Floresta	2.1 Situação econômica dos produtores rurais de Alta Floresta
3 Regulamentação ambiental das propriedades rurais de Alta Floresta	3.1 Documentação/regulamentação ambiental rural
4 Motivadores do interesse pelo crédito rural via Programa ABC	4.1 Motivadores produtivos
	4.2 Motivadores econômicos
	4.3 Motivadores ambientais
5 Difusão do Programa ABC aos atores envolvidos	5.1 Conhecimento sobre o Programa ABC
	5.2 Conhecimento e o processo de tomada de decisão sobre as alternativas de crédito rural
	5.3 Divulgação do Programa ABC pelos agentes financeiros
6 Regulamentação bancária	6.1 Regras e políticas que regulamentam o crédito rural

Grupo		Subgrupo	
7	Características econômico-financeiras do Programa ABC	7.1	Competitividade das taxas de juros
		7.2	Parâmetros do crédito: prazos de carência, prazos de pagamento e valor de financiamento
8	Processo de análise e aprovação do crédito junto aos operadores financeiros	8.1	Complexidade e burocracia processual bancária
		9.1	Alternativas colocadas em prática por produtores rurais locais
9	Soluções locais		

Nas subseções a seguir, serão apresentados em detalhes todos os 32 fatores de impacto, organizados na estrutura de grupos e subgrupos, bem como citações dos atores locais que sustentam e ilustram as opiniões e percepções destes quanto ao Programa ABC.

6.1 GRUPO 1: CULTURA PRODUTIVA LOCAL DE ALTA FLORESTA

O grupo de análise definido como **Cultura Produtiva Local de Alta Floresta** considera características que tratam da cultura local dos produtores e das atividades produtivas predominantes na região, elementos que afetam direta ou indiretamente a demanda por crédito no município. Assim, este grupo engloba os seguintes subgrupos:

- ▣ **Subgrupo 1.1 - Perfil do produtor rural de Alta Floresta;** e
- ▣ **Subgrupo 1.2 - Realidade produtiva do pecuarista de Alta Floresta.**

A Tabela 3, a seguir, apresenta um breve resumo de como estão organizados os fatores de impacto identificados nesse grupo, organizados pelos subgrupos citados.

Tabela 3
Resumo dos fatores de impacto no Programa ABC
Grupo 1: Cultura Produtiva Local de Alta Floresta

SUBGRUPO		FATOR DE IMPACTO	CATEGORIA
1.1	Perfil do produtor rural de Alta Floresta	1.1.1 Predominam, na região de Alta Floresta, pequenos e médios pecuaristas	Especificidade local
		1.1.2 Os pecuaristas locais, historicamente, são avessos à novas tecnologias e técnicas produtivas	Especificidade local
		1.1.3 Os pecuaristas locais apresentam certa resistência a informações e conhecimento técnico de terceiros	Especificidade local
1.2	Realidade produtiva do pecuarista de Alta Floresta	1.2.1 Muitos empreendimentos pecuaristas apresentam pastagens velhas e degradadas	Especificidade local
		1.2.2 Muitos empreendimentos pecuaristas apresentam problema de “morte súbita” do capim	Especificidade local

6.1.1 Subgrupo 1.1: Perfil do produtor rural de Alta Floresta

- ▣ **Fator de Impacto 1.1.1: Predominam, na região de Alta Floresta, pequenos e médios pecuaristas**

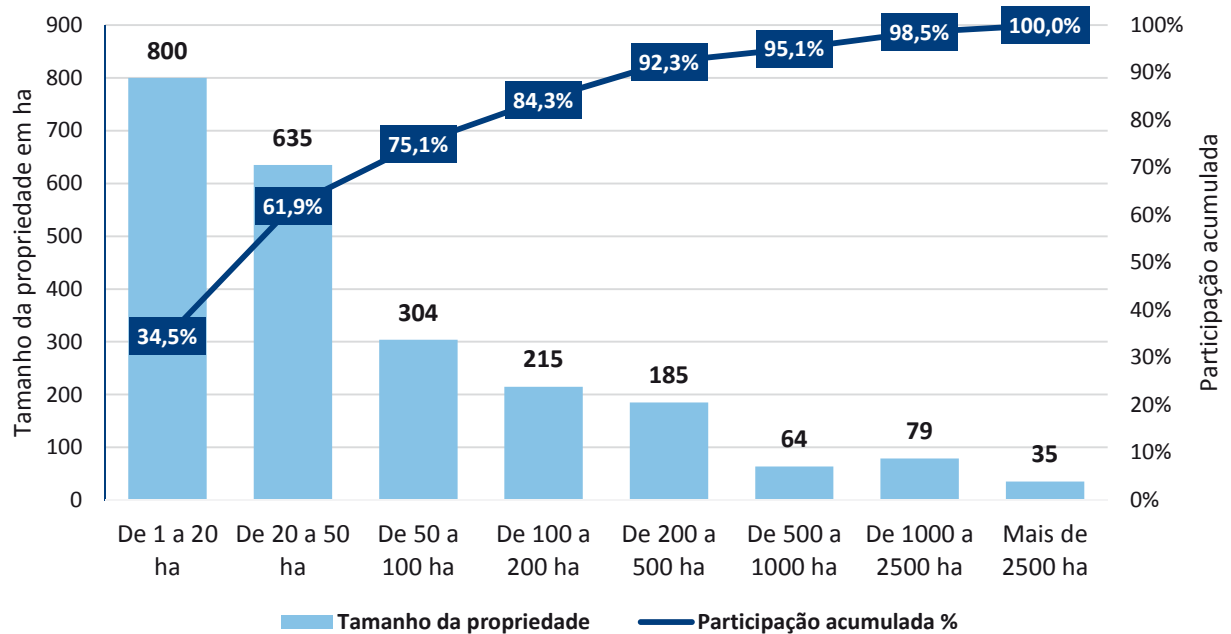
De acordo com os relatos dos produtores rurais e pelos assessores técnicos projetistas de Alta Floresta, predominam no município pequenas e médias propriedades:

"Nossa região aqui é predominantemente de pastagens (...). A agricultura está chegando agora. A área (de agricultura) é bem pouca ainda (...). O carro chefe aqui é pecuária." (Assessor técnico/projetista local).

Essa informação está alinhada ao Censo Agropecuário do IBGE (2006), em que 84,3% das propriedades rurais do município de Alta Floresta possuem até 200 ha, e 92,3% até 500 ha, como apresentado na Figura 2, a seguir. Do total das propriedades do município, 78% apresentam a pecuária como atividade econômica, conforme destacado no Figura 3.

Figura 2

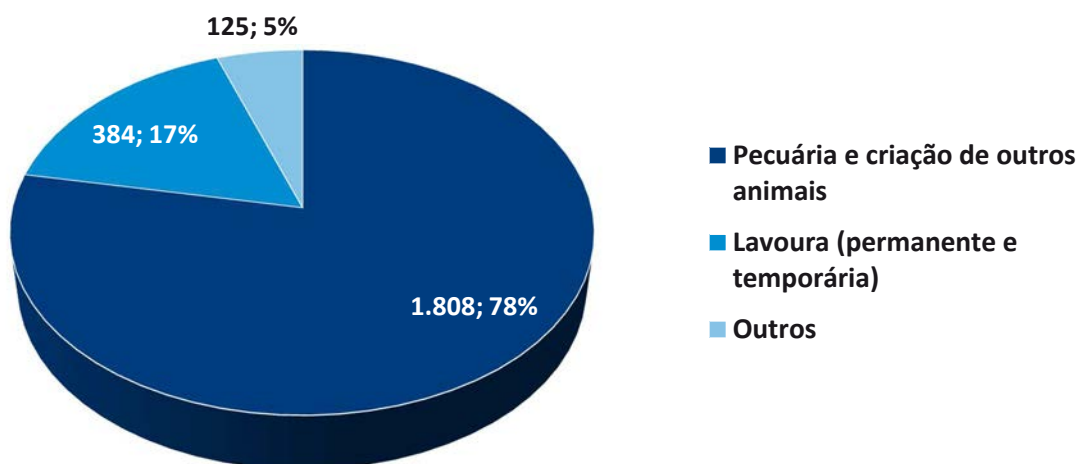
Distribuição de propriedades rurais de Alta Floresta - MT, por tamanho (em ha)



Fonte: IBGE (2006).

Figura 3

Distribuição de propriedades rurais de Alta Floresta - MT, por atividade econômica



Fonte: IBGE (2006).

Mapear esse contexto local consiste em importante elemento para entender como funciona a demanda por crédito rural no município de Alta Floresta. Além disso, permite compreender em quais

linhas de crédito – lado da oferta – se enquadram os produtores rurais locais. Nesse sentido, esse perfil dos pecuaristas locais cria a possibilidade de acesso a uma opção de crédito rural bastante competitiva, em termos de taxas de juros, se comparada ao Programa ABC: o Pronaf.

Segundo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), linha de crédito voltada a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas²⁷, a área máxima de propriedade que se enquadra neste programa corresponde à 4 módulos fiscais (MF). Um MF corresponde a área mínima economicamente viável para a exploração agropecuária. Segundo o Incra, o MF em Alta Floresta corresponde a 100 ha, fato que possibilita que propriedades de até 400 ha, na região, recorram ao Pronaf como alternativa de crédito.

Vale observar, contudo, que os valores disponibilizados (limites) por meio do Pronaf são inferiores aos disponibilizados pelo Programa ABC. Enquanto os valores máximos de crédito ofertados via Pronaf chegam à R\$ 250 mil ano/safra, para custeio, e R\$ 165 mil ano/safra para investimento, por exemplo, destinado à recuperação de pastagens²⁸, no caso do Programa ABC, o valor limite é de até R\$ 2,2 milhões por ano-safra²⁹.

▣ **Fator de Impacto 1.1.2: Os pecuaristas locais, historicamente, são resistentes à novas tecnologias e técnicas produtivas**

Alguns produtores apontam a resistência por tecnologias e técnicas produtivas inovadoras, de intensificação da produção e de maior atenção para com a preservação ambiental, como é o caso do Programa ABC. Essa característica se deve a uma cultura voltada aos processos tradicionais e técnicas ultrapassadas utilizados na região.

27 Fonte: Banco Central do Brasil. Acesso: https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp.

28 A linha Pronaf destinada para custeio apresenta como condições: uma ou mais operações de custeio que, somadas, atinjam o valor de até R\$ 250 mil por cliente no ano-safra, com taxa efetiva de juros de 5,5% a.a.; já como exemplos, as linhas Pronaf destinadas para investimento podem apresentar como condições: valor limite de R\$ 165 mil (destinada à formação e recuperação de pastagens, capineiras e demais espécies forrageiras, produção e conservação de forragem, silagem e feno destinados à alimentação animal), com taxa efetiva de juros de 2,5% a.a.; e valor limite de R\$ 20 mil para aquisição de animais para recria e engorda, com taxa efetiva de juros de 2,5% a.a. (ambas da Linha de Investimento "Mais Alimentos"). Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2016.

29 Valor máximo de R\$ 2,2 milhões por cliente no ano-safra. Fonte: BNDES. Acesso em <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/programa-abc>.

Segundo alguns depoimentos, contudo, essa mentalidade vem mudando, devido ao contexto produtivo da região, ou seja, aos problemas de degradação de pastagens e da “morte súbita” do capim, bem como devido ao novo Código Florestal Brasileiro.

"O que acontecia aqui: a mentalidade (do pecuarista local), esgotava (o capim). Hoje, você pode ver muito pasto aqui esgotado. Você não pode raspar o capim. Ele perde a força. E o que acontece? Ele (capim) estando esgotado, ele vai ter que comer tudo o que a terra tem para ele ir pra cima." (Pecuarista local).

Em geral, os pecuaristas avaliam investidas de alguns colegas mais arrojados e implementam algumas iniciativas de sucesso (é o caso, por exemplo, de integração da lavoura com a pecuária). Esse perfil, entretanto, vem sofrendo mudanças decorrentes do problema de "morte súbita" do capim utilizado como pastagem, da necessidade de aumento da competitividade em resposta ao contexto econômico e que já vem sendo trabalhado por alguns pecuaristas com perfil mais empreendedor.

"Tem um percentual aí de produtor que é questão de formação. Ele fica naquela mesmice, né? Ele não aceita inovações. É um cara que tem a tendência de ser comido por um vizinho ou por outro que venha aí. (...) a tendência é diminuir o número de produtor, é por isso aí: o cara não se adapta. (...) você hoje não vai ficar numa pecuária extensiva mais com 1 cabeça por ha. Hoje você tem que ter 2 cabeças no mínimo, com tendência de ir pra 4 (cabeças de gado) e preservando as nascentes e APP. (...) então, eu acredito que uns 30% você consegue trazer pra dentro e fazer esse trabalho (de aplicação de novas técnicas e tecnologias como as destinadas para recuperação de pastagens). Aí tem um percentual, que não é pouco, que é uma metade que tem a parte de educação, que não vai fazer. Só vai fazer depois que o vizinho fizer e estiver dando certo." (Pecuarista local).

■ **Fator de Impacto 1.1.3: Os pecuaristas locais apresentam certa resistência a informações e conhecimento técnico de terceiros**

Os pecuaristas de Alta Floresta sinalizaram alguma resistência a informações e conhecimentos técnicos advindos de terceiros, em especial de órgãos não oficiais. Segundo os próprios pecuaristas locais, isso se deve ao fato da crescente presença e atuação de empresas e organizações não

governamentais na região. Em especial, durante o período de 2008 a 2012, em que Alta Floresta esteve na lista de municípios prioritários da Amazônia³⁰, do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Nesse período, o assédio de órgãos envolvidos com o meio ambiente foi significativo e contribuiu para o desenvolvimento dessa resistência a informações e ações de comunicação ou capacitação, por parte desses órgãos não oficiais.

Desde 2012, Alta Floresta não está mais na lista de municípios prioritários do MMA, apesar de seguir tendo o desmatamento monitorado. Além disso, algumas organizações ambientais buscaram se aproximar e criar mecanismos de comunicação e conscientização mais eficazes junto aos proprietários da região. Ainda assim, parte dos pecuaristas seguem com certa resistência a essas organizações. Para eles, a informação só é legítima e confiável se fornecida por fontes oficiais, como a Embrapa, CNA, SENAR, órgãos públicos ou mesmo os bancos.

"Os problemas aqui são dois: a informação e órgão que não são competentes tomando a vez de quem deveria fazer isso. Por exemplo, nós sofremos muito aqui com ONGs. Nós tínhamos aqui uma ONG que era opressora e agora ela se tornou teoricamente legal para os produtores e ela parece que monopoliza essas informações. Então, muitas vezes, essas ONGs têm trazido pra cá projetos e financiamentos e o que é do órgão oficial fica em segundo, terceiro plano. (...) eles vêm com recurso, tudo e acabam, por exemplo, tirando até mesmo esse produtor que é legal, em vez dele pegar uma linha governamental, ele vai por esse outro caminho. Então isso daqui tem prejudicado o produtor." (Pecuarista local).

"O que falta realmente é um órgão oficial vir. O produtor rural daqui da região ele é muito cismado. Vamos supor, tem uma ONG tal que vem falar sobre o Programa ABC... você pode colocar nas rádios, na TV local, nos jornais impressos, se vierem 6 pessoas, 10 pessoas, vai ser muito. Agora, se falar assim: vai vir a Embrapa, o Ministério da Agricultura... é outra conversa. O problema é que estamos desassistidos aqui pela presença governamental." (Pecuarista local).

30 O Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007, estabeleceu uma série de ações de forma a prevenir, monitorar e controlar o desmatamento ilegal no bioma Amazônia. Dentre tais ações, cita-se a Lista de Municípios Prioritários, a qual recebe esse nome uma vez que nesses municípios serão priorizadas as medidas de integração e aperfeiçoamento das ações de monitoramento e controle de órgãos federais, o ordenamento fundiário e territorial e o incentivo a atividades econômicas ambientalmente sustentáveis. Fonte: Ministério do Meio Ambiente. Acesso: <http://www.mma.gov.br/florestas/control-e-prevencao-do-desmatamento/plano-de-acao-para-amazonia-ppcdam/lista-de-munic%C3%ADpios-prioritarios-da-amazonia>.

Vale destacar, entretanto, que mesmo que haja a presença de órgãos oficiais na divulgação, ou mesmo que os conhecimentos sejam transmitidos por meio do próprio Sindicato Rural de Alta Floresta, há produtores que ainda não se mobilizam ou não demonstram muito interesse, muito por conta da característica de resistência a técnicas produtivas modernas (fator de impacto 1.1.2).

“Foi amplamente divulgado (o Programa ABC) pelo Sindicato. Tiveram cursos... deram a explicação sobre a reforma de pastagem, manejo do gado, como é que fazia, negócio trabalhista... achei bem interessante. Na última palestra levou todo mundo para uma fazenda. (...), mas o pessoal aqui não é muito participativo. Era eu e mais dois.” (Pecuarista local).

6.1.2 Subgrupo 1.2: Realidade produtiva do pecuarista de Alta Floresta

▣ Fator de Impacto 1.2.1: Muitos empreendimentos pecuaristas apresentam pastagens velhas e degradadas

As virtudes climáticas e fertilidade do solo encontradas na região de Alta Floresta, em conjunto com o perfil médio do pecuarista local, muitas vezes avesso à novas tecnologias e técnicas produtivas, colaboraram para um processo de degradação e envelhecimento das pastagens, o qual impacta diretamente na capacidade produtiva e maior necessidade de investimentos para recuperação, ou mesmo substituição da pastagem.

Esse cenário é apontado por alguns produtores rurais e projetistas locais:

“As pastagens da nossa região aqui são praticamente 90-95% degradadas, né? Pastagens velhas, antigas. Degradadas e antigas porque não tiveram manutenção. São pastagens com 20-30 anos, que nunca receberam nenhum tipo de correção de calcário, nenhum tipo de adubação, manejo correto.” (Assessor técnico/projetista local).

“Os produtores da região nunca investiram em tecnologia e novas técnicas produtivas devido a alta fertilidade do solo aqui da região. Mas, com o problema da ‘morte súbita’ (do pasto) isso mudou.” (Pecuarista local).

▣ **Fator de Impacto 1.2.2: Muitos empreendimentos pecuaristas apresentam problema de “morte súbita” do capim**

A “morte súbita” do capim ou síndrome da morte do capim é um problema sério que assola a região, incluindo o município de Alta Floresta, e foi citado pela maioria dos produtores rurais entrevistados, bem como por alguns dos projetistas. Como o próprio nome sugere, é uma doença que causa a mortalidade da pastagem e impacta diretamente na capacidade produtiva dos pecuaristas locais.

"Nós estamos com um problema de pastagem aqui sério, né? Essa região aqui, há mais de 30 anos, iniciou a formação de pastagem. Tem pastagem velha, degradada... e tem pastagem que morreu. Deu esse problema de morte súbita aí, que eu acho que é o pior de todos." (Pecuarista local).

"E aí, veio a 'morte súbita' pra nossa região aqui. Começou em torno de 3 a 4 anos (...) e hoje está mais alastrado. (...) as pastagens estão morrendo, né?" (Assessor técnico/projetista local).

Segundo estudos da Embrapa (2014), a síndrome da morte do capim braquiarião (SMB) é apontada como uma das principais causas da degradação de pastagens no Mato Grosso, incluindo o município de Alta Floresta. A causa da SMB, segundo o estudo, está "relacionada a umidade excessiva do solo e ao ataque de fungos nas raízes do capim braquiarião, principalmente em razão da reconhecida baixa tolerância desse capim ao excesso de água no solo³¹" (Embrapa, 2014). No caso específico de Alta Floresta, o alagamento ou má drenagem dos solos é comum, decorrentes do regime intenso de chuvas. O efeito secundário desse processo consiste no ataque de fungos de solo que colonizam a base da planta, levando a sua morte.

Como será apresentado em maiores detalhes, a seguir (fator de impacto 4.1.1), esse problema tem aumentado não apenas a procura, mas a necessidade pelo crédito como mecanismo para reverter essa situação e recuperar a viabilidade do negócio.

6.2 GRUPO 2: CONTEXTO ECONÔMICO LOCAL DE ALTA FLORESTA

³¹ Fonte: Embrapa (2014).

O grupo de análise intitulado **Contexto Econômico Local de Alta Floresta** considera elementos da conjuntura econômica percebida na região, pela ótica dos produtores rurais e demais atores entrevistados. O contexto econômico impacta a atividade pecuarista, como qualquer outra atividade produtiva, além de afetar a própria oferta de crédito rural no município.

Esse grupo está estruturado em um único subgrupo de análise: **Subgrupo 2.1 - Situação econômica dos produtores rurais de Alta Floresta**. A Tabela 4, a seguir, apresenta um breve resumo de como estão organizados os fatores de impacto identificados nesse grupo.

Tabela 4
Resumo dos fatores de impacto no Programa ABC
Grupo 2: Contexto Econômico Local de Alta Floresta

SUBGRUPO	FATOR DE IMPACTO	CATEGORIA
2.1 Situação econômica dos produtores rurais de Alta Floresta	2.1.1 Aumento de inadimplência é percebido entre os produtores rurais de Alta Floresta	Conjuntural
	2.1.2 Algum endividamento é percebido entre os produtores rurais de Alta Floresta, fator que limita o crédito	Conjuntural
	2.1.3 Produtores rurais enfrentam problema de <i>mark-up</i> e lucratividade, devido ao contexto do mercado	Especificidade local

6.2.1 Subgrupo 2.1: Situação econômica dos produtores rurais de Alta Floresta

- ▣ **Fator de Impacto 2.1.1: Aumento de inadimplência é percebido entre os produtores rurais de Alta Floresta**

O índice de inadimplência dos produtores rurais de Alta Floresta apresentou um sensível crescimento nos últimos anos, conforme apontado por alguns dos próprios produtores. Segundo informação (dados não oficiais) de um dos bancos locais, esse índice cresceu cerca de 180% em 2015, em comparação ao ano anterior. Esse fato se deve, em parte, pelo tipo de gestão ainda pouco profissional/especializada apresentada pelos pecuaristas, em sua maioria, e em parte dado o contexto econômico adverso.

"Ano passado, nós comprávamos vaca aqui a R\$ 2.500, com juros de 6,75%. (...) hoje, aquela mesma vaca vale R\$ 1.700. Quanto ele perdeu? (...) você não tem estabilidade. O cara financiou soja há três anos a R\$ 80. Hoje ele está vendendo a R\$ 60. Ele não paga nunca o financiamento. (...) não importa que ele pegou a 6,75%. Nunca mais ele vai pagar. Aí que está o problema." (Pecuarista local).

"A inadimplência entre os pecuaristas em Alta Floresta é superior à de outras regiões do MT, onde predominam a agricultura. (...) a gestão realizada pelos pecuaristas daqui não é tão eficiente, fazendo com que não tenham capacidade de honrar seus financiamentos." (Profissional de agência bancária local).

▣ **Fator de Impacto 2.1.2: Algum endividamento é percebido entre os produtores rurais de Alta Floresta, fator que limita o crédito**

Boa parte dos produtores rurais de Alta Floresta apresenta algum nível de endividamento, fator que restringe o acesso ao crédito, dados os mecanismos de análise utilizados pelos bancos, em linha com as normas do Banco Central. Apesar de baixo, o nível de endividamento acaba diminuindo o acesso ao crédito rural. Esse endividamento, em parte, é resultado do contexto econômico adverso, bem como pela cultura de gestão amadora que, em geral, é observada na região. Essa informação não dispõe de dados oficiais, mas se baseia na percepção local de alguns dos produtores entrevistados.

"Os produtores da atividade agropecuária de maneira geral devem muito ou pouco, mas estão endividados em alguma medida e quando vão ao banco, essa condição impacta a capacidade de pagamento, porque no momento em que você já está com a área degradada, você está com suporte de gado um pouco menor, aí o banco entende que a capacidade de pagamento do produtor fica reduzida." (Pecuarista local).

"(...) o grande problema que eu acho é a falta de crédito das pessoas. Não é que o cara não quer tomar não, ele quer tomar (crédito). Dos que já tomaram, muitos não conseguem nem pagar. O grande problema é não ter crédito para tomar esse dinheiro (...), é o problema do CPF. (...) eu tive um problema no passado. Então, eu também

não tenho como pegar (crédito). Eu tenho uma propriedade excelente dentro da cidade, uma das mais requisitadas, mas eu não pego (...). Aí o cara fala pra você: 'você tem o melhor patrimônio, a melhor fazenda', mas não tenho mais o CPF. (...) eu tenho que bancar tudo. Hoje eu toco a minha vida só do meu trabalho mesmo."
(Pecuarista local).

▣ **Fator de Impacto 2.1.3: Produtores rurais enfrentam problema de *mark-up* e lucratividade, devido ao contexto do mercado**

O cenário econômico adverso, juntamente com características do mercado local e de infraestrutura são aspectos destacados por pecuaristas e projetistas de Alta Floresta. Um primeiro ponto consiste no aumento dos preços dos insumos, os quais resultam no aumento do custo de produção. A carência de infraestrutura da região e grande distância para o escoamento produtivo, por sua vez, geram um significativo custo logístico para a cadeia de carne na região. Além disso, foi destacada a pressão exercida pelo único frigorífico sobre o valor pago pelo produto final (carne bovina), considerado abaixo do nível praticado pelo mercado nacional.

Diante deste contexto, os pecuaristas, que correspondem a ampla maioria dos produtores rurais de Alta Floresta, vêm enfrentando problemas com um *mark-up* (diferença entre o valor do preço de venda e os custos de produção e logístico) muito baixo, ou mesmo gerando prejuízo em alguns casos. Isso impacta diretamente na viabilidade do negócio e resulta em perda de capacidade de pagamento de créditos bancários e endividamento.

"Se nós não tivéssemos o gargalo de preços, se nós tivéssemos aqui dois frigoríficos, uma disputa sadia, uma procura de produto sadia, seria o ápice. Por que? Nós sabemos que o preço de mercado nosso está 20% abaixo do que poderia estar, do que deveria estar, na realidade. (...) o gargalo é o frigorífico. Nós só temos o 'Frigorífico X' aqui. Aí, monopoliza o preço. O próximo (frigorífico) fica 350km daqui, que é Sinop (MT). Aí, nós incorremos em custo logístico (para mandar para lá). E aí, pra onde vai o seu lucro? Você vende bem vendido, ganha mais na arroba, mas perde no frete." (Assessor técnico/projetista local).

"O preço dos insumos é sensível as condições do mercado, como o dólar."
(Pecuarista local).

“Viemos de 2014 e 2015 com aumentos no custo de produção. (...) o custo de produção dobrou, (...) e o preço do produto final se manteve o mesmo.” (Assessor técnico/projetista local).

6.3 GRUPO 3: REGULAMENTAÇÃO AMBIENTAL DAS PROPRIEDADES RURAIS DE ALTA FLORESTA

O grupo de análise definido como **Situação Ambiental das Propriedades Rurais de Alta Floresta** considera o atendimento aos requisitos ambientais decorrentes do Novo Código Florestal Brasileiro³², em especial o Cadastro Ambiental Rural (CAR)³³, requisito importante para a obtenção de crédito via Programa ABC.

Esse grupo considera um único subgrupo: **Subgrupo 3.1 - Documentação/regulamentação ambiental rural**. A Tabela 5, a seguir, apresenta um breve resumo do fator de impacto desse grupo.

32 A Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, também conhecida como novo "Código Florestal", estabelece normas gerais sobre a Proteção da Vegetação Nativa, incluindo Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de Uso Restrito; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais, o controle e prevenção dos incêndios florestais, e a previsão de instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. Fonte: Embrapa. Acesso: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal>.

33 O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um sistema de registro eletrônico de abrangência nacional instituído pela Lei 12.651/2012, regulamentada pelo Decreto no 7.830/2012, que reúne as informações das propriedades e posses rurais compondo uma base de dados para o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. O CAR contempla os dados do proprietário, possuidor rural ou responsável direto pelo imóvel rural; a respectiva planta georreferenciada do perímetro do imóvel; das áreas de interesse social e das áreas de utilidade pública; informações da localização dos remanescentes de vegetação nativa; das áreas consolidadas; das Áreas de Preservação Permanente (APP), das Áreas de Uso Restrito (AUR) e da localização das Reservas Legais (RL). As informações cadastradas de todos os imóveis rurais em cada Estado e no Distrito Federal são recebidas, integradas e gerenciadas pelo Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) dentro do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA). De acordo com a Lei 12.651/2012, o cadastramento de todos os imóveis rurais do País é obrigatório. O não cadastramento no prazo previsto incorre em perda da oportunidade de regularização ambiental, nas condições e prazos oferecidos pela Lei, incluindo a suspensão das autuações e multas recebidas antes de 22/07/2008. Além disso, o não cadastramento impede que o proprietário tenha acesso ao crédito agrícola em instituições financeiras. Fonte: Embrapa. Acesso: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal>.

Tabela 5

Resumo dos fatores de impacto no Programa ABC

Grupo 3: Situação Ambiental das Propriedades Rurais de Alta Floresta

SUBGRUPO	FATOR DE IMPACTO	CATEGORIA
3.1 Documentação/regulamentação ambiental rural	3.1.1 A regularização ambiental pelo CAR em Alta Floresta é questão praticamente superada	Especificidade local

6.3.1 Subgrupo 3.1: Documentação/regulamentação ambiental rural

- ▣ **Fator de Impacto 3.1.1: A regularização ambiental pelo CAR em Alta Floresta é questão praticamente superada**

A maior parte dos pecuaristas e demais produtores rurais de Alta Floresta possui o Cadastro Ambiental Rural (CAR), documentação necessária para o processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, bem como condição fundamental para a liberação de crédito rural pelos bancos. De acordo com o Governo de Mato Grosso, o CAR “é pré-requisito para liberação dos recursos junto as instituições financeiras que operam recursos atrativos para o setor³⁴”.

Os casos de propriedades irregulares são exceção no município, conforme destacado pelos próprios produtores rurais locais:

"Questão ambiental é uma coisa que está muito bem legalizada aqui na região. (...) foi feito trabalho intenso aqui na região. Faz dois ou três anos. Foi uma coisa que, acho, atingiu uns 90% dos produtores da região. Houve um convenio da prefeitura (de Alta Floresta), com o Sindicato Rural." (Pecuarista local).

Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente (APP); das áreas de Reserva Legal; das florestas e dos remanescentes de vegetação

34 Fonte: Governo de Mato Grosso, SEMA-MT. Acesso: <http://www.mt.gov.br/-/4341023-produtor-podera-fazer-cadastro-ambiental-rural-ate-dezembro-de-2017>.

nativa; das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país³⁵.

O CAR, ainda como descreve a SEMA-MT, “é a principal ferramenta para a gestão do uso e ocupação do solo, a conservação do meio ambiente, a adequação ambiental de propriedades, o combate ao desmatamento ilegal e o monitoramento de áreas em restauração, auxiliando no cumprimento das metas nacionais e internacionais para manutenção de vegetação nativa e restauração ecológica de ecossistemas. Além de permitir futuramente que os programas e projetos a serem implementados pelo governo possam se adequar melhor a realidade dos produtores³⁶”.

6.4 GRUPO 4: MOTIVADORES DO INTERESSE PELO CRÉDITO RURAL VIA PROGRAMA ABC

São muitos os motivadores da busca de crédito rural entre os produtores de Alta Floresta. Esse grupo de análise, denominado **Motivadores do Interesse pelo Crédito Rural via Programa ABC**, considera alguns dos mais relevantes motivadores apontados pelos pecuaristas e assessores técnicos/projetistas locais, em especial aqueles relacionados de alguma maneira com o Programa ABC. Assim, destaca-se que a lista dos motivadores apresentados não tem a pretensão de ser exaustiva, mas apenas elencar alguns dos aspectos considerados mais relevantes entre os produtores rurais entrevistados.

Esse grupo está dividido em 3 subgrupos:

- ▣ **Subgrupo 4.1 - Motivadores produtivos;**
- ▣ **Subgrupo 4.2 - Motivadores econômicos; e**
- ▣ **Subgrupo 4.3 - Motivadores ambientais.**

A Tabela 6, a seguir, apresenta um breve resumo de como estão organizados os fatores de impacto identificados nesse grupo, organizados pelos subgrupos citados.

Tabela 6

35 Fonte: SEMA-MT. Acesso: <http://www.sema.mt.gov.br/car#/>.

36 Fonte: SEMA-MT. Acesso: <http://www.sema.mt.gov.br/car#/duvidas>.

Resumo dos fatores de impacto no Programa ABC

Grupo 4: Motivadores do Interesse pelo Crédito Rural via Programa ABC

SUBGRUPO	FATOR DE IMPACTO	CATEGORIA
4.1 Motivadores produtivos	4.1.1 O contexto de degradação e morte súbita do capim vem aumentando a necessidade de crédito para a reforma de pastagem	Especificidade local
4.2 Motivadores econômicos	4.2.1 Os pecuaristas vêm apresentando uma mudança gradativa na cultura produtiva no sentido de aumentar sua produtividade (intensificação)	Especificidade local
	4.2.2 Apesar da crescente consciência dos produtores rurais de Alta Floresta, o principal fator de influência no processo decisório sobre o crédito rural é o econômico	Especificidade local
4.3 Motivadores ambientais	4.3.1 O Código Florestal Brasileiro e a fiscalização ambiental na região trazem a necessidade dos pecuaristas por técnicas e tecnologias de intensificação produtiva	Especificidade local

6.4.1 Subgrupo 4.1: Motivadores produtivos

- ▣ **Fator de Impacto 4.1.1: O contexto de degradação e “morte súbita” do capim vem aumentando a necessidade de crédito para a reforma de pastagem**

Conforme apresentado anteriormente, os problemas de degradação (fator de impacto 1.2.1) e “morte súbita” (fator de impacto 1.2.2) nas pastagens da região têm aumentado e, conseqüentemente, afetado muitos pecuaristas de Alta Floresta. Isso resulta em impactos negativos na capacidade produtiva de muitos deles e, conseqüentemente, afeta a sustentabilidade econômica do empreendimento.

"E aí, veio a 'morte súbita' pra nossa região aqui. Começou em torno de 3 a 4 anos (...) e hoje está mais alastrado. Então hoje, vamos dizer assim, está naquele 'boom' de recuperação de pastagens aqui. O pessoal está correndo muito atrás. A pastagens estão morrendo, né? E também o próprio produtor, né? Se um vê o vizinho fazendo e dá certo, por que não vai fazer também? Então isso está aumentando muito a procura por crédito, principalmente para recuperação de pastagem." (Assessor técnico/projetista local).

Esses problemas de degradação e “morte súbita” do capim têm forçado muitos dos pecuaristas locais a buscarem técnicas alternativas de produção, de forma a recuperar suas pastagens. Isso aumenta o apelo do Programa ABC como mecanismo para auxiliar nesse processo.

"Produtor que precisa pegar isso (linha de crédito do Programa ABC para reforma de pastagem), tem vários. Nós estamos com um problema de pastagem aqui sério, né? Essa região aqui, há mais de 30 anos, iniciou a formação de pastagem. Tem pastagem velha, degradada... e tem pastagem que morreu. Deu esse problema de morte súbita aí, que eu acho que é o pior de todos. (...) aí você tem que mudar a variedade de capim. E, daí, caberia esse projeto aí (o Programa ABC)." (Pecuarista local).

"Acredito que a tendência é aumentar bastante a demanda atrás desse crédito, pra essa finalidade de recuperar pastagem." (Assessor técnico/projetista local).

Vale destacar que a grande maioria dos pecuaristas entrevistados vem trabalhando com a reforma de suas pastagens, seja através de recursos próprios, seja através de linhas de crédito rural disponíveis e acessíveis. Praticamente todos destacam os prejuízos decorrentes dos problemas de pastagem e apontam para a grande necessidade de aplicar novas técnicas produtivas, como a integração da pecuária com a lavoura, diversificação do tipo de capim e reforma das pastagens.

6.4.2 Subgrupo 4.2: Motivadores econômicos

- ▣ **Fator de Impacto 4.2.1: Os pecuaristas vêm apresentando uma mudança gradativa na cultura produtiva no sentido de aumentar sua produtividade (intensificação)**

Apesar do perfil de desconfiança (fator de impacto (1.1.3) e, muitas vezes, resistência à adoção de novas técnicas e tecnologias produtivas (fator de impacto 1.1.2), os pecuaristas estão apresentando uma mudança cultural. Parte disso resulta da necessidade decorrente dos crescentes problemas de degradação e “morte súbita” de pastagens (fatores de impacto 1.2.1 e 1.2.2), os quais impactam economicamente e produtivamente o produtor rural local (fator de impacto 4.1.1).

Parte disso é resultado do sucesso observado em vizinhos e colegas pecuaristas que, mais arrojados, já implantaram novas técnicas e tecnologias produtivas (como reforma de pastagem e integração lavoura-pecuária), seja utilizando linhas de crédito rural, seja utilizando recursos próprios.

"A visão do produtor rural mudou, principalmente aqui na nossa região. Hoje o que nós queremos? Nós queremos, cada vez mais, produzir mais numa área menor (...) mesmo que você se tenha direito, vamos supor, ah, eu tenho direito ainda a abrir mais 20% da minha propriedade, a maioria dos produtores está preferindo não abrir isso e procurando tecnologia para que possa intensificar mais, preservando ainda mais o meio ambiente em que ele vive." (Pecuarista local).

"Hoje, os pecuaristas estão tendo que fazer reforma de pastagem, integração com lavoura e recuperação de florestas nativas. Por causa do problema de morte súbita e pastagem cansada, e também por causa da lei (Novo Código Florestal)." (Pecuarista local).

▣ **Fator de Impacto 4.2.2: Apesar da crescente consciência dos produtores rurais de Alta Floresta, o principal fator de influência no processo decisório sobre o crédito rural é o econômico**

Apesar da crescente consciência ambiental, em grande parte devido a nova legislação (Novo Código Florestal Brasileiro) e da intensificação da fiscalização (fator de impacto 4.3.1), o principal fator que orienta a tomada de decisão dos produtores rurais locais de Alta Floresta é econômico.

Os pecuaristas de Alta Floresta vêm apresentando maior interesse por novas técnicas e tecnologias produtivas, alinhadas ao Programa ABC (fator de impacto 4.2.1), ou seja, com preocupação ambiental. De fato, a questão produtiva, em especial diante do contexto de degradação de pastagens e da síndrome da morte do capim (fatores de impacto 1.2.1 e 1.2.2), é percebida como crítica pelos pecuaristas. Entretanto, isso se deve ao impacto final econômico, conforme sugerido pelos próprios pecuaristas locais. Afinal, a saúde financeira de qualquer negócio é determinante para sua sustentabilidade operacional.

“A morte súbita (do capim) atingiu muita gente na região. Muitos estão sentindo os impactos diretos na produção. (...) isso desencadeou um despertar para novas tecnologias, como a integração (da pecuária) com a lavoura.” (Pecuarista local).

Nesse sentido, os problemas de degradação de pastagens e “morte súbita” do capim indicam certa resistência por técnicas produtivas inovadoras (fator de impacto 1.1.2) e uma visão de negócio dos pecuaristas locais mais voltada ao curto prazo, ou seja, de retornos econômicos, face uma menor preocupação com o longo prazo, incluindo inovações produtivas, ou mesmo, prevenção de impactos ambientais no próprio negócio pecuarista.

“Os produtores da região nunca investiram em tecnologia e novas técnicas produtivas devido a alta fertilidade do solo aqui da região. Mas, com o problema da ‘morte súbita’ (do pasto) isso mudou.” (Pecuarista local).

Outro aspecto que potencializa ainda mais o peso do fator econômico como direcionador das decisões sobre crédito, como outras questões relacionadas ao negócio agropecuário, diz respeito aos contextos econômico e de mercado. Ambos têm pressionado as margens dos pecuaristas locais (fatores de impacto 2.1.3), os quais precisam repensar as formas de gestão de seus negócios e buscar novas técnicas e tecnologias produtivas de forma a ampliar sua capacidade produtiva.

Além disso, mesmo com esse contexto produtivo adverso, vale lembrar que, conforme afirmações dos próprios pecuaristas e assessores técnicos/projetistas locais, muitos produtores ainda apresentam certa resistência a novas culturas produtivas (fator de impacto 1.1.3), alinhadas a boas práticas ambientais. Isso também serve como indício de que o principal fator de mudança ainda é o econômico.

Todos esses elementos são importantes e devem ser considerados, em especial para o processo de comunicação do Programa ABC e suas diferentes linhas de crédito, como forma a valorizar os benefícios econômicos como tão relevantes quanto os benefícios ambientais, de forma a sensibilizar os pecuaristas locais (fator de impacto 5.1.3).

6.4.3 Subgrupo 4.3: Motivadores ambientais

- **Fator de Impacto 4.3.1: O Código Florestal Brasileiro e a fiscalização ambiental na região trazem a necessidade dos pecuaristas por técnicas e tecnologias de intensificação produtiva**

O Código Florestal Brasileiro (lei 12.651/2012) estabelece limites de uso e regulamenta a porcentagem de reserva legal que deve ser mantida na propriedade rural privada³⁷. Este fato, somado ao fato de Alta Floresta estar inserida no bioma Amazônia e contar com presença ativa da fiscalização ambiental correspondem a fatores que intensificam a necessidade pela busca de mecanismos e técnicas produtivas mais intensivas, as quais promovam tanto o ganho de produtividade quanto a redução do impacto ambiental.

Em linha com essas informações apontadas por produtores e assessores técnicos/projetistas locais, destaca-se que Alta Floresta já fez parte da lista dos municípios que mais contribuem para o desmatamento da Amazônia Legal (lista de municípios prioritários do MMA, em que Alta Floresta foi incluída em 2008³⁸). O município deixou de pertencer a esta lista em 2012³⁹, quando 80% de sua área conquistou o Cadastro Ambiental Rural (CAR), graças ao trabalho conjunto da prefeitura municipal, segmentos econômicos, organizações não-governamentais e sociedade civil local⁴⁰.

Apesar de não ser o principal apelo, dados os impactos econômicos sentidos pelos produtores rurais de Alta floresta, alguns pecuaristas têm demonstrado maior consciência quanto a importância do meio ambiente. De certa forma, o processo de regulamentação vivenciado nos últimos anos em conjunto com os problemas de “morte súbita” do capim, estão servindo como meios de conscientização dos pecuaristas locais.

Além disso, merece destaque o papel das autoridades ambientais, cuja presença vem sendo sentida por alguns dos pecuaristas de Alta Floresta:

37 A Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, também conhecida como novo "Código Florestal", estabelece normas gerais sobre a Proteção da Vegetação Nativa, incluindo Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de Uso Restrito; a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais, o controle e prevenção dos incêndios florestais, e a previsão de instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos. Fonte: Embrapa. Acesso: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/entenda-o-codigo-florestal>.

38 Fonte: Portaria MMA n. 28, de 28/01/2008.

39 Fonte: Portaria MMA n.187, de 04/06/2012

40 Fonte: Neves et al. (2015).

“A fiscalização ambiental é intensa aqui na região. Com os novos recursos, com mais tecnologia, o monitoramento hoje é muito mais forte.” (Pecuarista local).

6.5 GRUPO 5: DIFUSÃO DO PROGRAMA ABC AOS ATORES ENVOLVIDOS

Esse grupo de análise abrange elementos referentes aos mecanismos de divulgação do Programa ABC, pela ótica dos principais atores envolvidos do lado da demanda do crédito rural: os produtores rurais, principalmente pecuaristas no caso de Alta Floresta, e os profissionais de assessoria técnica, ou projetistas, isto é, que apoiam os produtores rurais na elaboração de projeto para acesso ao crédito via Programa ABC. Dessa maneira, o objetivo foi o de captar a percepção desses atores quanto ao nível geral de conhecimento e informações sobre o Programa ABC em Alta Floresta, bem como pontos fortes e pontos de melhoria percebidos para o processo de divulgação implementado até o momento.

Essa visão por parte da demanda foi complementada por depoimentos do lado da oferta, de forma a cruzar as percepções e enriquecer o debate. Os agentes financeiros também foram ouvidos, sendo representados nesse estudo pelo BNDES e Banco do Brasil. Assim, buscou-se identificar ideias e dar luz a potenciais melhorias para o processo de difusão, divulgação e capacitação disponível para o Programa ABC.

Esse grupo está dividido em 3 subgrupos:

- ▣ **Subgrupo 5.1 - Conhecimento sobre o Programa ABC;**
- ▣ **Subgrupo 5.2 - Conhecimento e o processo de tomada de decisão sobre as alternativas de crédito rural; e**
- ▣ **Subgrupo 5.3 - Divulgação do Programa ABC pelos agentes financeiros.**

A Tabela 7, a seguir, apresenta um breve resumo de como estão organizados os fatores de impacto identificados nesse grupo, organizados pelos subgrupos citados.

Tabela 7
Resumo dos fatores de impacto no Programa ABC
Grupo 5: Difusão do Programa ABC aos Atores Envolvidos

SUBGRUPO	FATOR DE IMPACTO	CATEGORIA
5.1 Conhecimento sobre o Programa ABC	5.1.1 Em geral, o nível de conhecimento sobre o Programa ABC é baixo por parte dos produtores rurais	Estrutural
	5.1.2 Produtores rurais recorrem ou delegam, em muitos casos, a decisão sobre a melhor linha de crédito à empresa de assistência técnica (projetista ou consultor agro)	Especificidade local
	5.1.3 Faltam mecanismos mais eficazes de comunicação do Programa ABC voltados aos produtores rurais	Estrutural
	5.1.4 O nível de conhecimento dos profissionais de assistência técnica (projetistas) sobre o Programa ABC é variado	Estrutural
5.2 Conhecimento e o processo de tomada de decisão sobre as alternativas de crédito rural	5.2.1 Os profissionais de assistência técnica (projetistas) assumem um papel chave no processo de tomada de decisão quanto à linha de crédito a ser escolhida pelo produtor rural	Especificidade local
5.3 Divulgação do Programa ABC pelos agentes financeiros	5.3.1 O BNDES desenvolve um programa de capacitação voltado aos demais operadores financeiros (bancos) e empresas de assistência técnica (projetistas) credenciados	Estrutural
	5.3.2 O Banco do Brasil (BB) realiza ações institucionais para melhorar a divulgação interna do Programa ABC	Estrutural

6.5.1 Subgrupo 5.1: Conhecimento sobre o Programa ABC

- ▣ **Fator de Impacto 5.1.1: Em geral, o nível de conhecimento sobre o Programa ABC é baixo por parte dos produtores rurais**

Os produtores rurais de Alta Floresta entrevistados apresentam, em sua grande maioria, pouco conhecimento sobre o Programa ABC, incluindo as linhas de crédito disponíveis, requisitos necessários, valores (taxa de juros, prazo de pagamento, carência, limites). Isso é percebido mesmo em casos em que o produtor tenha buscado o Programa ABC.

"Eu diria que eu tenho muito pouco conhecimento (sobre o Programa ABC)."
(Pecuarista local).

"Não conheço sobre o Programa ABC. Acho que a divulgação é fraca aqui na região."
(Pecuarista local).

Entre as possíveis razões para esse fenômeno, a carência por mecanismos mais eficazes de comunicação e divulgação sobre o Programa ABC e seus benefícios (fator de impacto 5.1.3), percebida por muitos dos pecuaristas de Alta Floresta, alerta para a necessidade de uma maior atenção a respeito do público final, isto é, o produtor rural e instituições que os representem. Por outro lado, algo que provavelmente contribuiu sensivelmente para esse pouco conhecimento sobre o Programa ABC e suas linhas de crédito por parte dos pecuaristas locais, diz respeito a suas próprias características, destacadas por eles próprios e, durante as entrevistas: apresentar um certo nível de aversão a técnicas e tecnologias produtivas inovadoras (fator de impacto 1.1.2), assim como demonstrar alguma resistência a informações e conhecimentos técnicos vindos de terceiros (fator de impacto 1.1.3).

Assim, mesmo que exista a necessidade, ou seja, a demanda pelas linhas de crédito oferecidas pelo Programa ABC – como no caso de recuperação de pastagens e a integração entre pecuária e lavoura – boa parte dos pecuaristas de Alta Floresta desconhece ou conhece muito pouco sobre essa importante oferta.

▣ **Fator de Impacto 5.1.2: Produtores rurais recorrem ou delegam, em muitos casos, a decisão sobre a melhor linha de crédito à empresa de assistência técnica/projetista**

Os produtores rurais de Alta Floresta, na maioria dos casos, afirmam recorrer ao próprio assessor técnico/projetista o papel de entender sobre as diferentes opções de linhas de crédito, incluindo o processo de tomada de decisão sobre qual opção escolher. Na maioria dos casos, isso é motivado pelo baixo conhecimento dos pecuaristas locais a respeito das linhas de crédito do Programa ABC (fator de impacto 5.1.1).

"Eu não conheço muito (sobre o Programa ABC). Eu deixo isso pra empresa de assistência técnica (quem desenvolve o projeto)." (Pecuarista local).

Dessa forma, aqueles produtores acostumados a trabalhar com empresas de assistência técnica, encaminham sua necessidade, informam seus objetivos, e delegam ao projetista grande parte do processo decisório de qual a melhor opção de crédito buscar. Nesse caso, se a empresa de assistência técnica desconhecer ou tiver poucas informações sobre o Programa ABC (fator de impacto 5.1.4), as chances de seu cliente, ou seja, do produtor rural, buscar essa opção de crédito rural diminuem significativamente.

■ **Fator de Impacto 5.1.3: Faltam mecanismos mais eficazes de comunicação do Programa ABC voltados aos produtores rurais**

Os produtores rurais entrevistados sentem carência de canais e iniciativas que atinjam, de fato, o público alvo de forma a transmitir os objetivos, características, finalidades e benefícios do Programa ABC no município de Alta Floresta (fatores de impacto 5.1.1 e 5.1.2). Mais ainda, boa parte dos pecuaristas locais desconhece ou tem pouca informação sobre tecnologias e técnicas produtivas mais intensivas e alinhadas à sustentabilidade ambiental, questão que seria um importante motivador pela busca das linhas de crédito oferecidas pelo Programa ABC (fator de impacto 1.1.2).

Alguns dos produtores rurais de Alta Floresta apontam a falta de canais de comunicação formais que divulguem informações sobre o Programa ABC, de forma direcionada ao cliente final, ou seja, aos próprios produtores. O perfil cultural mais resistente, bem como a presença e atuação de muitas instituições não governamentais, colabora com a desconfiança local.

"O que falta realmente é um órgão oficial vir. O produtor rural daqui da região ele é muito cismado. Vamos supor, tem uma ONG tal que vem falar sobre o Programa ABC... você pode colocar nas rádios, na TV local, nos jornais impressos, se vierem 6 pessoas, 10 pessoas, vai ser muito. Agora, se falar assim: vai vir a Embrapa, o Ministério da Agricultura... é outra conversa. O problema é que estamos desassistidos aqui pela presença governamental." (Pecuarista local).

Também foi mencionado, durante as entrevistas, a importância de uma abordagem mais educativa voltada aos produtores locais de Alta Floresta. Isso representa um indício da atuação de organizações, principalmente ambientais, que atuaram na região de forma a repreender o modelo

tradicional aplicado na região, no qual práticas extensivas colocaram o município de Alta Floresta na lista dos municípios de maior desmatamento, em um passado recente.

"O que o produtor precisa? Que tenha mais informações oficiais, tenha realmente coisa mais presente do governo na região, não pra oprimir, mas para educa, né? (...) que órgão oficial tá aqui? (...) tem o IBAMA e tem a SEMA. Cadê a Embrapa? A gente não tem um órgão oficial vindo, ajudando com as pesquisas... tal." (Pecuarista local).

Outros produtores rurais, contudo, contam que foi feito um trabalho para divulgação do Programa ABC na região. Nesse caso, o ponto destacado consiste na baixa aderência ou interesse dos pecuaristas locais aos mecanismos de divulgação aplicados até o momento.

"(O Programa ABC) foi amplamente divulgado pelo sindicato. Tiveram cursos, (...) explicação sobre a reforma de pastagem, manejo do gado, como é que fazia, negócio trabalhista, achei bem interessante. Na última palestra, (o palestrante) levou todo mundo para uma fazenda. Mas o pessoal aqui não é muito participativo, era eu e mais dois." (Pecuarista local).

Dessa forma, o desafio consiste na criação de canais e mecanismos de comunicação eficazes, orientados aos produtores locais, e que considerem os aspectos culturais observados na maioria dos produtores do município de Alta Floresta. Somente assim, o Programa ABC será conhecido de maneira mais ampla, de forma a demonstrar sua aplicabilidade, dado o contexto e necessidade produtiva enfrentada na região, e apoiará o aumento da procura dessa alternativa de crédito rural.

▣ Fator de Impacto 5.1.4: O nível de conhecimento dos profissionais de assistência técnica (projetistas) sobre o Programa ABC é variado

O nível de conhecimento dos profissionais de assistência técnica (projetistas) quanto ao Programa ABC é variado, considerando desde profissionais bem informados quanto às características, regras e especificidades desse tipo de crédito, até casos em que projetistas apresentam conhecimento superficial sobre o programa. Foram identificados, inclusive, casos de projetistas sem experiência com o desenvolvimento de um projeto para o Programa ABC.

O trabalho de divulgação e reciclagem dos projetistas, nesse sentido, é de extrema importância (fator de impacto 5.3.1). Alguns profissionais de assistência técnica percebem que a divulgação do Programa ABC já foi mais intensa e eficaz no passado, destacando principalmente o trabalho de comunicação que era feito pelos próprios bancos, como o Banco do Brasil, no início de cada safra. Alguns projetistas reconheceram que ainda existe algum tipo de divulgação pelos bancos, mas não como antes. O mesmo é observado quanto a órgãos oficiais, como a Embrapa.

"No início, teve uma boa divulgação, eu acredito. Os próprios agentes financeiros, o Banco do Brasil principal, né? E a Embrapa, mesmo, a associação dos agrônomos aqui, fizeram alguma divulgação (...). Hoje tá meio pra baixo, não tem muita coisa, não." (Assessor técnico/projetista local).

A questão da divulgação é apontada, ainda, como um dos fatores que justificam a baixa procura pelo Programa ABC, no município de Alta Floresta e região, como alternativa de crédito rural.

"Ainda é pequena (a procura pelo Programa ABC). O Programa ABC não está bem difundido na nossa região. Acho que deveria ter até um pouco mais de marketing do próprio banco (...). Eu vejo que o banco, às vezes, parece preferir trabalhar com outra linha em vez do ABC. Acho que deveria começar um trabalho com a agência (...), pois eles acabam tendo, muitas vezes, o primeiro contato com o cliente. Eles deveriam explicar melhor como funciona essa linha para os clientes." (Assessor técnico/projetista local).

Um dos reflexos dessa divulgação ainda limitada sobre o Programa ABC é a maior procura, ou mesmo inclinação, dos produtores e profissionais de assistência técnica, pelas linhas de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), em detrimento do Programa ABC.

"Aqui um fator a ser melhorado é essa questão de divulgação das linhas de crédito. A gente já está meio bitolado no FCO, só costuma trabalhar com o FCO, e fica no FCO mesmo. Falta divulgação das novas linhas de crédito como o ABC". (Assessor técnico/projetista local).

A escolha de um profissional bem capacitado e informado é, portanto, crucial, uma vez que impacta diretamente na qualidade do projeto desenvolvido, bem como interfere nas chances de sucesso do processo de tomada de crédito.

6.5.2 Subgrupo 5.2: Informações e o processo de tomada de decisão sobre as alternativas de crédito rural

- ▣ **Fator de Impacto 5.2.1: Os profissionais de assistência técnica (projetistas) assumem um papel chave no processo de tomada de decisão quanto à linha de crédito a ser escolhida pelo produtor rural**

Em geral, os profissionais que prestam assistência técnica (projetistas) apresentam um conhecimento significativamente maior que os produtores rurais (fator de impacto 5.1.1) sobre as opções de linha de crédito ofertadas pelas instituições financeiras, inclusive o Programa ABC.

Essa característica, somada ao fato de que muitos dos pecuaristas de Alta Floresta delegam o papel decisório ao profissional de assistência técnica (fator de impacto 5.1.2), fazem com que os projetistas assumam um papel relevante no processo de escolha por qual alternativa o produtor rural deve buscar, em linha com seus objetivos e interesses.

Vale destacar, contudo, que o nível de conhecimento sobre as opções de linha de crédito não é padronizado entre os projetistas e produtores, fator que resulta na variação do nível de interferência do projetista nesse processo decisório (fator de impacto 5.1.4).

Mesmo assim, em alguns casos os produtores rurais percebem que o nível de conhecimento do profissional de assistência técnica quanto ao Programa ABC é superior ao próprio funcionário da agência bancária. Assim, se não fosse pela indicação e orientação do projetista, a procura pelo Programa ABC seria ainda menor.

"Na minha agência eu sinto que os funcionários do banco não têm conhecimento sobre a linha de crédito, não sabem a fundo, não tem o conhecimento que os projetistas têm – cliente vai em busca do crédito, mas não tem atendimento adequado. Às vezes, os produtores só vão para o banco com um viés (Programa

ABC) por causa dos projetistas. Poderia ter um treinamento na própria agência, sobre como funciona, quais são os benefícios, se os gerentes dos bancos tivessem essa visão, facilitaria as coisas." (Pecuarista local).

6.5.3 Subgrupo 5.3: Divulgação do Programa ABC pelos agentes financeiros

- ▣ **Fator de Impacto 5.3.1: O BNDES desenvolve um programa de capacitação voltado aos demais operadores financeiros (bancos) e empresas de assistência técnica (projetistas) credenciados**

O BNDES, em seu papel de banco de desenvolvimento, consiste no agente operacional do Programa, distribuindo os recursos entre os diversos agentes financeiros e, dessa maneira, estimulando a concorrência que permite uma maior eficiência na alocação dos recursos. Assim, o BNDES, que atua no fomento de programas do governo, necessita da capilaridade dos agentes financeiros para operar em todo o território nacional⁴¹.

Participando da operacionalização do Programa ABC desde o início, o BNDES vem trabalhando no mapeamento e endereçamento de questões relevantes para o desenvolvimento do programa, em especial, para o aumento dos recursos emprestados. Nesse sentido, em entrevista junto a área do BNDES responsável pelo Programa ABC, além de outras linhas de crédito rural, foi apontada a necessidade de melhorar o trabalho de capacitação junto aos profissionais de assistência técnica ou projetistas, bem como o esforço para criar modelos que permitam uma maior padronização dos projetos desenvolvidos.

"Em 2013 (...), fizemos um trabalho para poder pensar por que o Programa ABC não estava operando a contento pelo BNDES. A gente, na época, fez uma série de conversas com os bancos, com os principais agentes financeiros operadores, e entendemos que pra poder começar a operar o (Programa) ABC, a gente tinha que fazer um processo de capacitação, não só de analistas (dos bancos), como foi o que Banco do Brasil fez, mas também com os projetistas. Porque, senão, o projeto não

41 Fonte: GVces, 2013.

chegava redondo na agência. Além disso, como uma das questões levantadas pelos agentes (financeiros) era a falta de uniformidade que os projetos chegavam na agência... como no ABC você tem que (...) uma série de questões técnicas, os agentes financeiros não estavam preparados para poder receber esse material. Como ele deveria receber esse material, que padrão? Então cada um chegava de um jeito. Então, eles também pediram uma formatação de um modelo que não é padronizado, até porque é muito difícil padronizar o ABC. (...) pode variar de região pra região.” (Área responsável pelas linhas de crédito rural no BNDES).

Visando endereçar essas questões, bem como agilizar a liberação de recursos da linha de crédito do Programa ABC, foi firmado um termo de cooperação envolvendo o BNDES, SENAR, Ministério da Agricultura, Embrapa, Federação Brasileira de Bancos (Febraban/INFI) e a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), que resultou no “Capacita ABC”. O intuito era capacitar projetistas e analistas financeiros para atuarem na área de agricultura de baixa emissão de carbono⁴². Contudo, conforme o próprio BNDES, o projeto teve algumas limitações em sua primeira fase.

“(...) aí então, foi criado o projeto 'Capacita ABC', que é acordo de cooperação entre diversas entidades, entre elas o MAPA, Embrapa, SENAR. (...) a gente chegou a capacitar mais de 100 analistas bancários, mas com os projetistas não chegou a deslanchar. A gente enxergou qual foi o erro: (...) a gente fez um modelo em que o projetista tinha que pagar e esse modelo a gente viu que não ia ter sucesso. A gente, então, partiu pra construção de um 'Capacita' segunda fase, vamos dizer assim, né? A gente ia acertar o curso de analista e remodelar o curso de projetista.” (Área responsável pelas linhas de crédito rural no BNDES).

Segundo o BNDES, está em processo de implementação uma segunda fase do “Capacita ABC” em que os problemas e limitações identificadas, em processo de troca de informações junto aos principais operadores financeiros e envolvidos no projeto, serão trabalhados.

“A gente vai utilizar (no Capacita ABC) uma plataforma web pra poder colocar (um modelo) padronizado de projeto. (...) uma plataforma chamada 'Web Agrossistema' (...), desenvolvida pelo CNA com patrocínio do Ministério da Agricultura e com

⁴² Fonte: SENAR, acesso em: <http://www.senar.org.br/abc-senar/capacita-abc/>.

consultoria da ESALQ. (...) o projetista faz o upload do projeto dele via plataforma e o agente financeiro já recebe ele via web. (...) isso dá conta do problema de padronização dos projetos. (...) a ESALQ colocou mais de 100 modelos de projetos nessa plataforma pra poder ajudar o projetista a enquadrar o projeto de acordo com o bioma." (Área responsável pelas linhas de crédito rural no BNDES).

▣ **Fator de Impacto 5.3.2: O Banco do Brasil (BB) realiza ações institucionais para melhorar a divulgação interna do Programa ABC**

O Banco do Brasil, instituição financeira que colaborou com o desenvolvimento do presente estudo, vem trabalhando com iniciativas internas voltadas para apoiar no desenvolvimento e disseminação do Programa ABC. Um exemplo interessante consiste na criação de uma página interna destinada à divulgação e difusão de conteúdo referente ao Programa ABC, direcionado ao público das agências, time de agrônomos que realiza a avaliação técnica dos projetos destinados ao Programa ABC, e demais áreas envolvidas com o processo. Também realiza um trabalho de capacitação interna dos profissionais envolvidos com o processo, incluindo equipe das agências e técnicos agrônomos.

Assim como no caso do BNDES, contudo, as iniciativas, apesar de valiosas, ainda apresentam uma abordagem generalista, fato que acaba não considerando especificidades locais, como no caso observado em Alta Floresta. Seria relevante destacar elementos como diferenças por tipo de bioma, cultura produtiva, tipos de canais de comunicação mais eficazes para os públicos alvo, entre outros.

6.6 GRUPO 6: REGULAMENTAÇÃO BANCÁRIA

Os agentes financeiros que atuam como operadores do Programa ABC, ofertando as linhas de crédito deste programa, assim como outras alternativas de crédito rural, operam em conformidade com a legislação vigente, bem como em linha com uma série de normas, regras e políticas que regulamentam o sistema financeiro nacional. Esse grupo de análise aborda, de maneira muito breve (não exaustiva), o tema Regulamentação Bancária, abordando os elementos que o próprio agente financeiro (representado nesse estudo pelo Banco do Brasil) destacou como relevante, em termos de impactos, no processo vivenciado pelo produtor rural no momento de acessar o crédito rural, incluindo o Programa ABC.

Esse grupo considera um único subgrupo: **Subgrupo 6.1 - Regras e políticas que regulamentam o crédito rural**. A Tabela 8, a seguir, apresenta um breve resumo do fator de impacto desse grupo.

Tabela 8
Resumo dos fatores de impacto no Programa ABC
Grupo 6: Regulamentação Bancária

SUBGRUPO	FATOR DE IMPACTO	CATEGORIA
Regras e políticas que regulamentam o crédito rural 6.1	6.1.1 As instituições financeiras seguem regras e normas definidas pelo Banco Central do Brasil para a operacionalização de linhas de crédito como o Programa ABC	Estrutural

6.6.1 Subgrupo 6.1: Regras e políticas que regulamentam o crédito rural

- ▣ **Fator de Impacto 6.1.1: As instituições financeiras seguem regras e normas definidas pelo Banco Central do Brasil para a operacionalização de linhas de crédito como o Programa ABC**

As instituições financeiras que atuam como agentes no Sistema Nacional de Crédito Rural operam seguindo regulamentação e legislação vigentes, e que impactam diretamente na atividade bancária. Toda a sistemática trata da classificação dos produtores rurais conforme seu perfil de risco e prioriza aqueles com melhor histórico (grau de liquidez e de endividamento, capacidade de geração de resultados, cumprimento dos pagamentos no prazo em cada transação financeira junto aos bancos). Com isso, caso o produtor rural não tenha cumprido com seus contratos historicamente, fica com crédito reduzido.

De acordo com entrevista realizada junto à área responsável pelo agronegócio, dentro do Banco do Brasil, foi informado que:

"A atividade bancária obedece à rígida regulamentação, originária de acordos internacionais e legislação interna (...). De forma geral, todo o aparato regulatório tem como objetivo a estabilidade do sistema financeiro e da economia, bem como permitir

que os bancos cumpram seu papel no sistema de mercado, qual seja, na visão Shumpeteriana, viabilizar o desenvolvimento econômico mediante apoio à inovação e ao empreendedorismo. Dessa forma, caso os bancos não busquem 'priorizar os produtores rurais com (melhor) histórico de acesso à crédito' ou melhor capacidade de pagamento, serão penalizados. (...) o Cosif - Plano contábil das Instituições Financeiras, no item 6-2 que trata da 'Classificação das Operações de Crédito por Nível de Risco e Provisionamento', faz com que os tomadores de crédito tenham seus financiamentos classificados por letras, de 'AA' a 'H', conforme o seu comportamento financeiro. Para isso, são utilizados critérios como o grau de liquidez e de endividamento, a capacidade de geração de resultados e, especialmente, a pontualidade e os atrasos nos pagamentos, revelados em cada transação financeira, inclusive devolução de cheques e excessos em conta corrente, por exemplo. Um financiamento com uma parcela vencida há 15 dias é classificado, no mínimo, como risco 'B' e, não sendo paga em até 180 dias será classificada como risco 'H', independente do valor das garantias. Classificado o risco sobre o valor das operações enquadradas em cada classe, os bancos passaram a ser obrigados a constituir 'provisão para créditos de liquidação duvidosa' - PCLD, ou seja, contabilizar determinado percentual do valor das operações como despesa, o que afeta diretamente o seu resultado. Assim, conforme uma tabela progressiva, enquanto as operações com nível de risco 'A' exigem 0,5% de PCLD, as de risco 'H' são penalizadas em 100% do valor." (Divisão do Agronegócio do Banco do Brasil).

Dentro desse contexto, as regras e normas estabelecidas fazem com que o relacionamento do produtor com o banco seja fundamental para a definição dos limites e condições do empréstimo, mesmo para o Programa ABC. Produtores que não possuem um bom histórico terão aprovados limites de crédito e prazos de carência bem inferiores aqueles divulgados pelo Programa ABC.

6.7 GRUPO 7: CARACTERÍSTICAS ECONÔMICO-FINANCEIRAS DO PROGRAMA ABC

O grupo de análise definido como **Características Econômico-financeiras do Programa ABC** considera as características consideradas, pelos produtores rurais e pelos profissionais de assistência técnica ou projetistas, como parâmetros relevantes para o processo de decisão de qual

linha de crédito rural buscar. Em complemento, busca abordar as expectativas dos pecuaristas de Alta Floresta quanto a esses parâmetros, em linha com os números divulgados formalmente como limites disponibilizados pelo Programa ABC, e os números verificados na prática, considerando o impacto da legislação e regulamentação bancária, e a situação econômica dos produtores rurais locais.

Esse grupo engloba os seguintes subgrupos:

- ▣ **Subgrupo 7.1 - Competitividade da taxa de juros;** e
- ▣ **Subgrupo 7.2 - Parâmetros do crédito: prazos de carência, prazos de pagamento e valor de financiamento.**

A Tabela 9, a seguir, apresenta um breve resumo de como estão organizados os fatores de impacto identificados nesse grupo, organizados pelos subgrupos citados.

Tabela 9
Resumo dos fatores de impacto no Programa ABC
Grupo 7: Características Econômico-financeiras do Programa ABC

SUBGRUPO		FATOR DE IMPACTO	CATEGORIA
7.1	Competitividade das taxas de juros	7.1.1 As taxas de juros praticadas pelas linhas de crédito do Programa ABC não apresentam diferencial competitivo	Estrutural
7.2	Parâmetros do crédito: prazos de carência, prazos de pagamento e valor de financiamento	7.2.1 Os prazos de carência, prazos de pagamento e valor de financiamento praticados ou oferecidos aos produtores rurais são diferentes dos informados pelo Programa ABC, pois obedecem às normas e regras bancárias	Estrutural

6.7.1 Subgrupo 7.1: Competitividade das taxas de juros

- ▣ **Fator de Impacto 7.1.1: As taxas de juros praticadas pelas linhas de crédito do Programa ABC não apresentam diferencial competitivo**

Quando criado, o Programa ABC apresentava como diferencial competitivo e atrativo as baixas taxas de juros, em 5,5% a.a., chegou a 5% a.a. efetiva como forma a estimular o acesso aos

produtores em nível nacional. Essa taxa de juros evoluiu gradativamente para o patamar de 8% a 8,5% a.a., praticado atualmente (Safrá 2016/17), acompanhando a conjuntura econômica do país. Em comparação, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ainda se apresenta como a opção mais competitiva para produtores rurais familiares e de pequeno porte. Com linhas de crédito tanto voltadas para custeio como investimento, apresenta taxas de juros entre 2,5% a.a. e 5,5% a.a., dependendo do valor da operação.

Outras linhas, como as disponíveis no Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), considerada menos burocrática e complexa por parte dos produtores rurais, apresentam taxas de juros equivalentes ou mesmo menores (dependendo do porte da propriedade rural), fato que reduz significativamente o apelo econômico do Programa ABC. Para 2017, o FCO prevê taxas de juros entre 8,5% a.a. até 10% a.a. para investimento (incluindo capital de giro), como forma de comparação⁴³.

"Acredito que teria que ter um diferencial pra atrair o produtor. Porque hoje ele está igual ao FCO. Então o cara acha mais prático fazer o FCO. Ou uma taxa de juros um pouquinho mais atrativa... o prazo até que está bom. O prazo o pessoal não reclama. (...), mas a questão de juros... andou subindo um pouco. Se pudesse ter um atrativo, principalmente nos juros, acredito que o produtor procuraria mais o ABC". (Assessor técnico/projetista local).

6.7.2 Subgrupo 7.2: Parâmetros do crédito: prazos de carência, prazos de pagamento e valor de financiamento

- ▣ **Fator de Impacto 7.2.1: Os prazos de carência, prazos de pagamento e valor de financiamento praticados ou oferecidos aos produtores rurais são diferentes dos informados pelo Programa ABC, pois obedecem às normas e regras bancárias**

43 Fonte: Ministério da Integração Nacional. Acesso em: <http://www.mi.gov.br/documents/10157/3811219/Programação+do+FCO+2017+-1ª+Edição+-+Ajuste+Orçamentário+-+2017.01.30.pdf/cc41a69d-2f04-482a-8f97-cae0b82fd9eb>.

Os prazos e valores oficiais informados por fontes formais de divulgação do Programa ABC geram uma expectativa nos produtores rurais e, na grande maioria dos casos analisados de Alta Floresta, não são observados na prática devido às regras e normas (Sistema Nacional de Crédito Rural, Cosif, entre outras) que regulam os agentes financeiros (fator de impacto 6.1.1). Com isso, apesar do valor de financiamento entre i) R\$ 2,2 milhões por cliente, por ano-safra, ii) R\$ 3,0 milhões, em caso de financiamento à implantação de florestas comerciais (produtores rurais com até 15 módulos fiscais), e iii) R\$ 5,0 milhões, em caso de financiamento à implantação de florestas comerciais (produtores rurais com mais de 15 módulos fiscais), na prática esse valor fica vinculado ao limite de crédito do produtor rural junto ao banco, definido de acordo com o histórico do produtor agropecuário, capacidade de pagamento e garantias apresentadas, conforme as regras estabelecidas.

O mesmo é observado para os prazos de carência e para pagamento das parcelas referentes ao financiamento. Apesar dos prazos oficiais serem interessantes no momento de avaliação do Programa ABC como mecanismo de melhoria produtiva, no momento de avaliação do projeto e em linha com os parâmetros de avaliação do perfil do cliente, os bancos normalmente informam prazos mais curtos - também em conformidade com a sistemática de análise, de acordo com as regras e normas bancárias.

"O agente financeiro não quer financiar com longo prazo (...) porque pra ele não é viável (...). Por que não dar os 12 anos (de prazo)? A pecuária é sólida e dá rentabilidade, sem problema nenhum. Só que tem que ter prazo. Com prazo, você tem capacidade de pagamento. Ela (pecuária) dá um lucro pequeno, mesmo, mas é sólida." (Pecuarista local).

No caso de Alta Floresta, merece destaque o fato dos produtores rurais, de maneira geral, não compreenderem essa dinâmica, fato que gera frustração e desconfiança, tanto em relação ao banco, quanto em relação ao Programa ABC. Nesse sentido, vale destacar a necessidade de um trabalho de comunicação mais claro e efetivo, direcionado aos produtores rurais, no sentido de esclarecer toda essa sistemática. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), por exemplo, desenvolveu uma cartilha em que destaca essa informação.

"O agente financeiro levará em consideração as dívidas e as obrigações contraídas pelo produtor perante suas receitas para estabelecer o montante a ser financiado. As

garantias são definidas a critério da instituição financeira credenciada que realizar a operação. Deverão ser observadas as seguintes obrigações: 1. Respeito às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil; 2. Caracterizar, descrever e detalhar as garantias, reais ou pessoais, no instrumento de crédito; e 3. Não será admitida a constituição de penhor de direitos creditórios decorrentes de aplicação financeira.⁴⁴

6.8 GRUPO 8: PROCESSO DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DO CRÉDITO JUNTO AOS OPERADORES FINANCEIROS

O grupo de análise denominado **Processo de Análise e Aprovação do Crédito junto aos Operadores Financeiros** considera os principais elementos, destacados pelos pecuaristas locais de Alta Floresta, vivenciados durante experiência de buscar linhas de crédito rural pelo Programa ABC.

Esse grupo engloba um único subgrupo: **Subgrupo 8.1 - Complexidade e burocracia processual bancária**. A Tabela 10, a seguir, apresenta um breve resumo de como estão organizados os fatores de impacto identificados nesse grupo.

44 Fonte: CNA. ABC Capacitação: Elaborando Projetos.

Tabela 10

Resumo dos fatores de impacto no Programa ABC

Grupo 8: Processo de Análise e Aprovação do Crédito junto aos Operadores Financeiros

SUBGRUPO	FATOR DE IMPACTO	CATEGORIA
8.1 Complexidade e burocracia processual bancária	8.1.1 Em geral, os produtores rurais de Alta Floresta percebem um excesso de complexidade e burocracia, além de falta de clareza no processo de avaliação dos projetos de crédito dentro do Programa ABC	Estrutural
	8.1.2 Muitos produtores rurais de Alta Floresta reclamam da demora no processo de avaliação do projeto para o Programa ABC	Estrutural
	8.1.3 Os longos prazos para a avaliação e resposta dos operadores financeiros (bancos) apresentam descompasso com a necessidade e planejamento produtivo	Estrutural
	8.1.4 Falta uma avaliação técnica que considere a realidade local produtiva	Estrutural
	8.1.5 Por se tratar de bioma Amazônia, um dos bancos que trabalha com o Programa ABC afirmou exigir a Licença Ambiental Única (LAU), documento que não é mais emitido pelo Governo do Estado do Mato Grosso	Estrutural

6.8.1 Subgrupo 8.1: Burocracia processual bancária

- **Fator de Impacto 8.1.1: Em geral, os produtores rurais de Alta Floresta percebem um excesso de complexidade e burocracia, além de falta de clareza no processo de avaliação dos projetos de crédito dentro do Programa ABC**

Para os casos em que o produtor rural de Alta Floresta tenha vivenciado a experiência de tentar o crédito rural via Programa ABC, a percepção generalizada é de um processo burocrático, que demanda grande volume de documentação. Além disso, requer o desenvolvimento de projeto técnico complexo, de acordo com a finalidade específica, o qual demanda o apoio de uma empresa de assistência técnica (projetista) competente e conhecedora do Programa ABC. Também merece destaque a impressão de que o processo de análise dos projetos para o Programa ABC é mais burocrático do que outras opções de crédito rural.

"O outro ponto é a questão burocrática. É um projeto bem complexo. Eles exigem, assim, o que você precisa e mais um pouco. A documentação é demais. E aí, aqui aconteceu assim, pelo menos no meu caso: eu pleiteei um ABC, aí falamos no banco e tinha potencial para pegar, vamos dizer, R\$ 1 milhão. Aí você vai lá, faz o projeto, vai lá na área, faz análise do solo, faz mapeamento da área (...), faz tudo, colocou no papel. Só que aí na hora que vai (no banco), aí: 'essa linha de crédito pra 8 anos, não dá pra fazer com 6?', chegou a ter essa proposta do banco. (...) Bom, então vamos pegar menos (dinheiro). Mas, pra pegar menos com a capacidade de pagamento, com menos tempo, não dá. Aí você fica nesse impasse." (Pecuarista local).

"O projeto em si, do FCO, tem menos exigências, menos burocracia. É um projeto simples, que a gente encaminha pro banco. O banco, frente ao limite pré-aprovado, faz uma pré análise lá e... logo faz a liberação do recurso, é bem mais simples. Já o ABC tem um 'roupeiro' mais detalhado, tem mais normas a seguir, tem mais coisas a fazer. Acaba ficando um pouco mais... um pouco mais difícil fazer o ABC do que fazer FCO. (...) é um processo um pouco mais moroso". (Assessor técnico/projetista local).

Em complemento, alguns produtores rurais mencionam a falta de clareza ao longo do processo e a sensação de que as solicitações de ajuste e esclarecimentos são feitas pontualmente e não considerando o projeto como um todo, fato que aumenta a morosidade e cria a sensação de que o banco está criando dificuldades em vez de ajudar o produtor rural e o projetista.

"Tem outros companheiros, que a hora que estava pronto o (Programa) ABC, pra sair, aí a linha de crédito mudou. Ah, era a linha do FCO, agora é linha do básico... a linha do BNDES. Então, está havendo esse problema. Teve um caso assim, mais de um... pelo menos eu presenciei mais de um caso assim: tá pronto o ABC, o projeto tá pronto pra pegar aquela linha lá, é uma modalidade, a modalidade FCO, uma linha de crédito. Aí tá pronto... 'não, agora não tem mais esse recurso, pelo FCO... agora tem que fazer pelo BNDES'. Aí quando você muda, aí mudam algumas as exigências com documento. Aí pronto! Aí até você pegar e arrumar tudo (...) acabou que desanima." (Pecuarista local).

Alguns profissionais de assistência técnica, responsáveis pela elaboração dos projetos para o Programa ABC, ainda trazem a percepção de um aumento na burocracia nos últimos anos, atribuindo esse fato ao cenário econômico adverso.

"(Antigamente) eles passavam por essa burocracia, mas eram aprovados com maior facilidade. Eu atribuo isso a dificuldades de crédito. Dá pra se entender alguma coisa aqui que o banco não tem dinheiro e não quer emprestar. E tá fazendo corpo mole. Vai levando, levando com a barriga até o cara desistir". (Assessor técnico/projetista).

Aqueles que ainda não tiveram experiência com o Programa ABC levam em consideração as percepções e comentários de seus colegas. Assim, essa percepção negativa é disseminada em rede na região, e acaba por afastar ou diminuir o interesse dos produtores rurais pelo programa.

Em linha com essas informações, a Associação de Criadores do Mato Grosso (ACRIMAT) buscou avaliar a percepção do Programa ABC no estado, debatendo com os pecuaristas dos principais municípios produtores de carne bovina do estado. Segundo a associação, é praticamente unânime a percepção dos pecuaristas de uma maior complexidade de acesso ao Programa ABC, se comparado a outras alternativas de crédito rural, fator que representa o maior inibidor para a busca das linhas de crédito pelo programa. A pesquisa destacou, ainda, a clara preferência por linhas de crédito pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), devido a maior facilidade de acesso percebida pelos pecuaristas da região.

Vale destacar, entretanto, que muito da burocracia e complexidade, percebidas como elementos negativos por muitos dos pecuaristas locais de Alta Floresta, decorre das normas e regras que regem o sistema financeiro nacional, incluindo o crédito rural (fator de impacto 6.1.1).

▣ Fator de Impacto 8.1.2: Muitos produtores rurais de Alta Floresta reclamam da demora no processo de avaliação do projeto para o Programa ABC

Na opinião dos produtores rurais que passaram pela experiência do Programa ABC os prazos para todo o processo, desde o início até a resposta do banco, são demasiado longos, se comparados com outras opções de financiamento rural (como no caso do FCO, Pronaf, por exemplo), muito em conta da burocracia e complexidade do processo (fator de impacto 8.1.1).

Um dos primeiros pecuaristas de Alta Floresta a conseguir o financiamento via Programa ABC relatou que o processo demorou mais de 10 meses para ser concluído. Outro pecuarista informou que acabou desistindo de tentar a linha de crédito via Programa ABC depois de mais de 1 ano de processo, sem sucesso.

Alguns projetistas sustentam essa percepção de demora do processo, complementando com a visão de que o prazo médio aumentou em relação ao passado.

"Em situações normais isso aí (processo de avaliação do Programa ABC) teria que ser, no máximo, 120 dias. (...), mas eu tenho caso aqui que tem mais de ano. (...) os primeiros projetos que eu fiz foram mais rápidos. (...) hoje está mais moroso". (Assessor técnico/projetista local).

▣ **Fator de Impacto 8.1.3: Os longos prazos para a avaliação e resposta dos operadores financeiros (bancos) apresentam descompasso com a necessidade e planejamento produtivo**

A demora e longos prazos vivenciados pelos produtores rurais em sua experiência com o Programa ABC (fator de impacto 8.1.2) consistem em importantes desestímulos para o produtor que desenvolve um planejamento mínimo para seu processo produtivo, que considera o momento certo para a compra de insumos, preparação da pastagem (no caso dos pecuaristas, maioria da região), e alinhamento com os períodos de chuva da região.

"O melhor momento para iniciar a reforma da pastagem é setembro. Além de coincidir com o período de início de chuvas, o preço dos insumos está mais baixo e a qualidade é melhor." (Pecuarista local).

"Às vezes o banco demora pra atualizar o cadastro (do cliente). (...) é igual lavoura, você tem uma janela pra você fazer (a reforma)". (Assessor técnico/projetista local).

Assim, os prazos muito longos e, em conjunto, a falta de uma previsão confiável sobre o tempo que será necessário para a execução de todo o processo junto ao banco, acabam por impactar diretamente na gestão do negócio do produtor rural que precisa do financiamento.

▣ **Fator de Impacto 8.1.4: Falta uma avaliação técnica que considere a realidade local produtiva**

Alguns pecuaristas de Alta Floresta entendem que a metodologia aplicada pelos bancos, em geral, no processo de avaliação dos projetos de financiamento via Programa ABC não reconhece a realidade local. Mais ainda, na opinião desses pecuaristas os critérios técnicos aplicados não consideram características básicas do negócio pecuarista, como os tipos de ciclo produtivo (cria, cria e engorda), os prazos de duração de cada etapa de negócio e, assim, o tempo necessário para a obtenção de retorno financeiro sobre o investimento realizado (seja compra de matrizes, seja o processo de engorda para o abate, por exemplo). Isso, na opinião de alguns pecuaristas, interfere significativamente no trabalho de avaliação dos projetos de investimento e, portanto, na liberação do crédito rural por parte do banco.

"A maneira de o pessoal (do banco) interpretar a evolução do rebanho... pô, isso é praxe (...). O banco fala pra mim... mandou por escrito: 'que as novilhas de 24 meses não podiam entrar no ciclo reprodutivo'. Como não? Claro que ela vai entrar! (...) então, tem hora que cai (o processo) em certas pessoas, que são muito inteligentes, fizeram concurso e passou, estão lá no banco, mas não entendem nada da prática (agropecuária)." (Pecuarista local).

"Quem está no ciclo (completo agropecuário), que nem eu estou... eu estou lá com novilhada emprenhando, outra novilhada parindo, e estou com a bezerrada (...), mas, quem vai comprar uns bezerros pra entrar na pecuária, até ela (novilha) completar 2,5 anos pra você emprenhar ela, pra depois ela demorar mais 9 meses pra parir, depois mais 9 meses pra desmamar... quer dizer, é uma vida." (Pecuarista local).

"Então, na verdade, o que acontece: a gente abre uma viabilidade de negócios para 10 anos, mas no primeiro ano ele está com um endividamento. Mas, a partir do 2º/3º ano – e é exatamente para isso que serve a carência –, ele tem sua viabilidade econômica. Mas, o processo trava por causa do primeiro ano. O banco restringe por causa do primeiro ano." (Assessor técnico/projetista local).

Essa questão, ainda segundo a visão de pecuaristas de Alta Floresta, não só gera impactos individuais para muitos pecuaristas locais, como acaba por limitar o desenvolvimento do modelo

produtivo da região, o qual poderia caminhar mais rapidamente para a implementação de técnicas e tecnologias mais modernas e intensivas, alinhadas aos objetivos do Programa ABC. Percebem, ainda, que os critérios de avaliação dos projetos, pelos bancos, são diferentes em outros municípios próximos.

"Dá dó. Nós estamos aqui em uma região excepcional de clima, de solo, de densidade de chuva. Aqui é excelente (...). E tem um potencial produtivo pra dobrar o que tem aí, facilmente. Mas, precisa mudar essa maneira de interpretar (o projeto de financiamento). Dar mais credibilidade ao pecuarista. (...) você pega o cara da lavoura, lá em Sinop, o cara vai lá no banco, arranca R\$ 4 milhões... depois ele não paga, mas que ele arranca, ele arranca. Você entendeu? (..) E nós aqui na pecuária, putz... se eu falar lá no banco de um projeto desse aí que vai custar R\$ 3 milhões lá na fazenda, ele nem... nem fala que tem esse dinheiro." (Pecuarista local).

Além disso, na visão de pecuarista local que buscou o crédito pelo Programa ABC, o valor real que acaba sendo destinado para o investimento, dentro do pacote total oferecido pelo banco, acaba sendo restrito e aquém do que considera necessário para seus objetivos de negócio. Isso se deve ao fato do banco alocar o montante total de recursos, de acordo com o limite disponibilizado para o cliente (conforme racional destacado no fator de impacto 7.2.1), em categorias pré-definidas, como um modelo padrão.

"Já viu o que é um limite de crédito do Banco X? Os outros eu acho que deve ser mais ou menos igual. Ele te dá R\$ 1,5 milhão de crédito. Aí você fala: 'opa, com R\$ 1,5 milhão dá pra trabalhar'. Só que, são R\$ 150 mil pra você comprar um carro, R\$ 40 mil de cartão de crédito (...), mais R\$ 100 mil de troca de cheque e você nunca trocou cheque na vida... eles embutem aquele monte de coisas que você não usa e te comem R\$ 500 mil. Aí R\$ 1 milhão é pra você tocar a lavoura. Aí te dá R\$ 600 mil de custeio e R\$ 400 mil de investimento. É isso aí que dá uma pecuária média aqui na região, por experiência própria." (Pecuarista local).

- **Fator de Impacto 8.1.5: Por se tratar de bioma Amazônia, um dos bancos que trabalha com o Programa ABC afirmou exigir a Licença Ambiental Única (LAU), documento que não é mais emitido pelo Governo do Estado do Mato Grosso**

Em conversa com o gerente de uma das agências de um banco que trabalha com crédito rural, incluindo o Programa ABC, foi informado que, por regras internas do próprio banco em questão, e especificamente por se tratar do bioma Amazônia, está sendo exigido do produtor a apresentação da Licença Ambiental Única (LAU), tanto para o Programa ABC, quanto para outras linhas referentes à investimento. Até então, a informação geral era de que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) servia como substituto da LAU em termos de documentação referente à regularização ambiental. Contudo, nenhum dos produtores rurais entrevistados mencionou essa exigência. Caso essa documentação específica esteja, de fato, sendo exigida, representa um limitador relevante do crédito. Isso porque a LAU não está mais sendo emitida pelo Governo do Estado do Mato Grosso, segundo informações do próprio Subsecretário de Agricultura. Para o Governo do Estado, o CAR atende a essa questão ambiental.

O outro banco com operação local também foi consultado quanto à exigência da LAU, principalmente para o caso do Programa ABC. Segundo informado pela área responsável pela análise da documentação dos projetos desenvolvidos para o bioma Amazônia, a LAU não é exigida. O CAR é obrigatório para atendimento à regularidade ambiental. No lugar, são exigidas outras licenças ambientais, conforme o texto das normas internas do próprio banco em questão:

"Investimento para implantação de empreendimento que desenvolva atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental: devem ser apresentadas as licenças fornecidas pelos órgãos de controle ambiental, na forma das instruções vigentes, observado o seguinte:

- Licença Prévia - LP: é recomendada sua apresentação juntamente com a proposta, porque eventuais exigências de dispositivos de controles de impacto ambiental podem alterar o orçamento do projeto de investimento;*
- Licença de Instalação - LI: deve ser exigida previamente à contratação da operação;*
- Licença de Operação - LO: deve ser apresentada quando da conclusão do empreendimento."*

6.9 GRUPO 9: SOLUÇÕES LOCAIS

O grupo de análise denominado **Soluções Locais** apresenta algumas das ações e iniciativas que os pecuaristas de Alta Floresta estão colocando em prática para lidar com o contexto econômico atual, que tem restringido significativamente o crédito rural no município, e a necessidade de reforma e recuperação de pastagens, bem como a busca pela intensificação produtiva apontadas por muitos dos produtores rurais locais.

Esse grupo engloba um único subgrupo: **Subgrupo 9.1 - Alternativas colocadas em prática por produtores rurais locais**. A Tabela 11, a seguir, apresenta um breve resumo de como estão organizados os fatores de impacto identificados nesse grupo.

Tabela 11
Resumo dos fatores de impacto no Programa ABC
Grupo 9: Soluções Locais

SUBGRUPO	FATOR DE IMPACTO	CATEGORIA
9.1 Alternativas colocadas em prática por produtores rurais locais	9.1.1 Pecuaristas de Alta Floresta estão arrendando parte de suas terras, algumas vezes de graça, à agricultores para integrar a lavoura à pecuária e auxiliar na reforma da pastagem	Especificidade local
	9.1.2 Pecuaristas de Alta Floresta estão investindo, com recursos próprios, novas técnicas e tecnologias para intensificação da produção, em muitos casos, alinhadas aos objetivos do Programa ABC	Especificidade local
	9.1.3 Alguns produtores rurais de Alta Floresta estão remanejando recursos de linhas de crédito variadas em técnicas como reforma de pastagem	Especificidade local
	9.1.4 Alguns pecuaristas estão buscando crédito rural por outras praças, que não Alta Floresta	Especificidade local

6.9.1 Subgrupo 9.1: Alternativas colocadas em prática por produtores rurais locais

- **Fator de Impacto 9.1.1: Pecuaristas de Alta Floresta estão arrendando parte de suas terras, algumas vezes de graça, à agricultores para integrar a lavoura à pecuária e auxiliar na reforma da pastagem**

Uma estratégia adotada por uma parte dos pecuaristas locais de Alta Floresta, no intuito de combater o problema de degradação das pastagens e “morte súbita” do capim (fatores de impacto 1.2.1 e 1.2.2), consiste em conceder parte de suas terras a agricultores, num processo de arrendamento sem custo. Com a restrição de acesso ao crédito rural na região, relacionado ao contexto econômico e às restrições de limite de crédito bancário (fatores de impacto 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3), alguns pecuaristas não possuem recursos para diversificar sua produção e adicionar a atividade agrícola em suas propriedades. Da mesma forma, a maior parte dos pecuaristas não dispõem de conhecimentos sobre técnicas agrícolas. Portanto, optam por disponibilizar parte de suas terras, por vezes sem cobrar nada em troca (como uma parceria), para o plantio de culturas agrícolas, procurando o benefício de renovação da terra para futuras pastagens.

Como o cenário econômico também afeta os agricultores da região (restrição de crédito), ceder parte da terra sem cobrar pelo arrendamento serve como um estímulo e condição para viabilizar a produção agrícola do parceiro. Configura-se, dessa forma, uma situação de ganha-ganha, em que o produtor agrícola pode explorar a terra para gerar renda a partir da produção agrícola, enquanto que o pecuarista recebe suas terras com maior fertilidade ao final do processo para retomar suas pastagens e ter um impacto produtivo positivo em seu negócio.

"Eu sou pecuarista, não sou agricultor. Eu dou dois anos de graça (terras da propriedade), deixo ele plantar (...). Ele é preparado para aquilo lá, eu não sou preparado. Pra eu aprender a fazer aquilo lá vai custar muito caro. Eu já dei minhas terras, 150 alqueires, para um grande plantador, de graça, por 3 anos. Ele reformou a minha fazenda (...). Aí, depois, a pecuária (...) eu manejo a minha propriedade."
(Pecuarista local).

"Pasto você tem que reformar com lavoura. Se você tiver a chance de ter um lavoureiro do lado, dá para o lavoureiro plantar. Porque ele vai pegar a terra de 30

anos e (ela) vai voltar a ter um ano, porque ele investe, ele corre atrás (...). Como parceria." (Pecuarista local).

Essa prática ainda é incipiente na região, praticada por pecuaristas mais proativos e que percebem os benefícios da integração lavoura-pecuária em sua capacidade produtiva e melhoramento do solo para as pastagens. Aos poucos, na medida em que estes alcançam resultados positivos, os demais produtores vão percebendo os benefícios e passam a aderir a este tipo de prática.

▣ **Fator de Impacto 9.1.2: Pecuaristas de Alta Floresta estão investindo, com recursos próprios, novas técnicas e tecnologias para intensificação da produção, em muitos casos, alinhadas aos objetivos do Programa ABC**

Em decorrência das dificuldades e limitações percebidas para acessar o crédito rural de uma maneira geral (fatores de impacto 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3), pecuaristas de Alta Floresta estão investindo com recursos próprios em novas técnicas e tecnologias voltadas à intensificação produtiva, principalmente na reforma de pastagem. Nesse contexto, o processo de recuperação das pastagens degradadas, uma necessidade latente para muitos dos produtores devido ao problema de morte súbita do capim que assola a região, acaba sendo mais lento, comprometendo recursos necessários para manter os custos produtivos recorrentes. Assim, comprometem a capacidade de geração de receitas e de futuros investimentos.

"Eu fui fazendo (por conta própria)... eu fiz 900 ha já (reforma de pastagem). (...) não saiu o ABC. Eu fiz por conta. Aí, diminui meu gado, tal. Só que aí, eu não fiz por inteiro (o projeto). Fiz parte: dividi os pastos, troquei a variedade (de capim), fiz a praça de alimentação. Mas não adubei (...). Se eu for adubar, eu tenho que ter mais gado. Eu não tenho gado, pra que eu vou adubar? Se com o gado que eu tenho, ele está comendo capim e ainda está sobrando." (Pecuarista local).

"Mesmo assim, você vai fazendo, né? Porque você não vai ficar parado porque o banco não te arrumou (o recurso). Você vai... tira um pouco do gado, faz um custeio, joga daqui, joga dali, e vai fazendo." (Pecuarista local).

▣ **Fator de Impacto 9.1.3: Alguns produtores rurais de Alta Floresta estão remanejando recursos de linhas de crédito variadas em técnicas como reforma de pastagem**

A necessidade enfrentada pelos pecuaristas locais de Alta Floresta de recuperar suas pastagens degradadas (fator de impacto 1.2.1), questão que se intensificou significativamente na região devido ao problema de “morte súbita” ou síndrome da morte do capim (fator de impacto 1.2.2), gera a necessidade e procura por recursos, via linhas de crédito rural, incluindo o Programa ABC.

Contudo, em decorrência das dificuldades, burocracia e demora vivenciadas no processo pelo Programa ABC (incluindo linha ABC via FCO), percepção dos próprios produtores locais de Alta Floresta (fatores de impacto 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3), bem como devido ao baixo conhecimento sobre as linhas do Programa ABC (fator de impacto 5.1.1), pecuaristas locais estão procurando alternativas de crédito rural, ou mesmo aplicando recursos próprios, de forma a investir na reforma de suas pastagens.

"Como vem demorando pra sair o tal do ABC, onde você se apegar: no custeio. (...) você não consegue o investimento e tem que se apegar ao custeio. Aí no ano seguinte... aí que não dá capacidade (de pagamento) mesmo, porque você tá devendo o custeio." (Pecuarista local).

"Mesmo assim, você vai fazendo, né? Porque você não vai ficar parado porque o banco não te arrumou (o recurso). Você vai... tira um pouco do gado, faz um custeio, joga daqui, joga dali, e vai fazendo." (Pecuarista local).

Além de recursos próprios, geralmente restritos dado o contexto econômico (fator de impacto 2.1.3, além de indícios apontados nos fatores de impacto 2.1.1 e 2.1.2), os pecuaristas locais têm recorrido a alternativas de linhas de crédito rural destinadas a outras finalidades, e remanejando os recursos disponibilizados para investir em reforma de pastagem. Entre as opções, os pecuaristas destacam linhas de custeio ou de investimento que apresentam maior facilidade de acesso, ou menor burocracia e demora, segundo apontado por eles. Destaca-se, porém, que os recursos acabam sendo limitados, na maioria das vezes, fazendo com que o trabalho de reforma e recuperação de pastagens seja moroso.

A estratégia mais comumente adotada pelos pecuaristas envolve o empréstimo de recursos da linha de crédito FCO Verde para a compra de vacas. A operação consiste em utilizar o valor emprestado para comprar novas vacas com melhor genética e ao mesmo tempo vender as vacas do rebanho atual. O dinheiro levantado com a venda do rebanho é, então, investido na renovação do pasto.

Outra operação relatada pelos pecuaristas é chamada por eles de “vaca papel”. Nela, dois pecuaristas combinam a compra/venda de vacas entre si também utilizando recursos do FCO Verde. No entanto, a operação é realizada apenas no papel para comprovar a compra das vacas para o banco. O dinheiro que fica na conta bancária é mais uma vez utilizado para a reforma do pasto. Esta estratégia foi mencionada apenas por dois pecuaristas, que afirmaram ser uma prática relativamente comum.

▣ **Fator de Impacto 9.1.4: Alguns pecuaristas estão buscando crédito rural por outras praças, que não Alta Floresta**

Devido ao excesso de burocracia, dificuldades e longos prazos para resposta (fatores de impacto 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3), elementos percebidos por muitos produtores rurais de Alta Floresta em relação ao processo para acessar o crédito rural pelo Programa ABC, alguns poucos pecuaristas estão recorrendo ao crédito rural a partir de outras regiões, mas para aplicar em Alta Floresta. É o caso de pecuaristas que são originários de outras regiões, como São Paulo por exemplo, e que mantém negócios em seu estado de origem, além de Alta Floresta. Isso se deve ao fato de que o nível de exigência (regras e normas) é percebido como mais rígido para regiões inseridas no bioma Amazônia, como no caso de Alta Floresta.

"O produtor para quem trabalho toma crédito num Banco do Brasil lá do estado de São Paulo. É mais fácil ter crédito aprovado lá em comparação com Alta Floresta."
(Pecuarista local).

7. IDEIAS E RECOMENDAÇÕES GERAIS COM BASE NO CASO DE ALTA FLORESTA

Com base nos desafios e restrições referentes à adoção de tecnologias voltadas a emissão de baixo carbono preconizadas pelo Programa ABC, identificados a partir da percepção e experiência dos produtores rurais e projetistas do município de Alta Floresta (MT), além de considerar a visão das instituições bancárias dentro do processo, foram desenvolvidas ideias e recomendações gerais. Essas recomendações são sugestões elaboradas, em um nível macro, com o objetivo de endereçar boa parte dos fatores de impacto analisados, no contexto do caso de Alta Floresta.

Destaca-se, no entanto, que as recomendações aqui propostas são ideias ainda incipientes e não consideram o levantamento de ações que eventualmente estejam sendo desenvolvidas ou implementadas, no momento do presente estudo. Portanto, um estudo mais profundo se faz necessário para avaliar a viabilidade, bem como medir os benefícios potenciais de cada iniciativa apresentada como sugestão.

Tendo em vista esses fatores, a seguir são apresentadas as ideias e recomendações sugeridas, com base no estudo de caso de Alta Floresta:

- ▣ **Manter a atratividade da taxa de juros do Programa ABC:** resgatar o diferencial atrativo das taxas de juros do Programa ABC, em comparação às outras linhas de crédito rural, de forma a compensar o grau de complexidade e exigências adicionais percebidas pelos produtores rurais e projetistas. Para tanto, é importante que sejam consideradas políticas de desenvolvimento econômico e social regionais que ofertem linhas de crédito, normalmente competitivas, como o caso do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o caso de Alta Floresta;
- ▣ **Ampliar o alcance do Programa ABC, facilitando o acesso para pequenos e micro produtores rurais:** analisar a possibilidade de criar uma linha de crédito específica para as tecnologias da agricultura de baixa emissão de carbono dentro do Pronaf, com recursos dedicados a essa finalidade. Nesse sentido, considerar as linhas já disponíveis como Pronaf Eco e Pronaf Florestal;
- ▣ **Fortalecer o apelo econômico do Programa ABC:** enfatizar, via divulgação e capacitação, que os objetivos de financiamento presentes no Programa ABC tratam de técnicas e modelos produtivos modernos capazes de conciliar a sustentabilidade

ambiental com a sustentabilidade econômica do negócio, na medida em que corrobora para a intensificação produtiva e maior aproveitamento dos recursos de produção. Nesse sentido, é importante o desenvolvimento de estudos que avaliem tecnicamente esses impactos positivos resultantes de mecanismos como a reforma de pastagem ou a integração da lavoura com a pecuária (tendo em vista, por exemplo, o contexto de Alta Floresta), de forma a sustentar o processo de conscientização dos produtores rurais;

- ▣ **Investir na capacitação de multiplicadores locais do Programa ABC:** garantir o investimento contínuo em capacitação de diferentes atores, visando formar multiplicadores inseridos no contexto local – profissionais técnicos em ciências agrárias, projetistas, analistas bancários. Considerar o investimento na capacitação de produtores rurais, com perfil de formadores de opinião e engajados, no sentido de promover uma maior conscientização sobre as tecnologias voltadas a emissão de baixo carbono, a difusão sobre o Programa ABC, suas opções de financiamento e dinâmica do processo, bem como a troca de experiências. Nesse contexto, parcerias junto a entidades de classe e órgãos que representem os produtores rurais podem servir como ponte para facilitar essa ação;

- ▣ **Promover a aproximação do produtor rural ao Programa ABC:** desenvolver e/ou intensificar o envolvimento de instituições de representação dos produtores rurais, como sindicatos rurais, cooperativas agropecuárias e de outros grupos e associações na capacitação e difusão das práticas do Plano ABC, e crédito rural via Programa ABC, de forma a ampliar a capilaridade e promover a aproximação junto ao produtor rural. Destaca-se, contudo, que o papel de órgãos oficiais (Embrapa, Secretaria de Agricultura, CNA, entre outros) nesse processo segue sendo fundamental, para garantir a legitimidade do conteúdo e a credibilidade dos conhecimentos transmitidos;

- ▣ **Intensificar o processo de capacitação e reciclagem perenes dos projetistas quanto ao Programa ABC:** garantir a manutenção e o nivelamento do conhecimento técnico, por parte dos assistentes técnicos/projetistas, quanto às práticas e técnicas agropecuárias voltadas a emissão de baixo carbono, além dos conhecimentos necessários para a elaboração de projetos, documentação e requisitos exigidos para o Programa ABC;

- ▣ **Ampliar a capacidade e capilaridade da difusão do Programa ABC e tecnologias ABC em nível local:** desenvolver parcerias com instituições de ensino, prefeituras, entidade privadas voltadas a capacitação técnica rural (por exemplo, SENAR), para atuarem no apoio ao processo de capacitação e difusão dos conhecimentos sobre o Programa ABC e sobre tecnologias de emissão de baixo carbono; criar novas plataformas para capacitação, como o uso de ensino a distância, tanto para produtores rurais como para projetistas e demais interessados; realizar eventos, seminários, encontros em nível estadual ou regional;
- ▣ **Estimular a troca de experiência entre os atores locais envolvidos com o Programa ABC:** estimular o intercâmbio periódico entre produtores rurais, projetistas e analistas dos bancos para a troca de informações, experiências e percepções. Essa troca tem por objetivo melhorar o entendimento sobre o processo, pelo lado dos produtores e projetistas, bem como a compreensão sobre a necessidade do produtor local e desafios dos projetistas (contexto local), por parte dos bancos;
- ▣ **Permitir a divisão do projeto em etapas (ou subprojetos parciais):** desenvolver mecanismos que permitam a elaboração do projeto de investimento em etapas parciais, ou em subprojetos, de forma a facilitar o acesso ao crédito pelo Programa ABC e viabilizar a adoção de tecnologias de baixa emissão de carbono. Essa medida seria particularmente útil para cenários econômicos adversos, em que a oferta de crédito sofre restrição, bem como para casos em que o limite de crédito do produtor rural esteja comprometido (por exemplo, para casos em que o produtor já tenha tomado crédito para custeio ou para outra finalidade) e, assim, inviabilize a implementação de um projeto viável;
- ▣ **Desenvolver e divulgar estudos de viabilidade econômica das práticas de baixa emissão de carbono na agropecuária, alinhadas ao Programa ABC:** avaliar o retorno financeiro resultante do investimento em tecnologias e práticas de baixa emissão de carbono, de forma a diminuir as incertezas quanto a viabilidade econômica e atratividade dessas práticas, bem como auxiliar no desenvolvimento dos projetos técnicos e a avaliação dos mesmos pelos analistas bancários, ao longo de todas as etapas do processo;

- ▣ **Elaborar e divulgar modelos formais de projeto por finalidade que considerem contextos locais:** desenvolver modelos de projeto para o Programa ABC, a serem adotados pelas instituições financeiras, específicos por tipo de financiamento e que considerem o contexto local, como as características e exigências por bioma (Alta Floresta, por exemplo, se encontra no bioma Amazônia).

ANEXOS

Anexo 1 - Tabela Consolidada dos Fatores de Impacto

Categoria	Grupo	Subgrupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio
Especificidade local	1	Cultura produtiva local de Alta Floresta	1.1 Perfil do produtor rural de Alta Floresta	1.1.1 Predominam, na região de Alta Floresta, pequenos e médios pecuaristas	<p>De acordo com os relatos dos produtores rurais e pelos assessores técnicos projetistas de Alta Floresta, predominam no município pequenas e médias propriedades.</p> <p>Essa informação está alinhada ao Censo Agropecuário do IBGE (2006), em que 84,3% das propriedades rurais do município de Alta Floresta possuem até 200 ha, e 92,3% até 500 ha. Do total das propriedades do município, 78% apresentam a pecuária como atividade econômica.</p> <p>Mapear esse contexto local consiste em importante elemento para entender como funciona a demanda por crédito rural no município de Alta Floresta. Além disso, permite compreender em quais linhas de crédito – lado da oferta – se enquadram os produtores rurais locais. Nesse sentido, esse perfil dos pecuaristas locais cria a possibilidade de acesso a uma opção de crédito rural bastante competitiva, em termos de taxas de juros, se comparada ao Programa ABC: o Pronaf.</p> <p>Segundo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), linha de crédito voltada a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, a área máxima de propriedade que se enquadra neste programa corresponde à 4 módulos fiscais (MF). Um MF corresponde a área mínima economicamente viável para a exploração agropecuária. Segundo o Incra, o MF em Alta Floresta corresponde a 100 ha, fato que possibilita que propriedades de até 400 ha, na região, recorram ao Pronaf como alternativa de crédito.</p> <p>Vale observar, contudo, que os valores disponibilizados (limites) por meio do Pronaf são inferiores aos disponibilizados pelo Programa ABC. Enquanto os valores máximos de crédito ofertados via Pronaf chegam à R\$ 250 mil ano/safra, para custeio, e R\$ 165 mil ano/safra para investimento, por exemplo, destinado à recuperação de pastagens, no caso do Programa ABC, o valor limite é de até R\$ 2,2 milhões por ano-safra.</p>	<p>"Nossa região aqui é predominantemente de pastagens (...). A agricultura está chegando agora. A área (de agricultura) é bem pouca ainda (...). O carro chefe aqui é pecuária." (Assessor técnico/projetista local).</p>

Categoria	Grupo	Subgrupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio
Especificidade local	1	Cultura produtiva local de Alta Floresta	1.1 Perfil do produtor rural de Alta Floresta	1.1.2 Os pecuaristas locais, historicamente, são avessos à novas tecnologias e técnicas produtivas	<p>Alguns produtores apontam a resistência por tecnologias e técnicas produtivas inovadoras, de intensificação da produção e de maior atenção para com a preservação ambiental, como é o caso do Programa ABC. Essa característica se deve a uma cultura voltada aos processos tradicionais e técnicas ultrapassadas utilizados na região.</p> <p>Segundo alguns depoimentos, contudo, essa mentalidade vem mudando, devido ao contexto produtivo da região, ou seja, aos problemas de degradação de pastagens e da "morte súbita" do capim, bem como devido ao novo Código Florestal Brasileiro.</p> <p>Em geral, os pecuaristas avaliam investidas de alguns colegas mais arrojados e implementam algumas iniciativas de sucesso (é o caso, por exemplo, de integração da lavoura com a pecuária). Esse perfil, entretanto, vem sofrendo mudanças decorrentes do problema de "morte súbita" do capim utilizado como pastagem, da necessidade de aumento da competitividade em resposta ao contexto econômico e que já vem sendo trabalhado por alguns pecuaristas com perfil mais empreendedor.</p>	<p>"O que acontecia aqui: a mentalidade (do pecuarista local), esgotava (o capim). Hoje, você pode ver muito pasto aqui esgotado. Você não pode raspar o capim. Ele perde a força. E o que acontece? Ele (capim) estando esgotado, ele vai ter que comer tudo o que a terra tem para ele ir pra cima." (Pecuarista local).</p> <p>"Tem um percentual aí de produtor que é questão de formação. Ele fica naquela mesmice, né? Ele não aceita inovações. É um cara que tem a tendência de ser comido por um vizinho ou por outro que venha aí. (...) a tendência é diminuir o número de produtor, é por isso aí: o cara não se adapta. (...) você hoje não vai ficar numa pecuária extensiva mais com 1 cabeça por ha. Hoje você tem que ter 2 cabeças no mínimo, com tendência de ir pra 4 (cabeças de gado) e preservando as nascentes e APP. (...) então, eu acredito que uns 30% você consegue trazer pra dentro e fazer esse trabalho (de aplicação de novas técnicas e tecnologias como as destinadas para recuperação de pastagens). Aí tem um percentual, que não é pouco, que é uma metade que tem a parte de educação, que não vai fazer. Só vai fazer depois que o vizinho fizer e estiver dando certo." (Pecuarista local).</p>
Especificidade local	1	Cultura produtiva local de Alta Floresta	1.1 Perfil do produtor rural de Alta Floresta	1.1.3 Os pecuaristas locais apresentam certa resistência a informações e conhecimento técnico de terceiros	<p>Os pecuaristas de Alta Floresta sinalizaram alguma resistência a informações e conhecimentos técnicos advindos de terceiros, em especial de órgãos não oficiais. Segundo os próprios pecuaristas locais, isso se deve ao fato da crescente presença e atuação de empresas e organizações não governamentais na região. Em especial, durante o período de 2008 a 2012, em que Alta Floresta esteve na lista de municípios prioritários da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Nesse período, o assédio de órgãos envolvidos com o meio ambiente foi significativo e contribuiu para o desenvolvimento dessa resistência a informações e ações de comunicação ou capacitação, por parte desses órgãos não oficiais.</p> <p>Desde 2012, Alta Floresta não está mais na lista de municípios prioritários do MMA, apesar de seguir tendo o desmatamento monitorado. Além disso, algumas organizações ambientais buscaram se aproximar e criar mecanismos de comunicação e conscientização mais eficazes junto aos proprietários da região. Ainda assim, parte dos pecuaristas seguem com certa resistência a essas organizações. Para eles, a informação só é legítima e confiável se fornecida por fontes oficiais, como a Embrapa, CNA, SENAR, órgãos públicos ou mesmo os bancos.</p> <p>Vale destacar, entretanto, que mesmo que haja a presença de órgãos oficiais na divulgação, ou mesmo que os conhecimentos sejam transmitidos por meio do próprio Sindicato Rural de Alta Floresta, há produtores que ainda não se mobilizam ou não demonstram muito interesse, muito por conta da característica de resistência a técnicas produtivas modernas (fator de impacto 1.1.2).</p>	<p>"Os problemas aqui são dois: a informação e órgão que não são competentes tomando a vez de quem deveria fazer isso. Por exemplo, nós sofremos muito aqui com ONGs. Nós tínhamos aqui uma ONG que era opressora e agora ela se tornou teoricamente legal para os produtores e ela parece que monopoliza essas informações. Então, muitas vezes, essas ONGs têm trazido pra cá projetos e financiamentos e o que é do órgão oficial fica em segundo, terceiro plano. (...) eles vêm com recurso, tudo e acabam, por exemplo, tirando até mesmo esse produtor que é legal, em vez dele pegar uma linha governamental, ele vai por esse outro caminho. Então isso daqui tem prejudicado o produtor." (Pecuarista local).</p> <p>"O que falta realmente é um órgão oficial vir. O produtor rural daqui da região ele é muito cismado. Vamos supor, tem uma ONG tal que vem falar sobre o Programa ABC... você pode colocar nas rádios, na TV local, nos jornais impressos, se vierem 6 pessoas, 10 pessoas, vai ser muito. Agora, se falar assim: vai vir a Embrapa, o Ministério da Agricultura... é outra conversa. O problema é que estamos desassistidos aqui pela presença governamental." (Pecuarista local).</p> <p>"Foi amplamente divulgado (o Programa ABC) pelo Sindicato. Tiveram cursos... deram a explicação sobre a reforma de pastagem, manejo do gado, como é que fazia, negócio trabalhista... achei bem interessante. Na última palestra levou todo mundo para uma fazenda. (...), mas o pessoal aqui não é muito participativo. Era eu e mais dois." (Pecuarista local).</p>

Categoria	Grupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio			
Especificidade local	1	Cultura produtiva local de Alta Floresta	1.2	Realidade produtiva do pecuarista de Alta Floresta	1.2.1	Muitos empreendimentos dos pecuaristas apresentam pastagens velhas e degradadas	As virtudes climáticas e fertilidade do solo encontradas na região de Alta Floresta, em conjunto com o perfil médio do pecuarista local, muitas vezes avesso à novas tecnologias e técnicas produtivas, colaboraram para um processo de degradação e envelhecimento das pastagens, o qual impacta diretamente na capacidade produtiva e maior necessidade de investimentos para recuperação, ou mesmo substituição da pastagem.	"As pastagens da nossa região aqui são praticamente 90-95% degradadas, né? Pastagens velhas, antigas. Degradadas e antigas porque não tiveram manutenção. São pastagens com 20-30 anos, que nunca receberam nenhum tipo de correção de calcário, nenhum tipo de adubação, manejo correto." (Assessor técnico/projetista local). "Os produtores da região nunca investiram em tecnologia e novas técnicas produtivas devido à alta fertilidade do solo aqui da região. Mas, com o problema da 'morte súbita' (do pasto) isso mudou." (Pecuarista local).
Especificidade local	1	Cultura produtiva local de Alta Floresta	1.2	Realidade produtiva do pecuarista de Alta Floresta	1.2.2	Muitos empreendimentos dos pecuaristas apresentam problema de "morte súbita" do capim	A "morte súbita" do capim ou síndrome da morte do capim é um problema sério que assola a região, incluindo o município de Alta Floresta, e foi citado pela maioria dos produtores rurais entrevistados, bem como por alguns dos projetistas. Como o próprio nome sugere, é uma doença que causa a mortalidade da pastagem e impacta diretamente na capacidade produtiva dos pecuaristas locais. Segundo estudos da Embrapa (2014), a síndrome da morte do capim braquiarião (SMB) é apontada como uma das principais causas da degradação de pastagens no Mato Grosso, incluindo o município de Alta Floresta. A causa da SMB, segundo o estudo, está "relacionada à umidade excessiva do solo e ao ataque de fungos nas raízes do capim braquiarião, principalmente em razão da reconhecida baixa tolerância desse capim ao excesso de água no solo" (Embrapa, 2014). No caso específico de Alta Floresta, o alagamento ou má drenagem dos solos é comum, decorrentes do regime intenso de chuvas. O efeito secundário desse processo consiste no ataque de fungos de solo que colonizam a base da planta, levando a sua morte. Como será apresentado em maiores detalhes, a seguir (fator de impacto 4.1.1), esse problema tem aumentado não apenas a procura, mas a necessidade pelo crédito como mecanismo para reverter essa situação e recuperar a viabilidade do negócio.	"Nós estamos com um problema de pastagem aqui sério, né? Essa região aqui, há mais de 30 anos, iniciou a formação de pastagem. Tem pastagem velha, degradada... e tem pastagem que morreu. Deu esse problema de morte súbita aí, que eu acho que é o pior de todos." (Pecuarista local). "E aí, veio a 'morte súbita' pra nossa região aqui. Começou em torno de 3 a 4 anos (...) e hoje está mais alastrado. (...) as pastagens estão morrendo, né?" (Assessor técnico/projetista local).
Conjuntural	2	Contexto econômico local de Alta Floresta	2.1	Situação econômica dos produtores rurais de Alta Floresta	2.1.1	Aumento de inadimplência é percebido entre os produtores rurais de Alta Floresta	O índice de inadimplência dos produtores rurais de Alta Floresta apresentou um sensível crescimento nos últimos anos, conforme apontado por alguns dos próprios produtores. Segundo informação (dados não oficiais) de um dos bancos locais, esse índice cresceu cerca de 180% em 2015, em comparação ao ano anterior. Esse fato se deve, em parte, pelo tipo de gestão ainda pouco profissional/especializada apresentada pelos pecuaristas, em sua maioria, e em parte dado o contexto econômico adverso.	"Ano passado, nós comprávamos vaca aqui a R\$ 2.500, com juros de 6,75%. (...) hoje, aquela mesma vaca vale R\$ 1.700. Quanto ele perdeu? (...) você não tem estabilidade. O cara financiou soja há três anos a R\$ 80. Hoje ele está vendendo a R\$ 60. Ele não paga nunca o financiamento. (...) não importa que ele pegou a 6,75%. Nunca mais ele vai pagar. Aí que está o problema." (Pecuarista local). "A inadimplência entre os pecuaristas em Alta Floresta é superior à de outras regiões do MT, onde predominam a agricultura. (...) a gestão realizada pelos pecuaristas daqui não é tão eficiente, fazendo com que não tenham capacidade de honrar seus financiamentos." (Profissional de agência bancária local).

Categoria	Grupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio	
Conjuntural	2	Contexto econômico local de Alta Floresta	2.1 Situação econômica dos produtores rurais de Alta Floresta	2.1.2 Alguns endividamentos são percebidos entre os produtores rurais de Alta Floresta, fator que limita o crédito	Boa parte dos produtores rurais de Alta Floresta apresenta algum nível de endividamento, fator que restringe o acesso ao crédito, dados os mecanismos de análise utilizados pelos bancos, em linha com as normas do Banco Central. Apesar de baixo, o nível de endividamento acaba diminuindo o acesso ao crédito rural. Esse endividamento, em parte, é resultado do contexto econômico adverso, bem como pela cultura de gestão amadora que, em geral, é observada na região. Essa informação não dispõe de dados oficiais, mas se baseia na percepção local de alguns dos produtores entrevistados.	"Os produtores da atividade agropecuária de maneira geral devem muito ou pouco, mas estão endividados em alguma medida e quando vão ao banco, essa condição impacta a capacidade de pagamento, porque no momento em que você já está com a área degradada, você está com suporte de gado um pouco menor, aí o banco entende que a capacidade de pagamento do produtor fica reduzida." (Pecuarista local). "(...) o grande problema que eu acho é a falta de crédito das pessoas. Não é que o cara não quer tomar não, ele quer tomar (crédito). Dos que já tomaram, muitos não conseguem nem pagar. O grande problema é não ter crédito para tomar esse dinheiro (...), é o problema do CPF. (...) eu tive um problema no passado. Então, eu também não tenho como pegar (crédito). Eu tenho uma propriedade excelente dentro da cidade, uma das mais requisitadas, mas eu não pego (...). Aí o cara fala pra você: 'você tem o melhor patrimônio, a melhor fazenda', mas não tenho mais o CPF. (...) eu tenho que bancar tudo. Hoje eu toco a minha vida só do meu trabalho mesmo." (Pecuarista local).
Especificidade local	2	Contexto econômico local de Alta Floresta	2.1 Situação econômica dos produtores rurais de Alta Floresta	2.1.3 Produtores rurais enfrentam problema de mark-up e lucratividade, devido ao contexto do mercado	O cenário econômico adverso, juntamente com características do mercado local e de infraestrutura são aspectos destacados por pecuaristas e projetistas de Alta Floresta. Um primeiro ponto consiste no aumento dos preços dos insumos, os quais resultam no aumento do custo de produção. A carência de infraestrutura da região e grande distância para o escoamento produtivo, por sua vez, geram um significativo custo logístico para a cadeia de carne na região. Além disso, foi destacada a pressão exercida pelo único frigorífico sobre o valor pago pelo produto final (carne bovina), considerado abaixo do nível praticado pelo mercado nacional. Diante deste contexto, os pecuaristas, que correspondem a ampla maioria dos produtores rurais de Alta Floresta, vêm enfrentando problemas com um mark-up (diferença entre o valor do preço de venda e os custos de produção e logístico) muito baixo, ou mesmo gerando prejuízo em alguns casos. Isso impacta diretamente na viabilidade do negócio e resulta em perda de capacidade de pagamento de créditos bancários e endividamento.	"Se nós não tivéssemos o gargalo de preços, se nós tivéssemos aqui dois frigoríficos, uma disputa sadia, uma procura de produto sadia, seria o ápice. Por que? Nós sabemos que o preço de mercado nosso está 20% abaixo do que poderia estar, do que deveria estar, na realidade. (...) o gargalo é o frigorífico. Nós só temos o 'Frigorífico X' aqui. Aí, monopoliza o preço. O próximo (frigorífico) fica 350km daqui, que é Sinop (MT). Aí, nós incorremos em custo logístico (para mandar para lá). E aí, pra onde vai o seu lucro? Você vende bem vendido, ganha mais na arroba, mas perde no frete." (Assessor técnico/projetista local). "O preço dos insumos é sensível as condições do mercado, como o dólar." (Pecuarista local). "Vimos de 2014 e 2015 com aumentos no custo de produção. (...) o custo de produção dobrou, (...) e o preço do produto final se manteve o mesmo." (Assessor técnico/projetista local).

Categoria	Grupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio	
Especificidade local	3	Regulamentação ambiental das propriedades rurais de Alta Floresta	3.1 Documentação o/regulamentação ambiental rural	3.1.1 A regularização ambiental pelo CAR em Alta Floresta é questão praticamente superada	<p>A maior parte dos pecuaristas e demais produtores rurais de Alta Floresta possuem o Cadastro Ambiental Rural (CAR), documentação necessário para o processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, bem como condição fundamental para a liberação de crédito rural pelos bancos. Os casos de propriedades irregulares são exceção no município, conforme destacado pelos próprios produtores rurais locais.</p> <p>Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico obrigatório para a maior parte dos pecuaristas e demais produtores rurais de Alta Floresta possui o Cadastro Ambiental Rural (CAR), documentação necessária para o processo de regularização ambiental de propriedades e posses rurais, bem como condição fundamental para a liberação de crédito rural pelos bancos. De acordo com o Governo de Mato Grosso, o CAR “é pré-requisito para liberação dos recursos junto as instituições financeiras que operam recursos atrativos para o setor”. Os casos de propriedades irregulares são exceção no município, conforme destacado pelos próprios produtores rurais locais.</p> <p>Segundo a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT), o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente (APP); das áreas de Reserva Legal; das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa; das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país.</p> <p>O CAR, ainda como descreve a SEMA-MT, “é a principal ferramenta para a gestão do uso e ocupação do solo, a conservação do meio ambiente, a adequação ambiental de propriedades, o combate ao desmatamento ilegal e o monitoramento de áreas em restauração, auxiliando no cumprimento das metas nacionais e internacionais para manutenção de vegetação nativa e restauração ecológica de ecossistemas. Além de permitir futuramente que os programas e projetos a serem implementados pelo governo possam se adequar melhor a realidade dos produtores”.</p> <p>rio para todos os imóveis rurais, com a finalidade integrar as informações ambientais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente (APP); das áreas de Reserva Legal; das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa; das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas das propriedades e posses rurais do país.</p> <p>O CAR, ainda como descreve a SEMA-MT, “é a principal ferramenta para a gestão do uso e ocupação do solo, a conservação do meio ambiente, a adequação ambiental de propriedades, o combate ao desmatamento ilegal e o monitoramento de áreas em restauração, auxiliando no cumprimento das metas nacionais e internacionais para manutenção de vegetação nativa e restauração ecológica de ecossistemas. Além de permitir futuramente que os programas e projetos a serem implementados pelo governo possam se adequar melhor a realidade dos produtores”.</p>	<p>"Questão ambiental é uma coisa que está muito bem legalizada aqui na região. (...) foi feito trabalho intenso aqui na região. Faz dois ou três anos. Foi uma coisa que, acho, atingiu uns 90% dos produtores da região. Houve um convenio da prefeitura (de Alta Floresta), com o Sindicato Rural." (Pecuarista local).</p>

Categoria	Grupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio			
Especificidade local	4	Motivadores do interesse pelo crédito rural via Programa ABC	4.1	Motivadores produtivos	4.1.1	O contexto de degradação e morte súbita do capim vem aumentando a necessidade de crédito para a reforma de pastagem	Os problemas de degradação (fator de impacto 1.2.1) e “morte súbita” (fator de impacto 1.2.2) nas pastagens da região têm aumentado e, conseqüentemente, afetado muitos pecuaristas de Alta Floresta. Isso resulta em impactos negativos na capacidade produtiva de muitos deles e, conseqüentemente, afeta a sustentabilidade econômica do empreendimento. Esses problemas de degradação e “morte súbita” do capim têm forçado muitos dos pecuaristas locais a buscarem técnicas alternativas de produção, de forma a recuperar suas pastagens. Isso aumenta o apelo do Programa ABC como mecanismo para auxiliar nesse processo. Vale destacar que a grande maioria dos pecuaristas entrevistados vem trabalhando com a reforma de suas pastagens, seja através de recursos próprios, seja através de linhas de crédito rural disponíveis e acessíveis. Praticamente todos destacam os prejuízos decorrentes dos problemas de pastagem e apontam para a grande necessidade de aplicar novas técnicas produtivas, como a integração da pecuária com a lavoura, diversificação do tipo de capim e reforma das pastagens.	"E aí, veio a 'morte súbita' pra nossa região aqui. Começou em torno de 3 a 4 anos (...) e hoje está mais alastrado. Então hoje, vamos dizer assim, está naquele 'boom' de recuperação de pastagens aqui. O pessoal está correndo muito atrás. A pastagens estão morrendo, né? E também o próprio produtor, né? Se um vê o vizinho fazendo e dá certo, por que não vai fazer também? Então isso está aumentando muito a procura por crédito, principalmente para recuperação de pastagem." (Assessor técnico/projetista local). "Produtor que precisa pegar isso (linha de crédito do Programa ABC para reforma de pastagem), tem vários. Nós estamos com um problema de pastagem aqui sério, né? Essa região aqui, há mais de 30 anos, iniciou a formação de pastagem. Tem pastagem velha, degradada... e tem pastagem que morreu. Deu esse problema de morte súbita aí, que eu acho que é o pior de todos. (...) aí você tem que mudar a variedade de capim. E, daí, caberia esse projeto aí (o Programa ABC)." (Pecuarista local). "Acredito que a tendência é aumentar bastante a demanda atrás desse crédito, pra essa finalidade de recuperar pastagem." (Assessor técnico/projetista local).
Especificidade local	4	Motivadores do interesse pelo crédito rural via Programa ABC	4.2	Motivadores econômicos	4.2.1	Os pecuaristas vêm apresentando uma mudança gradativa na cultura produtiva no sentido de aumentar sua produtividade (intensificação)	Apesar do perfil de desconfiança (fator de impacto (1.1.3) e, muitas vezes, aversão à novas técnicas e tecnologias produtivas (fator de impacto 1.1.2), os pecuaristas estão apresentando uma mudança cultural. Parte disso resulta da necessidade decorrente dos crescentes problemas de degradação e “morte súbita” de pastagens (fatores de impacto 1.2.1 e 1.2.2), os quais impactam economicamente o produtor rural local (fator de impacto 4.1.1). Parte disso é resultado do sucesso observado em vizinhos e colegas pecuaristas que, mais arrojados, já implantaram novas técnicas e tecnologias produtivas (como reforma de pastagem e integração lavoura-pecuária), seja utilizando linhas de crédito rural, seja utilizando recursos próprios.	"A visão do produtor rural mudou, principalmente aqui na nossa região. Hoje o que nós queremos? Nós queremos, cada vez mais, produzir mais numa área menor (...) mesmo que você se tenha direito, vamos supor, ah, eu tenho direito ainda a abrir mais 20% da minha propriedade, a maioria dos produtores está preferindo não abrir isso e procurando tecnologia para que possa intensificar mais, preservando ainda mais o meio ambiente em que ele vive." (Pecuarista local). "Hoje, os pecuaristas estão tendo que fazer reforma de pastagem, integração com lavoura e recuperação de florestas nativas. Por causa do problema de morte súbita e pastagem cansada, e também por causa da lei (Novo Código Florestal)." (Pecuarista local).

Categoria	Grupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio			
Especificidade local	4	Motivadores do interesse pelo crédito rural via Programa ABC	4.2	Motivadores econômicos	4.2.2	Apesar da crescente consciência dos produtores rurais de Alta Floresta, o principal fator de influência no processo decisório sobre o crédito rural é o econômico	Apesar da crescente consciência ambiental, em grande parte devido a nova legislação (Novo Código Florestal Brasileiro) e da intensificação da fiscalização (fator de impacto 4.3.1), o principal fator que orienta a tomada de decisão dos produtores rurais locais de Alta Floresta é econômico. Os pecuaristas de Alta Floresta vêm apresentando maior interesse por novas técnicas e tecnologias produtivas, alinhadas ao Programa ABC (fator de impacto 4.2.1), ou seja, com preocupação ambiental. De fato, a questão produtiva, em especial diante do contexto de degradação de pastagens e da síndrome da morte do capim (fatores de impacto 1.2.1 e 1.2.2), é percebida como crítica pelos pecuaristas. Entretanto, isso se deve ao impacto final econômico, conforme sugerido pelos próprios pecuaristas locais. Afinal, a saúde financeira de qualquer negócio é determinante para sua sustentabilidade operacional. Nesse sentido, os problemas de degradação de pastagens e “morte súbita” do capim indicam certa resistência por técnicas produtivas inovadoras (fator de impacto 1.1.2) e uma visão de negócio dos pecuaristas locais mais voltada ao curto prazo, ou seja, de retornos econômicos, face uma menor preocupação com o longo prazo, incluindo inovações produtivas, ou mesmo, prevenção de impactos ambientais no próprio negócio pecuarista. Outro aspecto que potencializa ainda mais o peso do fator econômico como direcionador das decisões sobre crédito, como outras questões relacionadas ao negócio agropecuário, diz respeito aos contextos econômico e de mercado. Ambos têm pressionado as margens dos pecuaristas locais (fatores de impacto 2.1.3), os quais precisam repensar as formas de gestão de seus negócios e buscar novas técnicas e tecnologias produtivas de forma a ampliar sua capacidade produtiva. Além disso, mesmo com esse contexto produtivo adverso, vale lembrar que, conforme afirmações dos próprios pecuaristas e assessores técnicos/projetistas locais, muitos produtores ainda apresentam certa resistência a novas culturas produtivas (fator de impacto 1.1.3), alinhadas a boas práticas ambientais. Isso também serve como indício de que o principal fator de mudança ainda é o econômico. Todos esses elementos são importantes e devem ser considerados, em especial para o processo de comunicação do Programa ABC e suas diferentes linhas de crédito, como forma a valorizar os benefícios econômicos como tão relevantes quanto os benefícios ambientais, de forma a sensibilizar os pecuaristas locais (fator de impacto 5.1.3).	“A morte súbita (do capim) atingiu muita gente na região. Muitos estão sentindo os impactos diretos na produção. (...) isso desencadeou um despertar para novas tecnologias, como a integração (da pecuária) com a lavoura.” (Pecuarista local). “Os produtores da região nunca investiram em tecnologia e novas técnicas produtivas devido a alta fertilidade do solo aqui da região. Mas, com o problema da ‘morte súbita’ (do pasto) isso mudou.” (Pecuarista local).

Categoria	Grupo	Subgrupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio
Especificidade local	4	Motivadores do interesse pelo crédito rural via Programa ABC	4.3 Motivadores ambientais	4.3.1 O Código Florestal Brasileiro e a fiscalização ambiental na região trazem a necessidade dos pecuaristas por técnicas e tecnologias de intensificação produtiva	<p>O Código Florestal Brasileiro (lei 12.651/2012) estabelece limites de uso e regulamenta a porcentagem de reserva legal que deve ser mantida na propriedade rural privada. Este fato, somado ao fato de Alta Floresta estar inserida no bioma Amazônia e contar com presença ativa da fiscalização ambiental correspondem a fatores que intensificam a necessidade pela busca de mecanismos e técnicas produtivas mais intensivas, as quais promovam tanto o ganho de produtividade quanto a redução do impacto ambiental.</p> <p>Em linha com essas informações apontadas por produtores e assessores técnicos/projetistas locais, destaca-se que Alta Floresta já fez parte da lista dos municípios que mais contribuem para o desmatamento da Amazônia Legal (lista de municípios prioritários do MMA, em que Alta Floresta foi incluída em 2008). O município deixou de pertencer a esta lista em 2012, quando 80% de sua área conquistou o Cadastro Ambiental Rural (CAR), graças ao trabalho conjunto da prefeitura municipal, segmentos econômicos, organizações não-governamentais e sociedade civil local .</p> <p>Apesar de não ser o principal apelo, dados os impactos econômicos sentidos pelos produtores rurais de Alta floresta, alguns pecuaristas têm demonstrado maior consciência quanto a importância do meio ambiente. De certa forma, o processo de regulamentação vivenciado nos últimos anos em conjunto com os problemas de “morte súbita” do capim, estão servindo como meios de conscientização dos pecuaristas locais.</p> <p>Além disso, merece destaque o papel das autoridades ambientais, cuja presença vem sendo sentida por alguns dos pecuaristas de Alta Floresta.</p>	“A fiscalização ambiental é intensa aqui na região. Com os novos recursos, com mais tecnologia, o monitoramento hoje é muito mais forte.” (Pecuarista local).
Especificidade local	5	Difusão do Programa ABC aos atores envolvidos	5.1 Conhecimento sobre o Programa ABC	5.1.1 Em geral, o nível de conhecimento sobre o Programa ABC é baixo por parte dos produtores rurais	<p>Os produtores rurais de Alta Floresta entrevistados apresentam, em sua grande maioria, pouco conhecimento sobre o Programa ABC, incluindo as linhas de crédito disponíveis, requisitos necessários, valores (taxa de juros, prazo de pagamento, carência, limites). Isso é percebido mesmo em casos em que o produtor tenha buscado o Programa ABC.</p> <p>Entre as possíveis razões para esse fenômeno, a carência por mecanismos mais eficazes de comunicação e divulgação sobre o Programa ABC e seus benefícios (fator de impacto 5.1.3), percebida por muitos dos pecuaristas de Alta Floresta, alerta para a necessidade de uma maior atenção a respeito do público final, isto é, o produtor rural e instituições que os representem. Por outro lado, algo que provavelmente contribui sensivelmente para esse pouco conhecimento sobre o Programa ABC e suas linhas de crédito por parte dos pecuaristas locais, diz respeito a suas próprias características, destacadas por eles próprios e, durante as entrevistas: apresentar um certo nível de aversão a técnicas e tecnologias produtivas inovadoras (fator de impacto 1.1.2), assim como demonstrar alguma resistência a informações e conhecimentos técnicos vindos de terceiros (fator de impacto 1.1.3).</p> <p>Assim, mesmo que exista a necessidade, ou seja, a demanda pelas linhas de crédito oferecidas pelo Programa ABC – como no caso de recuperação de pastagens e a integração entre pecuária e lavoura – boa parte dos pecuaristas de Alta Floresta desconhece ou conhece muito pouco sobre essa importante oferta.</p>	<p>“Eu diria que eu tenho muito pouco conhecimento (sobre o Programa ABC).” (Pecuarista local).</p> <p>“Não conheço sobre o Programa ABC. Acho que a divulgação é fraca aqui na região.” (Pecuarista local).</p>

Categoria	Grupo	Subgrupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio
Especificidade local	5	Difusão do Programa ABC aos atores envolvidos	5.1 Conhecimento sobre o Programa ABC	5.1.2 Produtores rurais recorrem ou delegam, em muitos casos, a decisão sobre a melhor linha de crédito à empresa de assistência técnica (projetista ou consultor agro)	<p>Os produtores rurais de Alta Floresta, na maioria dos casos, afirmam recorrer ao próprio assessor técnico/projetista o papel de entender sobre as diferentes opções de linhas de crédito, incluindo o processo de tomada de decisão sobre qual opção escolher. Na maioria dos casos, isso é motivado pelo baixo conhecimento dos pecuaristas locais a respeito das linhas de crédito do Programa ABC (fator de impacto 5.1.1).</p> <p>Dessa forma, aqueles produtores acostumados a trabalhar com empresas de assistência técnica, encaminham sua necessidade, informam seus objetivos, e delegam ao projetista grande parte do processo decisório de qual a melhor opção de crédito buscar. Nesse caso, se a empresa de assistência técnica desconhecer ou tiver poucas informações sobre o Programa ABC (fator de impacto 5.1.4), as chances de seu cliente, ou seja, do produtor rural, buscar essa opção de crédito rural diminuem significativamente.</p>	“Eu não conheço muito (sobre o Programa ABC). Eu deixo isso pra empresa de assistência técnica (quem desenvolve o projeto).” (Pecuarista local).
Estrutural	5	Difusão do Programa ABC aos atores envolvidos	5.1 Conhecimento sobre o Programa ABC	5.1.3 Faltam mecanismos mais eficazes de comunicação do Programa ABC voltados aos produtores rurais	<p>Os produtores rurais entrevistados sentem carência de canais e iniciativas que atinjam, de fato, o público alvo de forma a transmitir os objetivos, características, finalidades e benefícios do Programa ABC no município de Alta Floresta (fatores de impacto 5.1.1 e 5.1.2). Mais ainda, boa parte dos pecuaristas locais desconhece ou tem pouca informação sobre tecnologias e técnicas produtivas mais intensivas e alinhadas à sustentabilidade ambiental, questão que seria um importante motivador pela busca das linhas de crédito oferecidas pelo Programa ABC (fator de impacto 1.1.2).</p> <p>Alguns dos produtores rurais de Alta Floresta apontam a falta de canais de comunicação formais que divulguem informações sobre o Programa ABC, de forma direcionada ao cliente final, ou seja, aos próprios produtores. O perfil cultural mais resistente, bem como a presença e atuação de muitas instituições não governamentais, colabora com a desconfiança local.</p> <p>Também foi mencionado, durante as entrevistas, a importância de uma abordagem mais educativa voltada aos produtores locais de Alta Floresta. Isso representa um indício da atuação de organizações, principalmente ambientais, que atuaram na região de forma a repreender o modelo tradicional aplicado na região, no qual práticas extensivas colocaram o município de Alta Floresta na lista dos municípios de maior desmatamento, em um passado recente.</p> <p>Outros produtores rurais, contudo, contam que foi feito um trabalho para divulgação do Programa ABC na região. Nesse caso, o ponto destacado consiste na baixa aderência ou interesse dos pecuaristas locais aos mecanismos de divulgação aplicados até o momento.</p> <p>Dessa forma, o desafio consiste na criação de canais e mecanismos de comunicação eficazes, orientados aos produtores locais, e que considerem os aspectos culturais observados na maioria dos produtores do município de Alta Floresta. Somente assim, o Programa ABC será conhecido de maneira mais ampla, de forma a demonstrar sua aplicabilidade, dado o contexto e necessidade produtiva enfrentada na região, e apoiará o aumento da procura dessa alternativa de crédito rural.</p>	<p>“O que falta realmente é um órgão oficial vir. O produtor rural daqui da região ele é muito cismado. Vamos supor, tem uma ONG tal que vem falar sobre o Programa ABC... você pode colocar nas rádios, na TV local, nos jornais impressos, se vierem 6 pessoas, 10 pessoas, vai ser muito. Agora, se falar assim: vai vir a Embrapa, o Ministério da Agricultura... é outra conversa. O problema é que estamos desassistidos aqui pela presença governamental.” (Pecuarista local).</p> <p>“O que o produtor precisa? Que tenha mais informações oficiais, tenha realmente coisa mais presente do governo na região, não pra oprimir, mas para educa, né? (...) que órgão oficial tá aqui? (...) tem o IBAMA e tem a SEMA. Cadê a Embrapa? A gente não tem um órgão oficial vindo, ajudando com as pesquisas... tal.” (Pecuarista local).</p> <p>“(O Programa ABC) foi amplamente divulgado pelo sindicato. Tiveram cursos, (...) explicação sobre a reforma de pastagem, manejo do gado, como é que fazia, negócio trabalhista, achei bem interessante. Na última palestra, (o palestrante) levou todo mundo para uma fazenda. Mas o pessoal aqui não é muito participativo, era eu e mais dois.” (Pecuarista local).</p>

Categoria	Grupo	Subgrupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio
Estrutural	5	Difusão do Programa ABC aos atores envolvidos	5.1 Conhecimento o sobre o Programa ABC	5.1.4 O nível de conhecimento dos profissionais de assistência técnica (projetistas) sobre o Programa ABC é variado	<p>O nível de conhecimento dos profissionais de assistência técnica (projetistas) quanto ao Programa ABC é variado, considerando desde profissionais bem informados quanto às características, regras e especificidades desse tipo de crédito, até casos em que projetistas apresentam conhecimento superficial sobre o programa. Foram identificados, inclusive, casos de projetistas sem experiência com o desenvolvimento de um projeto para o Programa ABC.</p> <p>O trabalho de divulgação e reciclagem dos projetistas, nesse sentido, é de extrema importância (fator de impacto 5.3.1). Alguns profissionais de assistência técnica percebem que a divulgação do Programa ABC já foi mais intensa e eficaz no passado, destacando principalmente o trabalho de comunicação que era feito pelos próprios bancos, como o Banco do Brasil, no início de cada safra. Alguns projetistas reconheceram que ainda existe algum tipo de divulgação pelos bancos, mas não como antes. O mesmo é observado quanto a órgãos oficiais, como a Embrapa.</p> <p>A questão da divulgação é apontada, ainda, como um dos fatores que justificam a baixa procura pelo Programa ABC, no município de Alta Floresta e região, como alternativa de crédito rural.</p> <p>Um dos reflexos dessa divulgação ainda limitada sobre o Programa ABC é a maior procura, ou mesmo inclinação, dos produtores e profissionais de assistência técnica, pelas linhas de crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), em detrimento do Programa ABC.</p> <p>A escolha de um profissional bem capacitado e informado é, portanto, crucial, uma vez que impacta diretamente na qualidade do projeto desenvolvido, bem como interfere nas chances de sucesso do processo de tomada de crédito.</p>	<p>"No início, teve uma boa divulgação, eu acredito. Os próprios agentes financeiros, o Banco do Brasil principal, né? E a Embrapa, mesmo, a associação dos agrônomos aqui, fizeram alguma divulgação (...). Hoje tá meio pra baixo, não tem muita coisa, não." (Assessor técnico/projetista local).</p> <p>"Ainda é pequena (a procura pelo Programa ABC). O Programa ABC não está bem difundido na nossa região. Acho que deveria ter até um pouco mais de marketing do próprio banco (...). Eu vejo que o banco, às vezes, parece preferir trabalhar com outra linha em vez do ABC. Acho que deveria começar um trabalho com a agência (...), pois eles acabam tendo, muitas vezes, o primeiro contato com o cliente. Eles deveriam explicar melhor como funciona essa linha para os clientes." (Assessor técnico/projetista local).</p> <p>"Aqui um fator a ser melhorado é essa questão de divulgação das linhas de crédito. A gente já está meio bitolado no FCO, só costuma trabalhar com o FCO, e fica no FCO mesmo. Falta divulgação das novas linhas de crédito como o ABC". (Assessor técnico/projetista local).</p>
Especificidade local	5	Difusão do Programa ABC aos atores envolvidos	5.2 Conhecimento o e o processo de tomada de decisão sobre as alternativas de crédito rural	5.2.1 Os profissionais de assistência técnica (projetistas) assumem um papel chave no processo de tomada de decisão quanto à linha de crédito a ser escolhida pelo produtor rural	<p>Em geral, os profissionais que prestam assistência técnica (projetistas) apresentam um conhecimento significativamente maior que os produtores rurais (fator de impacto 5.1.1) sobre as opções de linha de crédito ofertadas pelas instituições financeiras, inclusive o Programa ABC.</p> <p>Essa característica, somada ao fato de que muitos dos pecuaristas de Alta Floresta delegam o papel decisório ao profissional de assistência técnica (fator de impacto 5.1.2), fazem com que os projetistas assumam um papel relevante no processo de escolha por qual alternativa o produtor rural deve buscar, em linha com seus objetivos e interesses.</p> <p>Vale destacar, contudo, que o nível de conhecimento sobre as opções de linha de crédito não é padronizado entre os projetistas e produtores, fator que resulta na variação do nível de interferência do projetista nesse processo decisório (fator de impacto 5.1.4).</p> <p>Mesmo assim, em alguns casos os produtores rurais percebem que o nível de conhecimento do profissional de assistência técnica quanto ao Programa ABC é superior ao próprio funcionário da agência bancária. Assim, se não fosse pela indicação e orientação do projetista, a procura pelo Programa ABC seria ainda menor.</p>	<p>"Na minha agência eu sinto que os funcionários do banco não têm conhecimento sobre a linha de crédito, não sabem a fundo, não tem o conhecimento que os projetistas têm – cliente vai em busca do crédito, mas não tem atendimento adequado. Às vezes, os produtores só vão para o banco com um viés (Programa ABC) por causa dos projetistas. Poderia ter um treinamento na própria agência, sobre como funciona, quais são os benefícios, se os gerentes dos bancos tivessem essa visão, facilitaria as coisas." (Pecuarista local).</p>

Categoria	Grupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio
Estrutural	5	Difusão do Programa ABC aos atores envolvidos	5.3 Divulgação do Programa ABC pelos agentes financeiros	<p>5.3.1 O BNDES desenvolve um programa de capacitação voltado aos demais operadores financeiros (bancos) e empresas de assistência técnica (projetistas) credenciados</p> <p>O BNDES, em seu papel de banco de desenvolvimento, consiste no agente operacional do Programa, distribuindo os recursos entre os diversos agentes financeiros e, dessa maneira, estimulando a concorrência que permite uma maior eficiência na alocação dos recursos. Assim, o BNDES, que atua no fomento de programas do governo, necessita da capilaridade dos agentes financeiros para operar em todo o território nacional.</p> <p>Participando da operacionalização do Programa ABC desde o início, o BNDES vem trabalhando no mapeamento e endereçamento de questões relevantes para o desenvolvimento do programa, em especial, para o aumento dos recursos emprestados. Nesse sentido, em entrevista junto a área do BNDES responsável pelo Programa ABC, além de outras linhas de crédito rural, foi apontada a necessidade de melhorar o trabalho de capacitação junto aos profissionais de assistência técnica ou projetistas, bem como o esforço para criar modelos que permitam uma maior padronização dos projetos desenvolvidos.</p> <p>Visando endereçar essas questões, bem como agilizar a liberação de recursos da linha de crédito do Programa ABC, foi firmado um termo de cooperação envolvendo o BNDES, SENAR, Ministério da Agricultura, Embrapa, Federação Brasileira de Bancos (Febraban/INF) e a Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), que resultou no "Capacita ABC". O intuito era capacitar projetistas e analistas financeiros para atuarem na área de agricultura de baixa emissão de carbono. Contudo, conforme o próprio BNDES, o projeto teve algumas limitações em sua primeira fase.</p> <p>Segundo o BNDES, está em processo de implementação uma segunda fase do "Capacita ABC" em que os problemas e limitações identificadas, em processo de troca de informações junto aos principais operadores financeiros e envolvidos no projeto, serão trabalhados.</p>	<p>"Em 2013 (...), fizemos um trabalho para poder pensar por que o Programa ABC não estava operando a contento pelo BNDES. A gente, na época, fez uma série de conversas com os bancos, com os principais agentes financeiros operadores, e entendemos que pra poder começar a operar o (Programa) ABC, a gente tinha que fazer um processo de capacitação, não só de analistas (dos bancos), como foi o que Banco do Brasil fez, mas também com os projetistas. Porque, senão, o projeto não chegava redondo na agência. Além disso, como uma das questões levantadas pelos agentes (financeiros) era a falta de uniformidade que os projetos chegavam na agência... como no ABC você tem que (...) uma série de questões técnicas, os agentes financeiros não estavam preparados para poder receber esse material. Como ele deveria receber esse material, que padrão? Então cada um chegava de um jeito. Então, eles também pediram uma formatação de um modelo que não é padronizado, até porque é muito difícil padronizar o ABC. (...) pode variar de região pra região." (Área responsável pelas linhas de crédito rural no BNDES).</p> <p>"(...) aí então, foi criado o projeto 'Capacita ABC', que é acordo de cooperação entre diversas entidades, entre elas o MAPA, Embrapa, SENAR. (...) a gente chegou a capacitar mais de 100 analistas bancários, mas com os projetistas não chegou a deslançar. A gente enxergou qual foi o erro: (...) a gente fez um modelo em que o projetista tinha que pagar e esse modelo a gente viu que não ia ter sucesso. A gente, então, partiu pra construção de um 'Capacita' segunda fase, vamos dizer assim, né? A gente ia acertar o curso de analista e remodelar o curso de projetista." (Área responsável pelas linhas de crédito rural no BNDES).</p> <p>"A gente vai utilizar (no Capacita ABC) uma plataforma web pra poder colocar (um modelo) padronizado de projeto. (...) uma plataforma chamada 'Web Agrossistema' (...), desenvolvida pelo CNA com patrocínio do Ministério da Agricultura e com consultoria da ESALQ. (...) o projetista faz o upload do projeto dele via plataforma e o agente financeiro já recebe ele via web. (...) isso dá conta do problema de padronização dos projetos. (...) a ESALQ colocou mais de 100 modelos de projetos nessa plataforma pra poder ajudar o projetista a enquadrar o projeto de acordo com o bioma." (Área responsável pelas linhas de crédito rural no BNDES).</p>

Categoria	Grupo	Subgrupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio
Estrutural	5	Difusão do Programa ABC aos atores envolvidos	5.3 Divulgação do Programa ABC pelos agentes financeiros	5.3.2 O Banco do Brasil (BB) realiza ações institucionais para melhorar a divulgação interna do Programa ABC	<p>O Banco do Brasil, instituição financeira que colaborou com o desenvolvimento do presente estudo, vem trabalhando com iniciativas internas voltadas para apoiar no desenvolvimento e disseminação do Programa ABC. Um exemplo interessante consiste na criação de uma página interna destinada à divulgação e difusão de conteúdo referente ao Programa ABC, direcionado ao público das agências, time de agrônomos que realiza a avaliação técnica dos projetos destinados ao Programa ABC, e demais áreas envolvidas com o processo. Também realiza um trabalho de capacitação interna dos profissionais envolvidos com o processo, incluindo equipe das agências e técnicos agrônomos.</p> <p>Assim como no caso do BNDES, contudo, as iniciativas, apesar de valiosas, ainda apresentam uma abordagem generalista, fato que acaba não considerando especificidades locais, como no caso observado em Alta Floresta. Seria relevante destacar elementos como diferenças por tipo de bioma, cultura produtiva, tipos de canais de comunicação mais eficazes para os públicos alvo, entre outros.</p>	
Estrutural	6	Regulamentação bancária	6.1 Regras e políticas que regulam o crédito rural	6.1.1 As instituições financeiras seguem regras e normas definidas pelo Banco Central do Brasil para a operacionalização de linhas de crédito como o Programa ABC	<p>As instituições financeiras que atuam como agentes no Sistema Nacional de Crédito Rural operam seguindo regulamentação e legislação vigentes, e que impactam diretamente na atividade bancária. Toda a sistemática trata da classificação dos produtores rurais conforme seu perfil de risco e prioriza aqueles com melhor histórico (grau de liquidez e de endividamento, capacidade de geração de resultados, cumprimento dos pagamentos no prazo em cada transação financeira junto aos bancos). Com isso, caso o produtor rural não tenha cumprido com seus contratos historicamente, fica com crédito reduzido.</p> <p>Dentro desse contexto, as regras e normas estabelecidas fazem com que o relacionamento do produtor com o banco seja fundamental para a definição dos limites e condições do empréstimo, mesmo para o Programa ABC. Produtores que não possuem um bom histórico terão aprovados limites de crédito e prazos de carência bem inferiores aqueles divulgados pelo Programa ABC.</p>	<p>"A atividade bancária obedece à rígida regulamentação, originária de acordos internacionais e legislação interna (...). De forma geral, todo o aparato regulatório tem como objetivo a estabilidade do sistema financeiro e da economia, bem como permitir que os bancos cumpram seu papel no sistema de mercado, qual seja, na visão Shumpeteriana, viabilizar o desenvolvimento econômico mediante apoio à inovação e ao empreendedorismo. Dessa forma, caso os bancos não busquem 'priorizar os produtores rurais com (melhor) histórico de acesso à crédito' ou melhor capacidade de pagamento, serão penalizados. (...) o Cosif - Plano contábil das Instituições Financeiras, no item 6-2 que trata da 'Classificação das Operações de Crédito por Nível de Risco e Provisionamento', faz com que os tomadores de crédito tenham seus financiamentos classificados por letras, de 'AA' a 'H', conforme o seu comportamento financeiro. Para isso, são utilizados critérios como o grau de liquidez e de endividamento, a capacidade de geração de resultados e, especialmente, a pontualidade e os atrasos nos pagamentos, revelados em cada transação financeira, inclusive devolução de cheques e excessos em conta corrente, por exemplo. Um financiamento com uma parcela vencida há 15 dias é classificado, no mínimo, como risco 'B' e, não sendo paga em até 180 dias será classificada como risco 'H', independente do valor das garantias. Classificado o risco sobre o valor das operações enquadradas em cada classe, os bancos passaram a ser obrigados a constituir 'provisão para créditos de liquidação duvidosa' - PCLD, ou seja, contabilizar determinado percentual do valor das operações como despesa, o que afeta diretamente o seu resultado. Assim, conforme uma tabela progressiva, enquanto as operações com nível de risco 'A' exigem 0,5% de PCLD, as de risco 'H' são penalizadas em 100% do valor." (Divisão do Agronegócio do Banco do Brasil).</p>

Categoria	Grupo	Subgrupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio
Estrutural	7	Características econômico-financeiras do Programa ABC	7.1 Competitividade das taxas de juros	7.1.1 As taxas de juros praticadas pelas linhas de crédito do Programa ABC não apresentam diferencial competitivo	<p>Quando criado, o Programa ABC apresentava como diferencial competitivo e atrativo as baixas taxas de juros, em 5,5% a.a., chegou a 5% a.a. efetiva como forma a estimular o acesso aos produtores em nível nacional. Essa taxa de juros evoluiu gradativamente para o patamar de 8% a 8,5% a.a., praticado atualmente (Safrá 2016/17), acompanhando a conjuntura econômica do país.</p> <p>Em comparação, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ainda se apresenta como a opção mais competitiva para produtores rurais familiares e de pequeno porte. Com linhas de crédito tanto voltadas para custeio como investimento, apresenta taxas de juros entre 2,5% a.a. e 5,5% a.a., dependendo do valor da operação.</p> <p>Outras linhas, como as disponíveis no Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), considerada menos burocrática e complexa por parte dos produtores rurais, apresentam taxas de juros equivalentes ou mesmo menores (dependendo do porte da propriedade rural), fato que reduz significativamente o apelo econômico do Programa ABC. Para 2017, o FCO prevê taxas de juros entre 8,5% a.a. até 10% a.a. para investimento (incluindo capital de giro), como forma de comparação.</p>	<p>"Acredito que teria que ter um diferencial pra atrair o produtor. Porque hoje ele está igual ao FCO. Então o cara acha mais prático fazer o FCO. Ou uma taxa de juros um pouquinho mais atrativa... o prazo até que está bom. O prazo o pessoal não reclama. (...), mas a questão de juros... andou subindo um pouco. Se pudesse ter um atrativo, principalmente nos juros, acredito que o produtor procuraria mais o ABC". (Assessor técnico/projetista local).</p>

Categoria	Grupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio	
Estrutural	7	Características econômico-financeiras do Programa ABC	7.2 Parâmetros do crédito: prazos de carência, prazos de pagamento e valor de financiamento	7.2.1 Os prazos de carência, prazos de pagamento e valor de financiamento praticados ou oferecidos aos produtores rurais são diferentes dos informados pelo Programa ABC, pois obedecem às normas e regras bancárias	<p>Os prazos e valores oficiais informados por fontes formais de divulgação do Programa ABC geram uma expectativa nos produtores rurais e, na grande maioria dos casos analisados de Alta Floresta, não são observados na prática devido às regras e normas (Sistema Nacional de Crédito Rural, Cosif, entre outras) que regulam os agentes financeiros (fator de impacto 6.1.1). Com isso, apesar do valor de financiamento entre i) R\$ 2,2 milhões por cliente, por ano-safra, ii) R\$ 3,0 milhões, em caso de financiamento à implantação de florestas comerciais (produtores rurais com até 15 módulos fiscais), e iii) R\$ 5,0 milhões, em caso de financiamento à implantação de florestas comerciais (produtores rurais com mais de 15 módulos fiscais), na prática esse valor fica vinculado ao limite de crédito do produtor rural junto ao banco, definido de acordo com o histórico do produtor agropecuário, capacidade de pagamento e garantias apresentadas, conforme as regras estabelecidas.</p> <p>O mesmo é observado para os prazos de carência e para pagamento das parcelas referentes ao financiamento. Apesar dos prazos oficiais serem interessantes no momento de avaliação do Programa ABC como mecanismo de melhoria produtiva, no momento de avaliação do projeto e em linha com os parâmetros de avaliação do perfil do cliente, os bancos normalmente informam prazos mais curtos - também em conformidade com a sistemática de análise, de acordo com as regras e normas bancárias.</p> <p>No caso de Alta Floresta, merece destaque o fato dos produtores rurais, de maneira geral, não compreenderem essa dinâmica, fato que gera frustração e desconfiança, tanto em relação ao banco, quanto em relação ao Programa ABC. Nesse sentido, vale destacar a necessidade de um trabalho de comunicação mais claro e efetivo, direcionado aos produtores rurais, no sentido de esclarecer toda essa sistemática. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), por exemplo, desenvolveu uma cartilha em que destaca essa informação.</p> <p>"O agente financeiro levará em consideração as dívidas e as obrigações contraídas pelo produtor perante suas receitas para estabelecer o montante a ser financiado. As garantias são definidas a critério da instituição financeira credenciada que realizar a operação. Deverão ser observadas as seguintes obrigações: 1. Respeito às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil; 2. Caracterizar, descrever e detalhar as garantias, reais ou pessoais, no instrumento de crédito; e 3. Não será admitida a constituição de penhor de direitos creditórios decorrentes de aplicação financeira. "</p>	<p>"O agente financeiro não quer financiar com longo prazo (...) porque pra ele não é viável (...). Por que não dar os 12 anos (de prazo)? A pecuária é sólida e dá rentabilidade, sem problema nenhum. Só que tem que ter prazo. Com prazo, você tem capacidade de pagamento. Ela (pecuária) dá um lucro pequeno, mesmo, mas é sólida." (Pecuarista local).</p>

Categoria	Grupo	Subgrupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio
Estrutural	8	Processo de análise e aprovação do crédito junto aos operadores financeiros	8.1 Complexidade e e burocracia processual bancária	8.1.1 Em geral, os produtores rurais de Alta Floresta percebem um excesso de complexidade e burocracia, além de falta de clareza no processo de avaliação dos projetos de crédito dentro do Programa ABC	<p>Para os casos em que o produtor rural de Alta Floresta tenha vivenciado a experiência de tentar o crédito rural via Programa ABC, a percepção generalizada é de um processo burocrático, que demanda grande volume de documentação. Além disso, requer o desenvolvimento de projeto técnico complexo, de acordo com a finalidade específica, o qual demanda o apoio de uma empresa de assistência técnica (projetista) competente e conhecedora do Programa ABC. Também merece destaque a impressão de que o processo de análise dos projetos para o Programa ABC é mais burocrático do que outras opções de crédito rural.</p> <p>Em complemento, alguns produtores rurais mencionam a falta de clareza ao longo do processo e a sensação de que as solicitações de ajuste e esclarecimentos são feitas pontualmente e não considerando o projeto como um todo, fato que aumenta a morosidade e cria a sensação de que o banco está criando dificuldades em vez de ajudar o produtor rural e o projetista.</p> <p>Alguns profissionais de assistência técnica, responsáveis pela elaboração dos projetos para o Programa ABC, ainda trazem a percepção de um aumento na burocracia nos últimos anos, atribuindo esse fato ao cenário econômico adverso. Aqueles que ainda não tiveram experiência com o Programa ABC levam em consideração as percepções e comentários de seus colegas. Assim, essa percepção negativa é disseminada em rede na região, e acaba por afastar ou diminuir o interesse dos produtores rurais pelo programa.</p> <p>Em linha com essas informações, a Associação de Criadores do Mato Grosso (ACRIMAT) buscou avaliar a percepção do Programa ABC no estado, debatendo como os pecuaristas dos principais municípios produtores de carne bovina do estado. Segundo a associação, é praticamente unânime a percepção dos pecuaristas de uma maior complexidade de acesso ao Programa ABC, se comparado a outras alternativas de crédito rural, fator que representa o maior inibidor para a busca das linhas de crédito pelo programa. A pesquisa destacou, ainda, a clara preferência por linhas de crédito pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), devido a maior facilidade de acesso percebida pelos pecuaristas da região.</p> <p>Vale destacar, entretanto, que muito da burocracia e complexidade, percebidas como elementos negativos por muitos dos pecuaristas locais de Alta Floresta, decorre das normas e regras que regem o sistema financeiro nacional, incluindo o crédito rural (fator de impacto 6.1.1).</p>	<p>"O outro ponto é a questão burocrática. É um projeto bem complexo. Eles exigem, assim, o que você precisa e mais um pouco. A documentação é demais. E aí, aqui aconteceu assim, pelo menos no meu caso: eu pleiteei um ABC, aí falamos no banco e tinha potencial para pegar, vamos dizer, R\$ 1 milhão. Aí você vai lá, faz o projeto, vai lá na área, faz análise do solo, faz mapeamento da área (...), faz tudo, colocou no papel. Só que aí na hora que vai (no banco), aí: 'essa linha de crédito pra 8 anos, não dá pra fazer com 6?'; chegou a ter essa proposta do banco. (...) Bom, então vamos pegar menos (dinheiro). Mas, pra pegar menos com a capacidade de pagamento, com menos tempo, não dá. Aí você fica nesse impasse." (Pecuarista local).</p> <p>"O projeto em si, do FCO, tem menos exigências, menos burocracia. É um projeto simples, que a gente encaminha pro banco. O banco, frente ao limite pré-aprovado, faz uma pré análise lá e... logo faz a liberação do recurso, é bem mais simples. Já o ABC tem um 'roupeiro' mais detalhado, tem mais normas a seguir, tem mais coisas a fazer. Acaba ficando um pouco mais... um pouco mais difícil fazer o ABC do que fazer FCO. (...) é um processo um pouco mais moroso". (Assessor técnico/projetista local).</p> <p>"Tem outros companheiros, que a hora que estava pronto o (Programa) ABC, pra sair, aí a linha de crédito mudou. Ah, era a linha do FCO, agora é linha do básico... a linha do BNDES. Então, está havendo esse problema. Teve um caso assim, mais de um... pelo menos eu presenciei mais de um caso assim: tá pronto o ABC, o projeto tá pronto pra pegar aquela linha lá, é uma modalidade, a modalidade FCO, uma linha de crédito. Aí tá pronto... 'não, agora não tem mais esse recurso, pelo FCO... agora tem que fazer pelo BNDES'. Aí quando você muda, aí mudam algumas as exigências com documento. Aí pronto! Aí até você pegar e arrumar tudo (...) acabou que desanima." (Pecuarista local).</p> <p>"(Antigamente) eles passavam por essa burocracia, mas eram aprovados com maior facilidade. Eu atribuo isso a dificuldades de crédito. Dá pra se entender alguma coisa aqui que o banco não tem dinheiro e não quer emprestar. E tá fazendo corpo mole. Vai levando, levando com a barriga até o cara desistir". (Assessor técnico/projetista).</p>

Categoria	Grupo	Subgrupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio
Estrutural	8	Processo de análise e aprovação do crédito junto aos operadores financeiros	8.1 Complexidade e e burocracia processual bancária	8.1.2 Muitos produtores rurais de Alta Floresta reclamam da demora no processo de avaliação do projeto para o Programa ABC	<p>Na opinião dos produtores rurais que passaram pela experiência do Programa ABC os prazos para todo o processo, desde o início até a resposta do banco, são demasiado longos, se comparados com outras opções de financiamento rural (como no caso do FCO, Pronaf, por exemplo), muito em conta da burocracia e complexidade do processo (fator de impacto 8.1.1).</p> <p>Um dos primeiros pecuaristas de Alta Floresta a conseguir o financiamento via Programa ABC relatou que o processo demorou mais de 10 meses para ser concluído. Outro pecuarista informou que acabou desistindo de tentar a linha de crédito via Programa ABC depois de mais de 1 ano de processo, sem sucesso. Alguns projetistas sustentam essa percepção de demora do processo, complementando com a visão de que o prazo médio aumentou em relação ao passado.</p>	<p>"Em situações normais isso aí (processo de avaliação do Programa ABC) teria que ser, no máximo, 120 dias. (...), mas eu tenho caso aqui que tem mais de ano. (...) os primeiros projetos que eu fiz foram mais rápidos. (...) hoje está mais moroso". (Assessor técnico/projetista local).</p>
Estrutural	8	Processo de análise e aprovação do crédito junto aos operadores financeiros	8.1 Complexidade e e burocracia processual bancária	8.1.3 Os longos prazos para a avaliação e resposta dos operadores financeiros (bancos) apresentam descompasso com a necessidade e planejamento produtivo	<p>A demora e longos prazos vivenciados pelos produtores rurais em sua experiência com o Programa ABC (fator de impacto 8.1.2) consistem em importantes desestímulos para o produtor que desenvolve um planejamento mínimo para seu processo produtivo, que considera o momento certo para a compra de insumos, preparação da pastagem (no caso dos pecuaristas, maioria da região), e alinhamento com os períodos de chuva da região.</p> <p>Assim, os prazos muito longos e, em conjunto, a falta de uma previsão confiável sobre o tempo que será necessário para a execução de todo o processo junto ao banco, acabam por impactar diretamente na gestão do negócio do produtor rural que precisa do financiamento.</p>	<p>"O melhor momento para iniciar a reforma da pastagem é setembro. Além de coincidir com o período de início de chuvas, o preço dos insumos está mais baixo e a qualidade é melhor." (Pecuarista local).</p> <p>"Às vezes o banco demora pra atualizar o cadastro (do cliente). (...) é igual lavoura, você tem uma janela pra você fazer (a reforma)". (Assessor técnico/projetista local).</p>

Categoria	Grupo	Subgrupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio
Estrutural	8	Processo de análise e aprovação do crédito junto aos operadores financeiros	8.1 Complexidade e e burocracia processual bancária	8.1.4 Falta uma avaliação técnica que considere a realidade local produtiva	<p>Alguns pecuaristas de Alta Floresta entendem que a metodologia aplicada pelos bancos, em geral, no processo de avaliação dos projetos de financiamento via Programa ABC não reconhece a realidade local. Mais ainda, na opinião desses pecuaristas os critérios técnicos aplicados não consideram características básicas do negócio pecuarista, como os tipos de ciclo produtivo (cria, cria e engorda), os prazos de duração de cada etapa de negócio e, assim, o tempo necessário para a obtenção de retorno financeiro sobre o investimento realizado (seja compra de matrizes, seja o processo de engorda para o abate, por exemplo). Isso, na opinião de alguns pecuaristas, interfere significativamente no trabalho de avaliação dos projetos de investimento e, portanto, na liberação do crédito rural por parte do banco.</p> <p>Essa questão, ainda segundo a visão de pecuaristas de Alta Floresta, não só gera impactos individuais para muitos pecuaristas locais, como acaba por limitar o desenvolvimento do modelo produtivo da região, o qual poderia caminhar mais rapidamente para a implementação de técnicas e tecnologias mais modernas e intensivas, alinhadas aos objetivos do Programa ABC. Percebem, ainda, que os critérios de avaliação dos projetos, pelos bancos, são diferentes em outros municípios próximos.</p> <p>Além disso, na visão de pecuarista local que buscou o crédito pelo Programa ABC, o valor real que acaba sendo destinado para o investimento, dentro do pacote total oferecido pelo banco, acaba sendo restrito e aquém do que considera necessário para seus objetivos de negócio. Isso se deve ao fato do banco alocar o montante total de recursos, de acordo com o limite disponibilizado para o cliente (conforme racional destacado no fator de impacto 7.2.1), em categorias pré-definidas, como um modelo padrão.</p>	<p>"A maneira de o pessoal (do banco) interpretar a evolução do rebanho... pô, isso é praxe (...). O banco fala pra mim... mandou por escrito: 'que as novilhas de 24 meses não podiam entrar no ciclo reprodutivo'. Como não? Claro que ela vai entrar! (...) então, tem hora que cai (o processo) em certas pessoas, que são muito inteligentes, fizeram concurso e passou, estão lá no banco, mas não entendem nada da prática (agropecuária)." (Pecuarista local).</p> <p>"Quem está no ciclo (completo agropecuário), que nem eu estou... eu estou lá com novilhada emprenhando, outra novilhada parindo, e estou com a bezerrada (...), mas, quem vai comprar uns bezerros pra entrar na pecuária, até ela (novilha) completar 2,5 anos pra você emprenhar ela, pra depois ela demorar mais 9 meses pra parir, depois mais 9 meses pra desmamar... quer dizer, é uma vida." (Pecuarista local).</p> <p>"Então, na verdade, o que acontece: a gente abre uma viabilidade de negócios para 10 anos, mas no primeiro ano ele está com um endividamento. Mas, a partir do 2º/3º ano – e é exatamente para isso que serve a carência –, ele tem sua viabilidade econômica. Mas, o processo trava por causa do primeiro ano. O banco restringe por causa do primeiro ano." (Assessor técnico/projetista local).</p> <p>"Dá dó. Nós estamos aqui em uma região excepcional de clima, de solo, de densidade de chuva. Aqui é excelente (...). E tem um potencial produtivo pra dobrar o que tem aí, facilmente. Mas, precisa mudar essa maneira de interpretar (o projeto de financiamento). Dar mais credibilidade ao pecuarista. (...) você pega o cara da lavoura, lá em Sinop, o cara vai lá no banco, arranca R\$ 4 milhões... depois ele não paga, mas que ele arranca, ele arranca. Você entendeu? (...) E nós aqui na pecuária, putz... se eu falar lá no banco de um projeto desse aí que vai custar R\$ 3 milhões lá na fazenda, ele nem... nem fala que tem esse dinheiro." (Pecuarista local).</p> <p>"Já viu o que é um limite de crédito do Banco X? Os outros eu acho que deve ser mais ou menos igual. Ele te dá R\$ 1,5 milhão de crédito. Aí você fala: 'opa, com R\$ 1,5 milhão dá pra trabalhar'. Só que, são R\$ 150 mil pra você comprar um carro, R\$ 40 mil de cartão de crédito (...), mais R\$ 100 mil de troca de cheque e você nunca trocou cheque na vida... eles embutem aquele monte de coisas que você não usa e te comem R\$ 500 mil. Aí R\$ 1 milhão é pra você tocar a lavoura. Aí te dá R\$ 600 mil de custeio e R\$ 400 mil de investimento. É isso aí que dá uma pecuária média aqui na região, por experiência própria." (Pecuarista local).</p>

Categoria	Grupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio	
Estrutural	8	Processo de análise e aprovação do crédito junto aos operadores financeiros	8.1 Complexidad e e burocracia processual bancária	8.1.5 Por se tratar de bioma Amazônia, um dos bancos que trabalha com o Programa ABC afirmou exigir a Licença Ambiental Única (LAU), documento que não é mais emitido pelo Governo do Estado do Mato Grosso	<p>Em conversa com o gerente de uma das agências de um banco que trabalha com crédito rural, incluindo o Programa ABC, foi informado que, por regras internas do próprio banco em questão, e especificamente por se tratar do bioma Amazônia, está sendo exigido do produtor a apresentação da Licença Ambiental Única (LAU), tanto para o Programa ABC, quanto para outras linhas referentes à investimento. Até então, a informação geral era de que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) servia como substituto da LAU em termos de documentação referente à regularização ambiental. Contudo, nenhum dos produtores rurais entrevistados mencionou essa exigência. Caso essa documentação específica esteja, de fato, sendo exigida, representa um limitador relevante do crédito. Isso porque a LAU não está mais sendo emitida pelo Governo do Estado do Mato Grosso, segundo informações do próprio Subsecretário de Agricultura. Para o Governo do Estado, o CAR atende a essa questão ambiental.</p> <p>O outro banco com operação local também foi consultado quanto à exigência da LAU, principalmente para o caso do Programa ABC. Segundo informado pela área responsável pela análise da documentação dos projetos desenvolvidos para o bioma Amazônia, a LAU não é exigida. O CAR é obrigatório para atendimento à regularidade ambiental. No lugar, são exigidas outras licenças ambientais, conforme o texto das normas internas do próprio banco em questão:</p> <p>"Investimento para implantação de empreendimento que desenvolva atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental: devem ser apresentadas as licenças fornecidas pelos órgãos de controle ambiental, na forma das instruções vigentes, observado o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Licença Prévia - LP: é recomendada sua apresentação juntamente com a proposta, porque eventuais exigências de dispositivos de controles de impacto ambiental podem alterar o orçamento do projeto de investimento; - Licença de Instalação - LI: deve ser exigida previamente à contratação da operação; - Licença de Operação - LO: deve ser apresentada quando da conclusão do empreendimento." 	

Categoria	Grupo	Subgrupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio
Especificidade local	9	Soluções locais	9.1	Alternativas colocadas em prática por produtores rurais locais	9.1.1 Pecuaristas de Alta Floresta estão arrendando parte de suas terras, algumas vezes de graça, à agricultores para integrar a lavoura à pecuária e auxiliar na reforma da pastagem <p>Uma estratégia adotada por uma parte dos pecuaristas locais de Alta Floresta, no intuito de combater o problema de degradação das pastagens e “morte súbita” do capim (fatores de impacto 1.2.1 e 1.2.2), consiste em conceder parte de suas terras a agricultores, num processo de arrendamento sem custo. Com a restrição de acesso ao crédito rural na região, relacionado ao contexto econômico e às restrições de limite de crédito bancário (fatores de impacto 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3), alguns pecuaristas não possuem recursos para diversificar sua produção e adicionar a atividade agrícola em suas propriedades. Da mesma forma, a maior parte dos pecuaristas não dispõem de conhecimentos sobre técnicas agrícolas. Portanto, optam por disponibilizar parte de suas terras, por vezes sem cobrar nada em troca (como uma parceria), para o plantio de culturas agrícolas, procurando o benefício de renovação da terra para futuras pastagens.</p> <p>Como o cenário econômico também afeta os agricultores da região (restrição de crédito), ceder parte da terra sem cobrar pelo arrendamento serve como um estímulo e condição para viabilizar a produção agrícola do parceiro. Configura-se, dessa forma, uma situação de ganha-ganha, em que o produtor agrícola pode explorar a terra para gerar renda a partir da produção agrícola, enquanto que o pecuarista recebe suas terras com maior fertilidade ao final do processo para retomar suas pastagens e ter um impacto produtivo positivo em seu negócio.</p> <p>Essa prática ainda é incipiente na região, praticada por pecuaristas mais proativos e que percebem os benefícios da integração lavoura-pecuária em sua capacidade produtiva e melhoramento do solo para as pastagens. Aos poucos, na medida em que estes alcançam resultados positivos, os demais produtores vão percebendo os benefícios e passam a aderir a este tipo de prática.</p>	<p>"Eu sou pecuarista, não sou agricultor. Eu dou dois anos de graça (terras da propriedade), deixo ele plantar (...). Ele é preparado para aquilo lá, eu não sou preparado. Pra eu aprender a fazer aquilo lá vai custar muito caro. Eu já dei minhas terras, 150 alqueires, para um grande plantador, de graça, por 3 anos. Ele reformou a minha fazenda (...). Aí, depois, a pecuária (...) eu manejo a minha propriedade." (Pecuarista local).</p> <p>"Pasto você tem que reformar com lavoura. Se você tiver a chance de ter um lavoureiro do lado, dá para o lavoureiro plantar. Porque ele vai pegar a terra de 30 anos e (ela) vai voltar a ter um ano, porque ele investe, ele corre atrás (...). Como parceria." (Pecuarista local).</p>
Especificidade local	9	Soluções locais	9.1	Alternativas colocadas em prática por produtores rurais locais	9.1.2 Pecuaristas de Alta Floresta estão investindo, com recursos próprios, novas técnicas e tecnologias para intensificação da produção, em muitos casos, alinhadas aos objetivos do Programa ABC <p>Em decorrência das dificuldades e limitações percebidas para acessar o crédito rural de uma maneira geral (fatores de impacto 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3), pecuaristas de Alta Floresta estão investindo com recursos próprios em novas técnicas e tecnologias voltadas à intensificação produtiva, principalmente na reforma de pastagem. Nesse contexto, o processo de recuperação das pastagens degradadas, uma necessidade latente para muitos dos produtores devido ao problema de morte súbita do capim que assola a região, acaba sendo mais lento, comprometendo recursos necessários para manter os custos produtivos recorrentes. Assim, comprometem a capacidade de geração de receitas e de futuros investimentos.</p>	<p>"Eu fui fazendo (por conta própria)... eu fiz 900 ha já (reforma de pastagem). (...) não saiu o ABC. Eu fiz por conta. Aí, diminuí meu gado, tal. Só que aí, eu não fiz por inteiro (o projeto). Fiz parte: dividi os pastos, troquei a variedade (de capim), fiz a praça de alimentação. Mas não adubei (...). Se eu for adubar, eu tenho que ter mais gado. Eu não tenho gado, pra que eu vou adubar? Se com o gado que eu tenho, ele está comendo capim e ainda está sobrando." (Pecuarista local).</p> <p>"Mesmo assim, você vai fazendo, né? Porque você não vai ficar parado porque o banco não te arrumou (o recurso). Você vai... tira um pouco do gado, faz um custeio, joga daqui, joga dali, e vai fazendo." (Pecuarista local).</p>

Categoria	Grupo	Subgrupo	Subgrupo	Fator de Impacto: descrição	Fator de impacto: detalhamento	Fator de impacto: citações de apoio
Especificidade local	9	Soluções locais	9.1 Alternativas colocadas em prática por produtores rurais locais	9.1.3 Alguns produtores rurais de Alta Floresta estão remanejando recursos de linhas de crédito variadas em técnicas como reforma de pastagem	<p>A necessidade enfrentada pelos pecuaristas locais de Alta Floresta de recuperar suas pastagens degradadas (fator de impacto 1.2.1), questão que se intensificou significativamente na região devido ao problema de “morte súbita” ou síndrome da morte do capim (fator de impacto 1.2.2), gera a necessidade e procura por recursos, via linhas de crédito rural, incluindo o Programa ABC.</p> <p>Contudo, em decorrência das dificuldades, burocracia e demora vivenciadas no processo pelo Programa ABC (incluindo linha ABC via FCO), percepção dos próprios produtores locais de Alta Floresta (fatores de impacto 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3), bem como devido ao baixo conhecimento sobre as linhas do Programa ABC (fator de impacto 5.1.1), pecuaristas locais estão procurando alternativas de crédito rural, ou mesmo aplicando recursos próprios, de forma a investir na reforma de suas pastagens.</p> <p>Além de recursos próprios, geralmente restritos dado o contexto econômico (fator de impacto 2.1.3, além de indícios apontados nos fatores de impacto 2.1.1 e 2.1.2), os pecuaristas locais têm recorrido a alternativas de linhas de crédito rural destinadas a outras finalidades, e remanejando os recursos disponibilizados para investir em reforma de pastagem. Entre as opções, os pecuaristas destacam linhas de custeio ou de investimento que apresentam maior facilidade de acesso, ou menor burocracia e demora, segundo apontado por eles. Destaca-se, porém, que os recursos acabam sendo limitados, na maioria das vezes, fazendo com que o trabalho de reforma e recuperação de pastagens seja moroso.</p> <p>A estratégia mais comumente adotada pelos pecuaristas envolve o empréstimo de recursos da linha de crédito FCO Verde para a compra de vacas. A operação consiste em utilizar o valor emprestado para comprar novas vacas com melhor genética e ao mesmo tempo vender as vacas do rebanho atual. O dinheiro levantado com a venda do rebanho é, então, investido na renovação do pasto. Outra operação relatada pelos pecuaristas é chamada por eles de “vaca papel”. Nela, dois pecuaristas combinam a compra/venda de vacas entre si também utilizando recursos do FCO Verde. No entanto, a operação é realizada apenas no papel para comprovar a compra das vacas para o banco. O dinheiro que fica na conta bancária é mais uma vez utilizado para a reforma do pasto. Esta estratégia foi mencionada apenas por dois pecuaristas, que afirmaram ser uma prática relativamente comum.</p>	<p>“Como vem demorando pra sair o tal do ABC, onde você se apega: no custeio. (...) você não consegue o investimento e tem que se apegar ao custeio. Aí no ano seguinte... aí que não dá capacidade (de pagamento) mesmo, porque você tá devendo o custeio.” (Pecuarista local).</p> <p>“Mesmo assim, você vai fazendo, né? Porque você não vai ficar parado porque o banco não te arrumou (o recurso). Você vai... tira um pouco do gado, faz um custeio, joga daqui, joga dali, e vai fazendo.” (Pecuarista local).</p>
Especificidade local	9	Soluções locais	9.1 Alternativas colocadas em prática por produtores rurais locais	9.1.4 Alguns pecuaristas estão buscando crédito rural por outras praças, que não Alta Floresta	<p>Devido ao excesso de burocracia, dificuldades e longos prazos para resposta (fatores de impacto 8.1.1, 8.1.2, 8.1.3), elementos percebidos por muitos produtores rurais de Alta Floresta em relação ao processo para acessar o crédito rural pelo Programa ABC, alguns poucos pecuaristas estão recorrendo ao crédito rural a partir de outras regiões, mas para aplicar em Alta Floresta. É o caso de pecuaristas que são originários de outras regiões, como São Paulo por exemplo, e que mantêm negócios em seu estado de origem, além de Alta Floresta. Isso se deve ao fato de que o nível de exigência (regras e normas) é percebido como mais rígido para regiões inseridas no bioma Amazônia, como no caso de Alta Floresta.</p>	<p>“O produtor para quem trabalho toma crédito num Banco do Brasil lá do estado de São Paulo. É mais fácil ter crédito aprovado lá em comparação com Alta Floresta.” (Pecuarista local).</p>

GLOSSÁRIO

ABDE	Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento
ACRIMAT	Associação de Criadores do Mato Grosso
APP	Área de Preservação Permanente
AUR	Áreas de Uso Restrito
BACEN	Banco Central do Brasil
BB	Banco do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária
COSIF	Plano Contábil das Instituições Financeiras
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESALQ	Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
Febraban/INFI	Federação Brasileira de Bancos
GEE	Gases do Efeito Estufa
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICV	Instituto Centro Vida
Indeco S.A.	Integração, Desenvolvimento, Colonização S.A.
LAU	Licença Ambiental Única
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
LP	Licença Prévia
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MF	Módulo Fiscal
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MT	Mato Grosso
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAP	Planos Agrícolas e Pecuários

PCLD	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
PIB	Produto Interno Bruto
Plano ABC	Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura
PNMC	Política Nacional de Mudanças Climáticas
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RL	Reserva Legal
SECMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEDEC	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SICAR	Sistema de Cadastro Ambiental Rural
SICOR	Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro
SINIMA	Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente
SLAPR	Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais
SMB	Síndrome da Morte do Capim Braquiarião
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural

REFERÊNCIAS

Centro de Agronegócio (GV Agro), Escola de Economia de São Paulo (EESP). 2016. *Análise dos Recursos do Programa ABC: Instituições financeiras privadas, Safra 2015/16. Observatório do Plano ABC*. 2016, Relatório 1, Ano 3.

Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces). 2012. *O Financiamento da Agricultura de Baixo Carbono no Brasil: Análise da Safra 2011/12*.

Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces). 2013. *O Financiamento da Agricultura de Baixo Carbono no Brasil: Análise da Safra de 2011/2012*.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). 2014. *Intensificação da produção animal em pastagens: Anais do 1º Simpósio de Pecuária Integrada*. Brasília, DF.

Fontana, Andrea; Frey, James H. (1994). Interviewing: The art of science. In Denzin, Norman K.; Lincoln, Yvonna S. *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks, CA: Sage, capítulo 22.

Mclellan, Eleanor; Macqueen, Kathleen M.; Neidig, Judith L. 2003. *Beyond the Qualitative Interview: Data Preparation and Transcription*. *Field Methods*, 15(1): 63–84.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 2016. *Plano Safra da Agricultura Familiar: 2016-2017*.

Neves, E.; Whately, M.; Lopes, M. Cordilha, A. 2015. *O processo de municipalização da estratégia de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia: estudos de casos sobre municípios integrantes da Lista de Municípios Prioritários do Ministério do Meio Ambiente*.

Stake, Robert E. (1994). Case studies. In Denzin, Norman K.; Lincoln, Yvonna S. *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks, CA: Sage, capítulo 14.

Van Maanen, J. (1979). *Reclaiming Qualitative Methods for Organizational Research: A Preface*. *Administrative Science Quarterly*. Vol.24, No.4, 520-526.



www.observatorioabc.com.br